

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

160 jul./set. 2008

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Desempenho da economia baiana no 1º semestre de 2008

Carla do Nascimento, Elissandra de Britto, João Paulo Caetano Santos, Joseanie Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira, Rosângela Ferreira Conceição

Entrevista

20

O plano sob contradições

Heliodório Sampaio

Artigos

26

Caracterização da estrutura do setor industrial baiano

Carla Janira Souza do Nascimento

49

Resistência cultural como obstáculo à consolidação do Arranjo Produtivo Local da cachaça na Bahia

André Silva Pomponet

40

Protecționismo brasileiro e padrões recentes no comércio exterior baiano

Marcos Guedes Vaz Sampaio

56

Desigualdades raciais na estrutura do mercado de trabalho da RMS: uma análise comparativa

Estevão Matta e Machado

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

RONALD DE ARANTES LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

Edmundo Sá Barreto Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto, João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Carla Janira Souza do Nascimento, Joseanie Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira, Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca – Cobi

REVISÃO

Maria José Bacelar

PRODUÇÃO EDITORIAL E GRÁFICA

Coordenação de Disseminação de Informações – Codin
Márcia Santos (coordenadora), Anna Luiza Sapucaia, Danilo Rogel, Dóris Serrano, Elisabete Cristina Barretto, Julio Vilela, Mariana Gusmão, Nando Cordeiro

FOTOS

Agecom, Mariana Gusmão, Ricardo Soubhia

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

IMPRESSÃO

EGBA

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.



62

**Cooperativismo no
Brasil e na Bahia:
números recentes**

Patrícia da Silva
Cerqueira

70

**Caracterização da
liquidez do sistema
bancário na Bahia**

Jorge Tadeu Dantas Caffè

Sessão especial

78

**PIB da Bahia cresce 5% no
segundo trimestre e fecha
o 1º semestre de 2008 com
expansão de 5,3%**

Denis Veloso da Silva,
Gustavo Casseb Pessoti

Ponto de vista

84

**Importância
socioeconômica do
Bolsa Família na Bahia**

José Ribeiro S.
Guimarães

Investimentos na Bahia

88

**Investimentos industriais
deverão gerar um volume
de aproximadamente
R\$ 19 bilhões**

92

Livros

94

**Conjuntura
Econômica
Baiana**

Indicadores Conjunturais

105

Indicadores Econômicos

111

Indicadores Sociais

120

Finanças Públicas

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) - Salvador:
SEI, 1994 - .

Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até
o número 154.
ISSN 1413-1536

1.Planejamento econômico - Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º and. – CAB
Cep: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br



A biblioteca Rômulo de Almeida está com um novo layout. As estantes foram trocadas, o espaço ganhou um desenho funcional e uma iluminação adequada. Agora você pode fazer pesquisa num ambiente mais agradável e prático. Lembramos ainda que a maior parte dos nossos títulos são edições de grandes instituições nacionais e internacionais, como o BNB, IPEA, BNDES, IBGE, ONU e Comunidade Européia. No nosso site, www.sei.ba.gov.br, você pode fazer pesquisas bibliográficas do nosso acervo, bem como, o download das publicações da SEI. Desde 1989 a Rômulo de Almeida vem se firmando como um espaço para pesquisadores e estudiosos da área de economia e planejamento. Nosso horário de funcionamento é das 9h às 17h30, das segundas às sextas-feiras, na Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª avenida, térreo. Visite-nos.

Carta do editor

A edição de nº 160 da revista *Conjuntura & Planejamento* traz mais uma vez a seu público leitor um conjunto de artigos e indicadores relativos à economia baiana, mantendo seu compromisso de fornecer não apenas um condensado de números, mas análises pormenorizadas dos diversos setores da economia.

Nessa perspectiva, o artigo de Carla Janira — *Caracterização da Estrutura do Setor Industrial Baiano* — analisa a estrutura da produção industrial da Bahia, tomando como referência os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2006. Numa linha analítica similar, Marcos Guedes Sampaio analisa o padrão recente do comércio exterior baiano, no artigo intitulado *Protecionismo Brasileiro e Padrões Recentes no Comércio Exterior Baiano*. Na análise o autor mostra o desempenho atual do comércio exterior da Bahia, observando o comportamento tanto das exportações quanto das importações, com base nas mais variadas óticas de observação. André Silva Pomponet analisa, em seu artigo *Resistência Cultural como Obstáculo à Consolidação do Arranjo Produtivo Local (APL) da Cachaça na Bahia*, os obstáculos culturais enraizados na sociedade baiana, relativos ao consumo da cachaça, que impedem a consolidação de uma estrutura dinâmica e interligada de beneficiamento dessa bebida.

O artigo *Desigualdades Raciais na Estrutura do Mercado de Trabalho da RMS: uma Análise Comparativa*, de Estevão Matta, apresenta os dados do mercado de trabalho da RMS produzidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). No trabalho, o autor analisa a composição do mercado de trabalho da RMS, observando que essa composição é determinada pela maior presença da minoria branca em detrimento da maioria negra. No limite, tem-se não apenas a diferença na colocação nos postos de trabalho, mas também nos rendimentos auferidos por brancos e negros. Finalmente, os artigos de Patrícia Cerqueira — *Cooperativismo no Brasil e na Bahia: Números Recentes* — e de Jorge Tadeu — *Caracterização do Sistema Bancário na Bahia* — trazem análises relativas a dois diferentes setores da atividade econômica na Bahia. No primeiro, tem-se uma análise dos dados de cooperativas no Brasil e na Bahia, bem como da importância dessas associações para o desenvolvimento econômico e social. Já no segundo artigo é feita uma averiguação sobre a importância do sistema bancário para o desenvolvimento local e regional. O autor faz uma análise do PIB de 30 municípios baianos, buscando uma relação entre tais dados e a Teoria da Preferência pela Liquidez (TPL).

Além dos artigos mencionados, a revista traz, na seção de entrevista, uma conversa com o Professor da Faculdade de Arquitetura, Dr. Heleodoro Sampaio. Na entrevista, o especialista faz uma análise de pontos polêmicos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), criticando a forma como foi elaborado e a falta de análise técnica em diversos pontos desse documento. Na seção Ponto de Vista, José Ribeiro, Diretor de Pesquisas da SEI, destaca a importância do Programa Bolsa Família para o Brasil, em particular para a Bahia.

Esperamos que o público leitor encontre nas próximas páginas a informação que deseja, e que tais informações sirvam como instrumento de formação de opinião.

Desempenho da economia baiana no 1º semestre de 2008

Carla do Nascimento, Elissandra de Britto,
João Paulo Caetano Santos, Joseanie
Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira,
Rosangela Ferreira Conceição*

Nas economias em desenvolvimento as pressões inflacionárias podem prejudicar todo um planejamento de crescimento econômico sustentável. Por isso, quando se trata de conter inflação, aumento generalizado nos preços de bens e serviços, as autoridades governamentais devem ficar atentas para adotar políticas econômicas voltadas à contenção do processo inflacionário, que afeta em especial as camadas sociais mais baixas, pois estas destinam a maior parte do seu salário para o consumo de alimentos.

O movimento altista de preços no país iniciou-se a partir de meados de 2007, com as expectativas de crise na economia americana. O excelente crescimento de economias emergentes, as perdas de safras agrícolas, por conta do aquecimento global, e o movimento especulativo dos mercados internacionais desencadearam um processo de aceleração dos preços iniciado nos produtos agrícolas, seguidos por metais, petróleo, e demais preços básicos.

Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentados por Lourenço (2008):

[...] a inflação [mundial], que saltou de 3,5% em 2006 para 4,8% em 2007, deve chegar a 5,5% em 2008. Em doze meses os índices de preços acusam incremento

* Economistas e técnicos da Coordenação de Análise Conjuntural da SEI. cac@sei.ba.gov.br



de 4,2% nos Estados Unidos (EUA), 3,7% na Zona do Euro, o maior em 16 anos, 15,1% na Rússia, 7,7% na China e 7,8% na Índia.

Na economia brasileira não está sendo diferente, pois, em doze meses, o índice de preços está em 6,1%.

Cabe aqui destacar o papel fundamental do crescimento econômico das economias emergentes para o movimento ascendente dos preços, uma vez que o aumento da renda e do consumo *per capita* desses países aumenta a demanda por produtos, principalmente, alimentos. Suzuki Jr. (2008) coloca que:

"Nos últimos dez anos, segundo estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo de soja, arroz e trigo cresceu, respectivamente, 84,7%, 9,4% e 10,4% no mundo em desenvolvimento, muito acima das variações registradas nos países ricos.

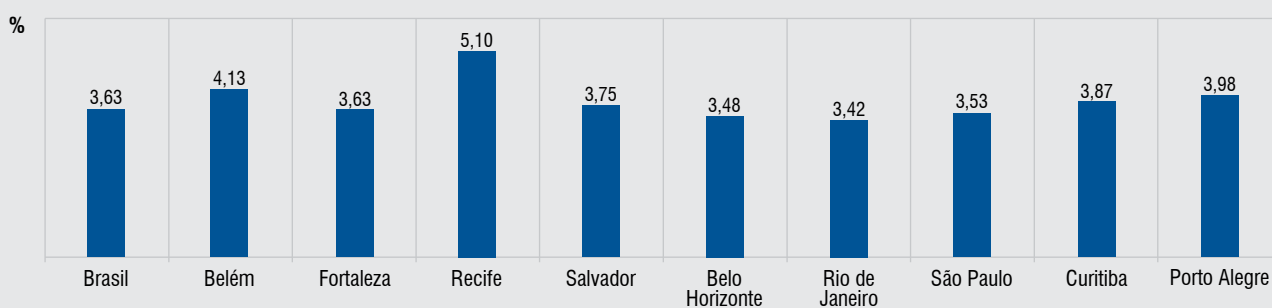
Portanto, o descompasso entre a oferta e a demanda dos alimentos observado recentemente deve-se à nova configuração da economia mundial, em que países com grande volume populacional têm aumentado sua participação no mercado consumidor mundial.

Cabe aqui, então, retratar os efeitos dessas pressões altistas na economia brasileira. O risco de descontrole da

inflação na economia brasileira pode deteriorar o crédito, aumentar gastos públicos, e todos esses efeitos conduziriam a queda na taxa de crescimento econômico do País. No entanto, a economia nacional está entre os países, que possuem o regime de meta inflacionária, que tem obtido êxito no controle dos níveis de preços, mantendo-o abaixo do teto máximo. As medidas imputadas pelas autoridades monetárias concentram-se basicamente no aumento da taxa básica de juros.

Ao investigar o IPCA, índice de preços oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI desde julho de 1999, observam-se, ao longo do ano de 2008, taxas crescentes em todo o período, acumulando no primeiro semestre de 2008 taxa de 3,6% ante 2,1% em 2007. Considerando-se apenas o grupo de *alimentos e bebidas*, este apresentou incremento de 8,6% no semestre, ante 3,9% em 2007, registrando maiores altas de preços nos itens feijão preto (57,7%) e arroz (38,2%). No entanto, ressalta-se que as onze regiões metropolitanas pesquisadas apresentaram aceleração nos preços de alimentos, porém a Região Metropolitana de Salvador registrou o maior acréscimo (10,1%), apesar de apresentar a quarta posição no IPCA total entre as demais regiões metropolitanas, ainda que acima da média nacional, como pode ser observado no Gráfico 1. Ressalte-se que este aumento ainda é bastante gradual, apesar de crescente.

Gráfico 1
Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*
Brasil e Regiões Metropolitanas, jan. - jun./2008



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC/SE
* Variação acumulada no ano

Diante desse ambiente de pressão altista dos preços, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu (27 de julho) aumentar a taxa Selic em 0,75%, passando-a para 13% ao ano. Essa foi a terceira elevação somente no primeiro semestre (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Além disso, com o processo inflacionário, existe o risco de que os agentes econômicos considerem que as elevações da inflação mantenham-se persistentes, o que implicaria redução da eficácia da política monetária. Tendo este aspecto em vista, a estratégia adotada pelo Copom visa trazer a inflação de volta à meta central de 4,5%, estabelecida pelo CMN, tempestivamente, isto é, já em 2009. Tal estratégia leva em conta as defasagens do mecanismo de transmissão e é a mais indicada para lidar com a incerteza inerente ao processo de formulação e de implementação da política monetária (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Obviamente, a economia baiana também sofre os efeitos da aceleração nos preços. Os resultados do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Salvador, divulgado pela SEI, para o mês de junho, corroboraram com os resultados para economia nacional. O IPC-SEI registrou incremento de 0,7%, acumulando no primeiro semestre de 2008 taxa de 3,6%. No ano anterior, primeiro semestre de 2007, o IPC havia registrado variação de apenas 2,9%. No acumulado dos últimos doze meses (jul/07-jun/08), a taxa situou-se

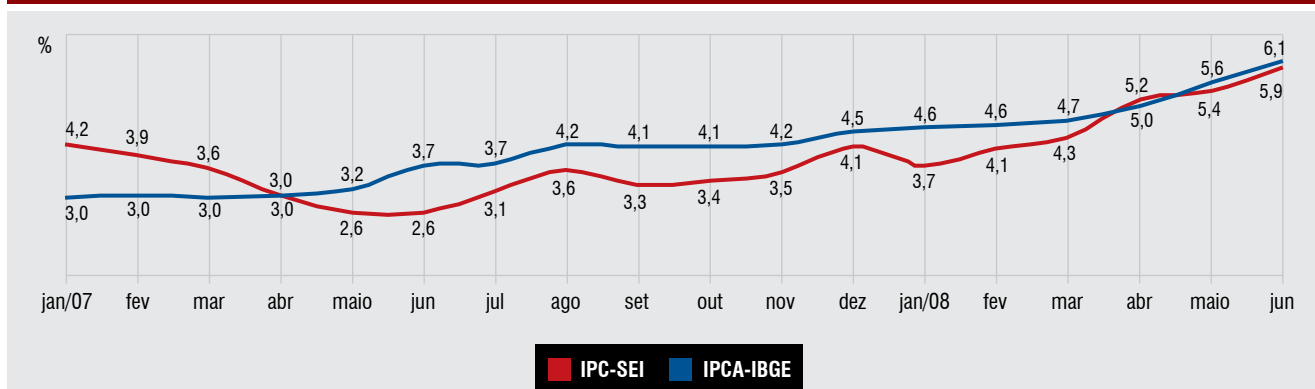
em 5,90%, resultado superior ao observado no mesmo indicador do mês de maio (jun/07-maio/08), que foi de 5,4%. O mesmo comportamento é observado no IPCA, como ilustrado o Gráfico 2, que passou 5,6% em maio para 6,1% em junho, na comparação dos últimos 12 meses.

Em termos de grandes grupos, observa-se que as maiores contribuições para o incremento na inflação, em Salvador, no mês de junho, vieram de *alimentos e bebidas* (0,9%) e *transporte e comunicação* (0,5%). Considerando-se o período acumulado no ano, primeiro semestre de 2008, as maiores influências vieram de *alimentos e bebidas* (7,1%), *saúde e cuidados pessoais* (6,80%) e *despesas pessoais* (3,9%).

No grupo *alimentos e bebidas*, o subgrupo produtos in natura apresentou a maior taxa no acumulado do ano (18,9%) entre os demais, principalmente em decorrência da alta nos preços de itens como: tubérculos, raízes e legumes (42,7%) e hortaliças e verduras (44,5%). E no subgrupo produtos industrializados, que registrou taxa de 7,7%, destacam-se: panificados (16,9%), carnes e peixes industrializados (12,2%) e farinhas, féculas e massas (11,4%).

O movimento altista dos preços conduz a efeitos diversos sobre as atividades econômicas. Isto porque a alta de preços de produtos básicos, em sua maioria *commodities*, não pode ser considerado em sua totalidade "vilão", causador de desequilíbrios, pois, a princípio, beneficia em

Gráfico 2
Taxa de inflação*, Bahia - Brasil
jan./2007 - jun./2008



Fonte: IBGE/SEI. Elaboração: CAC-SEI

* Variação acumulada em 12 meses

muito os ofertantes desses produtos. É o caso do setor agrícola e de alguns ramos industriais – petróleo, metais, celulose, que ganham pelo lado das vendas externas, e no mercado interno diluem os custos das matérias-primas com preços mais elevados. Por outro lado, o comércio desacelera, pois é afetado diretamente pelo aumento dos preços e pelas medidas contracionistas impostas pelas autoridades monetárias. As próximas seções irão mostrar como esses diferentes setores de atividade econômica vêm sendo afetados pelo aumento dos preços no primeiro semestre de 2008, além de apresentar seus principais resultados econômicos.

PREÇOS FAVORÁVEIS BENEFICIAM PRODUTORES AGRÍCOLAS

A Conab, em seu último levantamento nacional da safra de grãos 2007/2008, estima crescimento em área plantada de 2,2% sobre a área plantada na safra 2006-2007. Os principais produtos que contribuem com essa expansão são o milho (principalmente a 2ª safra), soja e trigo (ACOMPANHAMENTO..., 2008c).

As expectativas de colheita são mais otimistas. Espera-se colher 143,7 milhões de toneladas, o que representa

um aumento de produção em torno de 9,1% em relação a safra anterior. As boas produtividades obtidas pela produção de milho, algodão e feijão, aliadas aos preços estimulantes do milho e as boas condições climáticas justificam este resultado (ACOMPANHAMENTO..., 2008c)

As boas expectativas de produção nacional de grãos também são identificadas na produção agrícola baiana. As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizadas em agosto de 2008, indicam um desempenho positivo para as principais lavouras. Os dados gerais (Tabela 1) ratificam a expectativa de otimismo do setor no estado.

No estado, no caso específico da produção de grãos, chega-se a 6,5 milhões de toneladas, 17% a mais em relação ao ano anterior. O milho, a soja e o feijão são os produtos que mais contribuem para este resultado. As melhorias nas técnicas de produção, os preços elevados e a ampliação de áreas colhidas são eventos responsáveis por este resultado.

O milho e a soja apresentam crescimento de 22,7% e 19,6%, respectivamente, em relação à safra anterior. Em números absolutos chega-se a 2 milhões de toneladas

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas
Bahia, 2007-2008

Produtos/safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha) ³		
	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)
Mandioca	4.665.855	4.570.064	-2,1	390.529	372.726	-4,6	352.889	344.654	-2,3	13.222	13.260	0,3
Cana-de-açúcar	6.179.203	6.219.690	0,7	108.389	109.882	1,4	106.352	108.173	1,7	58.101	57.498	-1,0
Cacau	136.718	142.913	4,5	574.002	563.130	-1,9	560.905	563.130	0,4	244	254	4,1
Café	151.607	173.920	14,7	162.730	159.451	-2,0	149.926	153.011	2,1	1.011	1.137	12,4
Grãos	5.464.038	6.417.954	17,5	2.676.862	2.712.227	1,3	2.486.556	2.548.644	2,5	2.197	2.518	14,6
Algodão	1.125.240	1.194.526	6,2	301.928	315.583	4,5	301.928	315.583	4,5	3.727	3.785	1,6
Feijão	319.402	364.867	14,2	634.136	595.945	-6,0	539.447	514.165	-4,7	504	710	40,9
Milho	1.635.849	2.007.123	22,7	843.328	830.458	-1,5	747.711	748.825	0,1	1.940	2.680	38,2
Soja	2.298.000	2.747.634	19,6	851.000	905.018	6,3	851.000	905.018	6,3	2.700	3.036	12,4
Sorgo	85.547	103.804	21,3	46.470	65.223	40,4	46.470	65.053	40,0	1.841	1.596	-13,3
Total	-	-	-	3.912.512	3.917.416	0,1	3.656.628	3.717.612	1,7	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA/GCEA. Elaboração: CAC - SEI

¹ LSPA/IBGE safra 2007

² LSPA/IBGE julho 2008

³ Rendimento = produção física/área colhida.

de milho e 2,7 milhões de toneladas de soja. A expansão de áreas e melhorias nas técnicas de produção aumentaram a produtividade, que chegou a 2.680 kg/ha plantado de milho, e 3.036 kg/ha plantado de soja, com variação em relação ao ano passado de 38,2% e 12,4%, respectivamente.

Este cenário favorável também é impulsionado pelo aumento de preços dos grãos, que refletem os impactos da valorização do petróleo no mercado internacional. Com o aumento de preços destes últimos, aumenta-se a demanda por combustíveis alternativos, como o etanol, que tem como base de sua produção o milho (PREÇO..., 2008a).

O feijão, que passa por reduções em área plantada e colhida, apresenta recuperação de sua produção em relação ao resultado do ano passado, comprometido pela estiagem que prejudicou a colheita da safra de verão. O crescimento de produção deste grão está em torno de 14,2%, passando de 319 mil toneladas para 365 mil toneladas.

A produção de café apresenta crescimento de 14,7% em relação ao ano passado. Este dado é favorecido pela biannualidade positiva e as chuvas que ocorreram de forma mais constante. A Conab estima que a

“A soja e derivados registrou variação de preço no ano de 75%. As vendas do café apresentam crescimento de 41%”

produção no estado será de 2,27 milhões de sacas, sendo 73% de sacas de café *arábica* beneficiado, e 27% de sacas de café *conilon* beneficiado (ACOMPANHAMENTO..., 2008b).

O cacau também apresenta crescimento em sua produção (4,5%), e este é impulsionado pelo aumento da produtividade por hectare (4,1%) e pela alta dos preços no mercado internacional. O cenário é muito positivo para os produtores nacionais já que o país, dentre os produtores internacionais, é o único com área disponível para expansão da produção (PREÇO..., 2008b).

O único produto, dentre os pesquisados, que apresenta queda nas estimativas de safra é a mandioca (-2,1%). Problemas climáticos (ausência de chuvas) têm contribuído para este resultado.

Tabela 2
Exportações do agronegócio
Bahia, jan. - jul./2007 - 2008

Produtos	Peso (ton)		Var (%)	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var (%)
	2007	2008		2007	2008	
Soja e derivados	899.009	826.855	-8,0	216.919	349.301	61,0
Cacau e derivados	45.284	40.675	-10,2	119.989	145.917	21,6
Couros e peles	12.921	12.676	-1,9	59.221	63.983	8,0
Sisal e derivados	61.941	50.268	-18,9	54.763	52.495	-4,1
Café e especiarias	26.205	26.677	1,8	60.187	74.744	24,2
Algodão e seus subprodutos	39.871	29.347	-26,4	45.179	37.834	-16,3
Frutas e suas preparações	27.169	36.323	33,7	27.256	37.768	38,6
Fumo e derivados	1083	1634	50,9	8.456	10.715	26,7
Pesca e aquicultura	922	483	-47,6	4.120	3.766	-8,6
Total das exportações agronegócio	1.114.405	1.024.938	(8,0)	596.090	776.523	30,3
Total das exportações baianas	5.261.385	5.833.573	10,9	3.960.184	5.319.372	34,3
Participação do agronegócio nas exportações baianas	21,2	17,6		15,1	14,6	

Fonte: PromoBahia, 2007 (com adaptações)

No que diz respeito ao comércio internacional, acompanhando o ambiente positivo das exportações do Brasil, a Bahia também apresenta cenário favorável. O desempenho recorde das exportações baianas nestes sete meses está associado à alta nos preços dos grãos, metais, celulose e petróleo (*commodities*). A soja e derivados registrou elevação de preço no ano de 75%. As vendas do café apresentam crescimento de 41% (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008).

Os dados da Tabela 2 ratificam o peso do fator “preço” nos resultados do comércio exterior. A despeito de uma queda de 8,0% no volume comercializado (tonelada) até julho deste ano, o valor das transações passa de 30,0% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado.

A soja e derivados é o principal segmento a impulsionar este resultado, com crescimento de 61,03% em relação ao valor transacionado no mesmo período do ano passado.

INDÚSTRIA MANTÉM RITMO DE CRESCIMENTO

O desempenho registrado neste primeiro semestre de 2008 na indústria nacional foi positivo para a economia brasileira, conforme dados divulgados no mês de junho pela PIM – Pesquisa Industrial Mensal (PESQUISA ..., 2008a), do IBGE.

A indústria geral brasileira apresenta acréscimo de 6,3% no primeiro semestre de 2008, frente a igual período de 2007, esta taxa é resultante da preponderância positiva apresentada em 21 atividades pesquisadas, sendo que a maior contribuição é referente ao acréscimo de 18,4% na *indústria automobilística*. Nessa comparação, vale ressaltar os desempenhos positivos no segmento da *indústria de transformação* (6,3%) tais como: *outros equipamentos de transporte* (33,1%); *máquinas e equipamentos* (9,4%); *produtos de metal-exclusive máquinas e equipamentos* (9,0%); *borracha e plástico* (8,9%) e *metalurgia básica* (7,6%); quanto ao segmento da *indústria extrativa* foi observado acréscimo de 6,4% no período.

Diante dos crescimentos citados nas atividades acima, podemos destacar os principais produtos responsáveis por esta pressão positiva: automóveis; caminhões; aparelhos elevadores para transporte de mercadoria; máquinas para colheita; lingotes, blocos, tarugos ou placas de aço ao carbono; relaminados de aço; aviões ou outros veículos aéreos; motocicletas; tubos, canos, mangueiras de plástico, peças e acessórios de borracha para veículos; minérios de ferro e seus concentrados e óleos brutos de petróleo, sendo estes dois últimos pertencentes a indústrias extrativas. Por outro lado, as principais pressões negativas partiram de *máquinas para escritório e equipamentos de informática* (-5,6%); *fumo* (-5,2%); *madeira* (-5,2%) e *calçados e artigos de couro* (-3,7%).

Seguindo esta análise comparativa, os índices por categorias de uso demonstram aquecimento ao longo do semestre em todas as categorias, registrando maior dinamismo no setor de bens de capital (17,1%), apontando destaque para *agrícola* (42,8%), *transporte* (28,3%), *energia elétrica* (14,3%), *fins industriais* (10,0%) e *uso misto* (7,6%).

Quanto à categoria de bens intermediários apresentaram acréscimo de 5,3%, destaque para os subsetores de *peças e acessórios para equipamentos de transporte industrial* (11,8%) e *insumos industriais elaborados* (5,4%).

O grupamento de insumos para a *construção civil* acumula acréscimo de 9,9% neste primeiro semestre de 2008, logo, contribuindo também para o comportamento positivo desse segmento.

A categoria de bens de consumo duráveis apresentou acréscimo de 13,9% apoiada basicamente no aumento na fabricação de *celulares* (28,5%), *motocicletas* (24,6%) e *automóveis* (20,9%). Esses ramos respondem à demanda interna expressiva estimulada pelas condições e manutenção de créditos e pelo aumento da massa salarial.

A indústria de bens de consumo semi e não-duráveis registrou uma taxa moderada de 1,7% no primeiro semestre, resultado esse influenciado, sobretudo, por *vestuário* (6,7%), *farmacêutica* (5,5%) e *alimentos* (3,6%). Esta indústria também apresentou resultados negativos nos produtos dos ramos de *perfumaria*, *sabões e produtos de limpeza* (-3,1%), *calçados e artigos de couro* (-3,9%) e *fumo* (-4,1%).

A produção industrial baiana seguiu a mesma trajetória de crescimento para este primeiro semestre de 2008. A atividade na Bahia foi impulsionada por todos os segmentos pesquisados, sendo que, apenas um, registrou taxa negativa no período. Os dados analisados nos próximos parágrafos demonstram esta performance.

Com base nos dados da PIM, no primeiro semestre do ano, a indústria baiana apresentou variação positiva de 4,6% ante, 0,3% apresentado em 2007. Os maiores destaques positivos foram assinalados, por celulose, papel e produtos de papel (29,8%), refino de petróleo e produção de álcool (3,3%), metalurgia básica (5,6%) e borracha e plástico (17,3%), impulsionados pelo aumento da produção de celulose; óleo diesel e asfalto de petróleo; ouro em barras e vergalhões de aço; tubos plásticos, mangueiras e embalagens plásticas, respectivamente. Além desses segmentos, pode-se citar o crescimento apresentado em minerais não-metálicos, com incremento de 10,2%. Por outro lado, a única pressão negativa vem de produtos químicos (-1,4%), devido à menor fabricação de polietileno de alta densidade e etileno não-saturado (VENDA..., 2008).

Em virtude do desempenho de alguns setores acima mencionados, observa-se que o segmento de papel e celulose apresentou o resultado mais significativo no período, resultado de uma ascendente produção nesse primeiro semestre (29,8%) ante, decréscimo de 4,8% em 2007. Este segmento retomou ao crescimento após ter sofrido, no primeiro semestre de 2007, um desequilíbrio decorrente da falta de matéria-prima para sua produção. A demanda do setor persiste aquecida, refletindo no preço da celulose que registrou alta em cotação no mercado internacional. Neste momento, alguns investimentos, por parte de uma das grandes empresas de papel e celulose do estado, para aumento na capacidade produtiva encontram-se em maturação (SUZANO..., 2008)

Seguindo a mesma análise, o segmento de *refino de petróleo* (3,3%), segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na Refinaria Landulpho Alves, o acréscimo é proveniente do aumento na produção de asfalto em 41,6%, no óleo combustível em 17,9%, no GLP em 8,1% e no óleo diesel que registrou acréscimo

de 5,6%, comparando-se o primeiro semestre de 2008 com igual período de 2007. Dos derivados do petróleo que registraram decréscimo na produção foram: gasolina (-13,8%), querosene de aviação (-13,1%), parafina (-8,4%), lubrificante (-5,7%) nafta para petroquímica (-3,4%) e solventes (-5,6%), que têm pequena participação no total da produção do setor.

O desempenho da indústria de *metalurgia básica* (5,6%) deve-se principalmente ao aumento na produção de ouro em barras e vergalhões de aço ao carbono. Este incremento apóia-se a uma maior demanda proveniente dos setores da construção civil e do setor automobilístico, estimulados pela expansão do crédito imobiliário e pelo bom desempenho das operações de financiamento de automóveis, respectivamente.

O aumento na produção do segmento de *borracha e plástico* (17,3%) deve-se ao incremento na produção de embalagens plásticas e tubos, canos e mangueiras plásticas. A performance deste segmento está intimamente ligada à estabilidade econômica, que tem contribuído para o aumento do consumo de alimentos, em especial entre as classes mais baixas, o que, conseqüentemente, impulsiona a demanda por embalagens plásticas. Além dos altos investimentos no ramo imobiliário que se instalaram no estado, que demandam produtos derivados deste segmento.

Observando os índices de emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE, o estado da Bahia registrou taxa positiva de 1,6% no nível de pessoal ocupado assalariado na indústria geral (extrativa e mineral), para o primeiro semestre de 2008, em confronto com igual período de 2007. No Brasil, registrou-se aumento de 2,7% para este indicador.

Em termos setoriais, no total do país, os destaques foram: *máquinas e equipamentos* (12,6%), *meios de transporte* (10,6%), *máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos de comunicação* (12,9%), *alimentos e bebidas* (3,1%) e *produtos de metal* (8,5%). Em contraposição, as pressões negativas na composição da taxa geral foram exercidas, sobretudo, por *calçados e artigos de couro* (-11,1%), *vestuário* (-5,0%), *madeira* (-8,2%) e *têxtil* (-5,4%).

Na Bahia, os ramos que apresentaram maior aumento no emprego industrial foram: *calçados e artigos de couro* (9,7%), *máquinas e equipamentos* (28,6%), *minerais não-metálicos* (17,8%) e *vestuário* (7,4%). Negativamente, destacam-se os segmentos de *produtos químicos* (-21,5%), *alimentos e bebidas* (-3,3%), *têxtil* (-9,8%), *fumo* (-21,5%).

Em síntese, a indústria brasileira no primeiro semestre de 2008 mostrou resultados positivos e favoráveis para a maioria dos segmentos industriais pesquisados. Logo os setores produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis mantiveram-se em evidência ao longo do período, respondendo aos investimentos, ainda que esparsos, e às condições do crédito. Seguindo essa trajetória de crescimento, a indústria baiana demonstra um quadro favorável para expansão e recuperação dos principais setores.

BALANÇA COMERCIAL BAIANA SOFRE IMPACTO DA VARIAÇÃO DE PREÇOS

A balança comercial baiana fechou o primeiro semestre de 2008 com crescimento tanto das exportações quanto das importações. Nesse período, o valor total das exportações foi de US\$ 4,297 bilhões, contra US\$ 3,379 bilhões no mesmo período do ano anterior, o que representa elevação de 27,2%. Já as importações registraram expansão um pouco maior; estas, no primeiro semestre totalizaram US\$ 3,293 bilhões contra US\$ 2,510 bilhões no mesmo período do ano anterior – crescimento de 31,2%.

Tomando como referência os dados da balança comercial brasileira, a qual registrou crescimento de 23,8% nas exportações e de 50,6% nas importações, constata-se que a Bahia vem perdendo participação nos últimos dois anos. Depois de nove anos de crescimento da corrente de comércio da Bahia em relação ao Brasil, a partir de 2006 tem-se uma tendência de redução dessa participação (Tabela 3).

Como veremos a seguir, o crescimento tanto das importações quanto das exportações baianas está atrelado diretamente à elevação dos preços internacionais, sobretudo das *commodities*. Na verdade, a elevação do preço

Tabela 3
Evolução da corrente de comércio da Bahia no comércio exterior brasileiro 2005 – 2008

Anos	Exportações (US\$ milhões)	Importações (US\$ milhões)	Saldos (US\$ milhões)	Corrente de comércio %
2005	5,05	4,55	5,87	4,9
2006	4,92	4,90	4,95	4,9
2007	4,61	4,50	4,94	4,6
2008*	4,74	4,15	8,84	4,5

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: PROMO – Centro internacional de negócios da Bahia

Obs: Importações efetivas, dados preliminares

* Dados referentes ao período janeiro a junho de 2008.

das *commodities* tem afetado não apenas a economia baiana e brasileira, mas todas as economias globais. Um exemplo significativo dessa elevação é o preço das matérias-primas, que segundo dados do Ipeadata, mais que duplicou no período de um ano, uma vez que o índice passou de 163,8 para 334,37. Nessa mesma direção seguiram os preços de grãos/oleaginosas e frutas (de 175,82 para 282,87); petróleo e derivados (de 352,44 para 674,95) e minerais (de 273,11 para 309,39).

A Tabela 4 mostra a relação proporcional entre o valor do produto e a respectiva quantidade exportada e importada¹. Dentre os produtos exportados, os que registraram as maiores variações no preço foram aqueles pertencentes ao segmento *metalúrgico* (*ferromangânese e outras ligas de ferromangânese*, com variação de quase 200%). Os produtos *óleos brutos de petróleo e fuel-oil*, os quais pertencem ao segmento de *petróleo e derivados* vieram logo em seguida com variações de 88,4% e 83,6% respectivamente. Os principais mercados consumidores desses produtos foram Estados Unidos, Países Baixos e Argentina, os quais responderam por quase 50,0% de tudo o que foi exportado pela Bahia. Cabe mencionar ainda que, dentre os quarenta principais produtos exportados pela Bahia, apenas três – *P-xileno*, *pasta química de madeira para dissolução* e *mangas frescas ou secas* – registraram variação negativa no período. No computo global

¹ Essa relação foi calculada tomando-se o valor total (em dólar) do produto exportado (importado) e a quantidade total exportada (importada) do mesmo $\left(\frac{\text{US\$}}{\text{Tn}}\right)$, representando o preço FOB, aproximado, por tonelada de produto.

das exportações, enquanto as quantidades registraram variação de apenas 5,1%, o crescimento em termos de preço foi de 27,2%.

A elevação dos preços internacionais das *commodities* tem impactado não apenas de forma positiva a balança comercial baiana, mas também negativamente, na medida em que o aumento das importações tem sido influenciado diretamente por essa elevação dos preços. No primeiro semestre de 2008, as importações baianas

registraram expansão de 31,2% no valor total, ao passo que em termos de quantidade o crescimento foi de 11,0%. Com relação ao crescimento do valor importado, destaca-se a variação de preços verificada nas importações de *Enxofre a granel, excl. sublimado, precipitado ou coloidal* (607,7%), *Superfosfato, teor de pentóxido de fósforo (p2o5)>45%* (264,5%) e *Outros. minérios de manganês* (260,1%).

A apresentação de todos esses dados demonstra que a elevação dos preços internacionais apesar de ter contribuído para o crescimento das exportações baianas, em termos de valor, o que consiste num ponto positivo para a economia do estado, também traz consigo pontos negativos, visto que os impactos dessa elevação também são sentidos no processo inverso, isto é, no processo de importação de produtos. E esse aspecto negativo torna-se mais grave na medida em que tem contribuído decisivamente para a maior expansão das importações em relação às exportações. Nesse sentido, o aumento do *quantum* exportado se coloca como a possibilidade real de reverter tendência de expansão das importações acima das exportações.

VAREJO MANTÉM-SE POSITIVO NO PRIMEIRO SEMESTRE, MAS EM DESACELERAÇÃO

Os dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio – PMC (PESQUISA ... 2008d) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revelam que o varejo segue com um comportamento positivo para o volume de vendas nacional, assinalando taxas de 8,2% sobre junho do ano anterior, 10,6% e 10,2% nos acumulados dos seis primeiros meses do ano e dos últimos 12 meses, respectivamente. Apesar da taxa semestral ser a melhor desde 2001, quando o IBGE iniciou a pesquisa, o cenário em que se verifica traz incertezas quanto à manutenção dessa trajetória.

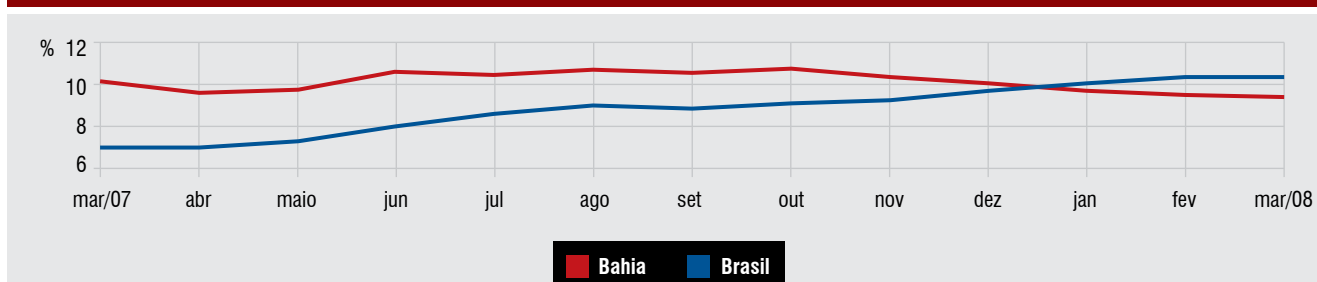
O desempenho do varejo baiano no mês de junho registrou variação mensal de 2,8%, com relação ao mesmo mês do ano anterior. No mês de maio, a taxa observada, neste mesmo indicador, foi de 9,1%, evidenciando um recuo de um mês para o outro. O ritmo decrescente

Tabela 4
Variação de preços na balança comercial baiana
jan.-jun./2007-2008

Exportações	Relação valor / tonelada (US\$ 1.000)		%
	2007	2008	
Ferromanganês contendo, em peso >2% de carbono	0,8	2,3	192,1
Outs. ligas de ferromanganês	1,2	3,3	181,6
Óleos brutos de petróleo	0,4	0,8	88,4
Fuel-oil	0,3	0,5	83,6
Outs. grãos de soja, mesmo triturados	0,3	0,4	70,0
Éter metil-ter-butilico (mtbe)	0,5	0,9	67,6
Ouro em barras, fios, perfis de seção maciça, bulhão dourado	20971,5	33997,0	62,1
Bagaços/resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	0,2	0,3	57,2
Pasta de cacau, não desengordurada	2,5	3,7	52,8
Ferrossilício contendo peso>55% de silício	1,0	1,4	43,8
Total das exportações	–	–	27,2
Importações			
Enxofre a granel, excl. sublimado, precipitado ou coloidal	0,1	0,5	607,7
Superfosfato, teor de pentóxido de fósforo (p2o5)>45%	0,3	0,9	264,5
Outs. minérios de manganês	0,1	0,2	260,1
Fosfatos de cálcio, naturais, não moídos	0,1	0,2	172,2
Coques de hulha, de linhita ou de turfa	0,1	0,3	160,3
Diidrogeno-ortofosfato de amônio, incl. Misturas hidrogenadas	0,4	1,0	128,6
Outs. cloretos de potássio	0,2	0,5	115,1
Trigo (excl. trigo duro ou p/ semeadura), e trigo c/ centeio	0,2	0,3	70,4
Álcool láurico (álcool graxo industrial)	1,2	1,8	56,6
Metanol (álcool metílico)	0,4	0,6	54,3
Coque de petróleo calcinado	0,7	1,0	49,0
Total das importações	–	–	31,2

Fonte: MDIC/SECEX
Elaboração: CAC - SEI

Gráfico 3
Índice de volume de vendas do comércio varejista*
Bahia e Brasil, jun./2007 - jun./2008



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: CAC/SEI

* Acumulado 12 meses

é atribuído segundo os analistas aos juros maiores² e ao aumento do preço dos alimentos. Nos primeiros seis meses do ano, a variação foi de 7,7%, alcançando nos últimos 12 meses 8,5%. Um outro aspecto a ser ressaltado é a forte base comparativa, uma vez que a taxa mensal apresentada no ano passado foi de 15,3%, acumulando no período uma variação semestral de 10,8%. Quando observada a trajetória do setor nos primeiros seis meses do ano de 2008, constata-se que, comparada ao volume de vendas do comércio varejista nacional, o varejo baiano apresenta uma queda mais intensa nos negócios (Gráfico 3).

Na análise semestral de 2008, verifica-se que das oito atividades que compõem o indicador do volume de vendas do comércio varejista, sete obtiveram variações positivas. Listadas pelo grau de magnitude das taxas em ordem decrescente, têm-se: *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (22,0%), *livros, jornais, revistas e papelaria* (21,6%), *móveis e eletrodomésticos* (21,3%), *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (13,0%), *equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (12,7%), *combustíveis e lubrificantes* (11,8%) e *tecidos, vestuário e calçados* (2,2%). Além desses, os outros segmentos que apresentaram taxas positivas foram *veículos, motos e peças* (18,9%) e *materiais de construção* (12,4%), mas esses grupos não entram na composição do indicador, fazendo parte do comércio varejista ampliado.

O único segmento a apresentar variação negativa foi *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-0,7%), e o subgrupo *hipermercados e supermercados* (-0,7%). Prejudicado pela alta dos preços dos produtos alimentícios, esse ramo que possui quase metade do peso dos produtos analisados pela pesquisa, determinou o tímido comportamento do comércio no acumulado dos últimos seis meses, conforme pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5
Variação no volume de vendas no varejo¹
Bahia, jun./2008

Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	2,8	7,7	8,5
Combustíveis e lubrificantes	5,7	11,8	9,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,1	-0,7	1,2
Hipermercados e supermercados	-6,3	-0,7	1,9
Tecidos, vestuário e calçados	-5,7	2,2	11,2
Móveis e eletrodomésticos	14,8	21,3	19,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,6	13,0	12,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	28,5	21,6	21,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	25,1	12,7	8,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,3	22,0	23,7
Veículos, motos e peças	14,0	18,9	20,0
Materiais de construção	16,1	12,4	9,5

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas/ Departamento de Comércio e Serviços

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

² O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou em junho a taxa básica de juros (Selic) para 12,25% ao ano.

Levando-se em consideração a contribuição para o resultado global do varejo baiano, os principais destaques para o primeiro semestre foram os segmentos: *móveis e eletrodomésticos*, *combustíveis e lubrificantes*, e *outros artigos de uso pessoal e doméstico*. Ainda beneficiados pelo crédito, expansão da renda e a estabilidade no emprego esses segmentos registraram para o mês de junho de 2008 uma variação nas vendas de 14,8%, 5,7% e 22,3%, respectivamente.

Em relação ao varejo ampliado, verifica-se que os grupos de *veículos, motos e peças* e *materiais de construção* continuam registrando taxas satisfatórias. Para o primeiro segmento, fatores como redução das taxas de juros, ampliação dos prazos de financiamento, assim como melhoria no nível de emprego, verificados ao longo dos primeiros seis meses do ano, contribuíram para que o ramo expandisse as vendas. Quanto ao segundo setor, constata-se que o comportamento positivo é atribuído ao quadro favorável da economia, no que diz respeito ao crédito e a massa salarial, bem como as medidas oficiais de incentivo à construção civil.

Considerando que o tímido comportamento do comércio no primeiro semestre de 2008 reflete, em parte, a inflação de alimentos verificada nos últimos meses, analistas de mercado e representantes do setor divergem quanto ao comportamento do varejo nos próximos meses. Para Carlos Thadeu de Freitas Filho, economista da Confederação Nacional do Comércio – CNC “os números já mostram uma desaceleração marginal por causa da alta inflação de alimentos especialmente, mas não devem ocorrer até o final do ano quedas substanciais no preço de alimentos”. Na sua avaliação, se a taxa de juros chegar aos 15% ao final do ano, conforme estimativa, “o crédito se tornará mais escasso e com prazos menores” esse fato deverá comprometer o desempenho do varejo (SOARES, 2008).

Enquanto que na análise de Emerson Kapaz, diretor-executivo do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo – IDV “o crescimento no primeiro semestre se ‘deu em cima de uma base já muito elevada’, o que torna o resultado ainda mais significativo” (SOARES, 2008, p. 1). Dessa forma, estima que o comércio deverá se expandir nesse ano no mesmo patamar de 2007. Para ele, embora a taxa de juros tenha influenciado o desempenho do setor, houve

“apenas um pequeno ajuste no ritmo de crescimento”, não havendo, portanto, previsões de queda brusca no volume de vendas para os próximos meses (SOARES, 2008). A mesma opinião sobre o comportamento do comércio é compartilhada por Reinaldo Pereira, técnico da coordenação de serviços e comércio do IBGE. Este defende que “apesar da influência da alta inflacionária sobre os dados do varejo, não deverá ocorrer desaceleração nas vendas” Farid (2008, p. 1).

Diante das incertezas quanto ao comportamento da inflação nos próximos meses, não é possível definir o ritmo do comércio varejista para o próximo semestre, já que embora apresentem aumentos menos acentuados, os preços continuam elevados. Entretanto, tem-se a expectativa que caso sejam mantidos os fatores que impulsionaram o setor nos últimos meses, como a recuperação de rendimento dos consumidores, a ampliação dos prazos de parcelamento das compras e a permanência de uma maior oferta de crédito, as vendas no setor continuem positivas.

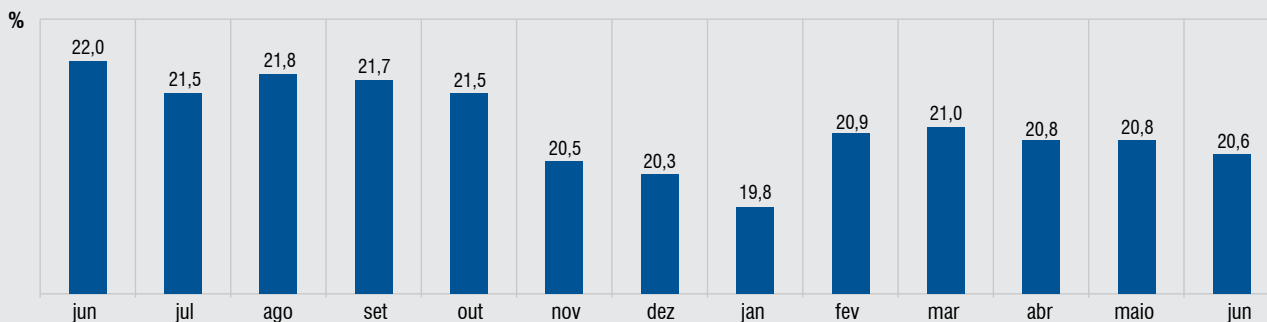
TAXA DE DESEMPREGO CAI NA RMS

O comportamento da inflação nos próximos meses deverá indicar os rumos da política econômica que provavelmente devem influenciar na expansão ou retração da oferta de vagas de trabalho no próximo período. Por enquanto, no primeiro semestre de 2008, o mercado de trabalho vem experimentando reduções na taxa de desemprego e aumento da oferta de ocupações com incremento nas ocupações formais.

Segundo dados do CAGED/MTE (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego, Ministério do Trabalho), foram criados 1,365 milhão de postos de trabalho nos primeiros seis meses de 2008 em todo o território nacional. O bom desempenho verificado no mercado de trabalho é fruto de uma combinação conhecida: maior crescimento da ocupação em detrimento do crescimento da PEA (População Economicamente Ativa), ou seja, do número de pessoas à procura de um posto de trabalho.

Para a RMS (Região Metropolitana de Salvador), conforme os dados apurados pela PED (Pesquisa de

Gráfico 4
Evolução da taxa de desemprego
RMS, jun./2007 - jun./2008



Fonte: PED-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC/SEI

Emprego e Desemprego) apresentados no Gráfico 1 e na Tabela 5, a taxa de desemprego no mês de junho de 2008 apresentou o menor nível desde 1997, situando-se em 20,6% da PEA. Fazendo-se comparações com o mesmo mês de 2007, verifica-se uma redução de 6,4% nessa taxa. Este resultado foi reflexo da redução na taxa de desemprego aberto de 14,0% para 12,2%, já que a taxa de desemprego oculto aumentou de 8,0% em junho de 2007 para 8,4%. Na comparação mensal (com maio de 2008) a redução de 1,0%.

Outro fator que explica esse resultado é a relativa estabilidade da demanda por trabalho (PEA). No cotejamento com junho de 2007, a PEA apresentou redução de 0,2%, comparando-se com maio de 2008, redução de 0,1%. A taxa de participação recuou 0,3% na comparação com maio de 2008 e de 2,9% em relação com junho de 2007. Houve crescimento no número de ocupados de 1,5% no acumulado e estabilidade (0,1%) na comparação mensal.

Segundo a posição na ocupação, em junho, foram criados 15 mil postos de trabalho assalariado na RMS, representando um crescimento de 1,6%. O contingente de assalariados do setor privado aumentou 14 mil (1,9%), resultado do crescimento de 10 mil postos assalariados com registro formal (1,8%) e de 4 mil sem carteira assinada (2,6%). No setor público, houve aumento de 5 mil vagas (2,5%). O crescimento verificado no trabalho doméstico foi de 6 mil ocupações (5,2%). Em contrapartida, houve redução de 13 mil no contingente de trabalhadores autônomos

(4,0%), e de 6 mil no agregado outros (7,3%), que inclui os empregadores, os trabalhadores familiares e os donos de negócios familiares, etc.

Em maio, o rendimento médio real aumentou tanto para ocupados (2,6%), quanto para assalariados (3,5%), na comparação com o mês de abril 2008. Os valores desses rendimentos foram estimados respectivamente em R\$ 929 e R\$ 1.048. No mesmo período, as massas de rendimentos reais apresentaram elevação para ocupados (2,3%) e para assalariados (4,2%).

Em maio, o rendimento real médio auferido pelos ocupados da RMS registrou significativa variação positiva (9,0%), comparado com o mesmo período do ano anterior, passando a R\$ 929,00. Ainda na comparação anual (maio

Tabela 6
Principais indicadores do mercado de trabalho
RMS, jun./2007 - jun./2008

Indicadores	Mês (mil pessoas)			Variação %	
	Jun/07	Maio/08	Jun/08	Mensal	Anual
PIA	2.966	3.042	3.049	0,2	2,8
PEA	1.824	1.822	1.820	-0,1	-0,2
Ocupados	1.423	1.443	1.445	0,1	1,5
Desempregados	401	379	375	-1,1	-6,5
Tx. participação	61,5%	59,9%	59,7%	-0,3	-2,9
Tx. desemprego	22,0%	20,8%	20,6%	-1,0	-6,4
Aberto	14,0%	12,4%	12,2%	-1,6	-12,9
Oculto	22,0%	20,8%	20,6%	-1,0	-6,4

Fonte: PED-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

2008/maio 2007), entre as categorias ocupacionais, as variações mais significativas dos rendimentos foram observadas para os assalariados com carteira assinada (8,8%). Entre os setores de atividade, houve aumento nos rendimentos dos ocupados no comércio (18,8%), na indústria (17,9%) e nos serviços (1,9%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores econômicos apresentados nas seções acima se mostram satisfatórios tanto para a economia brasileira como para a baiana. A única incerteza para o segundo semestre de 2008 refere-se aos efeitos da aceleração dos preços nos últimos meses. Em parte, o aumento dos preços tem favorecido a indústria, o setor agrícola e o setor externo, uma vez que o aumento dos preços das *commodities* favorece aos ofertantes desses produtos. Por outro lado, o segmento varejista tem apresentado desaceleração principalmente no ramo de *hiper e supermercados* e *produtos alimentícios* que sofrem com o recuo imediato da demanda doméstica.

Outros efeitos negativos podem ocorrer de forma mais generalizada com a continuidade do aumento na taxa básica de juros, medida tomada pelas autoridades monetárias para ajustar os desequilíbrios advindos do aumento dos preços. Com o aumento dos juros, o crédito pode tornar-se menos atraente, inibindo o consumo, contraindo as vendas e, conseqüentemente, a produção. Com isso, as taxas de crescimento econômico do País tendem a se reduzir tanto para o ano corrente como para o ano de 2009.

A expectativa é de que as medidas de política monetária venham a conter o aumento dos preços e que a economia siga o seu curso normal. No entanto, caso ocorra uma queda muito acentuada nos preços das *commodities* no mercado internacional, o que já é esperado, isto acarretará a prejuízos para o setor externo nacional, que já tem seu saldo comercial deteriorado e excessivas remessas de lucro para fora do país.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, 15 ago. 2008a. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira – café. Brasília: CONAB, maio 2008b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/Boletim.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira - grãos. Brasília: CONAB, ago. 2008c. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/estudo_safra.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (Brasil). *Petróleo e derivados*: dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom*. 22-23 jul. 2008. Brasília: BACEN, 2008. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *AliceWeb*. Brasília: MDIC, 2008. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. *Caged*. Brasília: MTE, maio. 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2008.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Desempenho do comércio exterior baiano*. Salvador: PROMO, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br/doc/resultados/index.asp#>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

FARID, Jacqueline. Inflação já afeta vendas do varejo. Apesar da alta recorde no 1º semestre, dados de junho revelam impacto negativo da disparada dos alimentos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. IPCA. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. O retorno da inflação no mundo. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 30, n. 5/6, p. 1-3, maio/jun. 2008. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2008a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Índices especiais de categoria de uso por atividade. Bens de capital. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2008b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2008c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, jun. 2008d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 14 ago. 2008.

PREÇO de grão sobre com a alta do petróleo. Salvador: SEAGRI, 2008a. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=15069>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

PREÇO do cacau teve recuperação de 54%. Salvador: SEAGRI, 2008b. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=14125>>. Acesso em: 15 maio 2008.

SOARES, Pedro. Varejo bate recorde, mas já sente inflação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>> Acesso em: 15 ago. 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Índice de Preços ao Consumidor (IPC)*. Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 13 ago. 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Salvador: SEI, 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 13 ago. 2008.

_____. *Release de comércio*. Jun. 2007. Comércio baiano apresenta expansão de 2,8% no mês de junho. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 19 ago. 2008.

SUZANO Papel e Celulose anuncia resultados consolidados do segundo trimestre de 2008. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

SUZUKI JR., Julio Takeshi. A elevação dos preços dos alimentos e o crescimento dos emergentes. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v.30, n.5/6, mar./abr. 2008. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2008.

VENDA de resinas no mercado interno cresce 18% no segundo trimestre. São Paulo: BRASKEM, 2008. Disponível em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: 28 ago. 2008.



Heliodorio
Sampaio

O plano sob contradições

C&P – Qual a importância e as especificidades de um Plano Diretor Urbano para Salvador?

Heliodorio Sampaio – Existe uma polêmica muito grande sobre os planos diretores em geral. Durante muito tempo criou-se uma falsa idéia de que os Planos resolveriam os problemas das grandes cidades, tais como, o trânsito, a moradia, o saneamento básico, o lazer, enfim, que eles (planos) dariam soluções para todos os problemas urbanísticos. Alguns ainda acreditam, mas isso não é verdade. A literatura crítica aponta que os planos diretores são apenas instrumentos necessários, mas insuficientes para resolver todos os problemas das grandes, médias e ou até pequenas cidades.

Alguns problemas são estruturais, inerentes à própria formação social

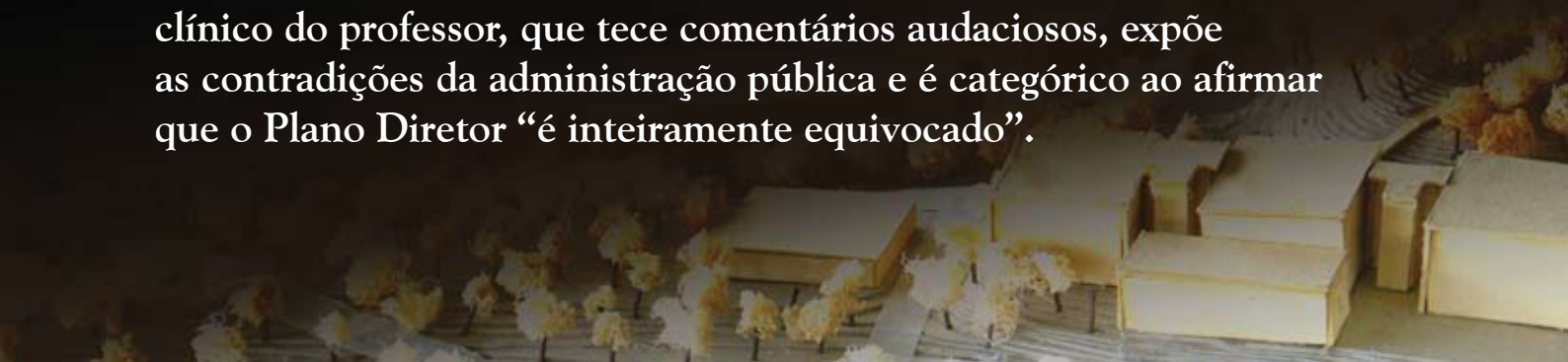
e econômica do país; então o plano diretor apenas vai apontar problemas e indicar algumas diretrizes de solução. Não estou afirmando que os problemas seriam resolvidos automaticamente, sem planos, até porque as cidades brasileiras estão empobrecidas, e a arrecadação mal dá para pagar o funcionalismo, sobrando muito pouco dinheiro para investimentos.

Óbvio que é importante uma cidade ter um plano diretor, mas com um detalhe: um plano diretor bem feito, com metodologia clara, com estudos e equipe qualificada. Salvador tinha um PDDU que estava defasado (de 85) e foi substituído por outro (em 2004) que, no meu modo de entender, tem um conteúdo pior do que o anterior. Por quê? Porque é uma “salada

de frutas”, de coisas desconexas. Tem uma metodologia de trabalho equivocada, que já não deveria ser utilizada, mas é reapresentada em 2007 como se fosse a última novidade. Evidentemente não o é, embora repita conceitos atuais, da moda, abandonando categorias de análise postas no PDDU de 85, derivadas dos estudos do Plandurb (75/78).

Qualquer PDDU precisa ser permanentemente atualizado. Com a dinâmica de crescimento de Salvador, eu diria que os planos precisam ser reajustados e atualizados a cada cinco ou oito anos. Porque a realidade é muito dinâmica, muito mais à frente do que os PDDUs conseguem captar. Além disso, cada gestão que chega não dá continuidade ao plano anterior, reavaliando-o. Rompe com

Aprovado pela Câmara de Vereadores no dia 28 de dezembro de 2007, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador é alvo de críticas de grande parte dos especialistas e estudiosos da área de Urbanismo. Um deles é o arquiteto Heliodorio Sampaio, professor titular de Planejamento Urbano e ex-diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Nesta entrevista, a cidade é vista sob o olhar clínico do professor, que tece comentários audaciosos, expõe as contradições da administração pública e é categórico ao afirmar que o Plano Diretor “é inteiramente equivocado”.



tudo e monta outro plano, com outra lógica. Isto, na nossa cultura, se chama de descontinuidade administrativa. E esta descontinuidade se reflete também na elaboração dos planos. Abandona-se um plano antigo e pactua-se uma nova elaboração sem qualquer avaliação criteriosa do que aproveitar ou mudar no conteúdo do plano anterior.

Então Salvador está nesta situação, de ter um plano aparentemente novo, mas que já nasce velho. Porque, metodologicamente, é inadequado para nossa realidade, além de extremamente confuso, de leitura complicada. O que fizeram foi dar uma melhorada na forma, mas no conteúdo, nas propostas, é um plano inteiramente equivocado. Sequer nomeia as prioridades, fixa as fases de implementação ou aprofunda critérios específicos para as áreas mais sensíveis da paisagem

urbana (históricas e naturais), como a tipologia dos edifícios e a morfologia urbana. É de uma insensibilidade gritante, evidente.

C&P – Segundo a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, uma das diretrizes do PDDU é “evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente”. O Plano Diretor atende a esta diretriz?

HS – Vou citar apenas três pontos que considero fundamentais para um plano diretor de uma grande cidade.

O primeiro ponto é a articulação da cidade com a região. Nenhum dos dois planos diretores aqui tratados, de 2004 e de 2007, trata bem esta questão. Como Salvador se articula com os municípios periféricos? Não é que o PDDU de 1985 fosse claro, mas naquele momento a Conder tinha uma estratégia de desenvolvimento

“Então Salvador está nesta situação, de ter um plano aparentemente novo, mas que já nasce velho”

para a Região Metropolitana de Salvador; hoje não tem mais nada institucionalizado ou acordado. A Conder deixou de ser um órgão metropolitano e passou a ser um órgão estadual. Então o PDDU de Salvador deveria ter, em primeiro plano, clareza sobre esta articulação urbano-regional. Deveria prever uma série de articulações que são comuns aos municípios que compõem a RMS.

Sobre o segundo ponto, eu diria que existe uma grande desarticulação entre o uso do solo e o transporte.

Esta questão piorou terrivelmente em 2004 e foi agravada pelas emendas feitas em 2007. É flagrante a desarticulação nas áreas que eles chamam de APRN (Áreas de Proteção de Recursos Naturais), que em Salvador tornam-se, nas propostas, áreas altamente adensadas, com parâmetros urbanísticos inadequados. Então eu pergunto: “É ignorância ou má fé?” Provavelmente, são as duas coisas. De um lado, metodologicamente, o corpo técnico não soube fazer articulações entre o uso do solo e o transporte; isto acontece nos planos de 2004 e de 2007. Por outro lado, houve toda uma manipulação na Câmara de Vereadores, que alterou números e parâmetros sem nenhum estudo técnico. Então é um plano confuso, que do ponto de vista do discurso acena que está protegendo o meio ambiente, mas, na prática, a legislação que emana dele contraria tudo. Como é que você pode entender que junto do Centro Histórico de Salvador querem que o terreno da Fonte Nova e adjacências tenham liberação de gabarito? Alguma coisa está errada. Isto está baseado em algum estudo? Não. Isto foi feito com a cumplicidade (de parte) da Câmara de Vereadores. É o segundo ponto de flagrante contradição entre as diretrizes de uso do solo e as diretrizes do transporte.

O terceiro ponto que fragiliza o PDDU de Salvador é que, ao se fazer um plano diretor de uma cidade, propõe-se quais áreas se quer proteger, que valores (não monetários) se pretende perseguir e, assim, para tais áreas, não pode haver uma legislação rasa, frouxa. A legislação que emana do Plano Diretor de Salvador não distingue o que é vale, do que é encosta

ou cumeada ou ainda um platô. Mas, aproximadamente 70% de nossa cidade se assenta em terrenos acidentados. Como arquiteto, afirmo que, do ponto de vista topográfico, Salvador tem uma legislação chapada, pois tanto faz você construir no vale, quanto na encosta, quanto no platô; os parâmetros urbanísticos são iguais. É um vale tudo inaceitável; basta olhar pelas avenidas de vale o caos instalado na paisagem urbana.

A legislação do EPUCS (Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador), na década de 40, era muito mais inteligente e sensível. O que esta legislação dizia? Ela referenciava a altura dos edifícios em cotas relativas à cota do nível do mar. O que eles (os neourbanistas) fizeram agora? Tiraram esta referência importante e a substituíram por números de altura, em metros, sem qualquer relação com o nível do mar. Ou seja, não há mais nenhum controle sobre a morfologia urbana. Então, eu diria que é um plano incompetente, ineficaz e pernicioso, que precisa ser revisto, porque senão Salvador vai virar uma São Paulo, no que tem de pior. O que me sugere, com medidas tão equivocadas e o de acordo do prefeito e dos vereadores, é que querem transformar Salvador numa réplica de São Paulo, exemplo de um péssimo planejamento.

C&P – Houve um processo de participação da sociedade de forma adequada, nas discussões do PDDU?

HS – Houve uma manipulação chamada de “participação”. As chamadas audiências públicas, evidentemente, foram manipuladas.

Não só manipuladas como metodologicamente incorretas, autoritárias, inteiramente erradas.

As reuniões eram abertas por um secretário da prefeitura e outros, que falavam a maior parte do tempo, enquanto a população ouvia. Quando a população se indignava com alguma coisa, eles ‘cortavam o tempo’. Na audiência pública que aconteceu na Reitoria da UFBA, propositadamente, não me manifestei. Não ia me manifestar para legitimar um processo inteiramente equivocado de discussão, antidemocrático e sabidamente inútil. O que aconteceu, na verdade, foi um sistema montado de cooptação e coerção. Cooptaram as pessoas para legitimar um plano. Porque a primeira coisa que se vê num processo participativo democrático é uma ampla preparação da população para a discussão sobre determinado assunto, no caso, o que é um Plano Diretor. As pessoas foram chamadas para uma discussão para a qual não estavam devidamente instrumentalizadas, tanto que os setores organizados reagiram ao processo: IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), ABI (Associação Brasileira de Imprensa), CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), FABS (Federação de Associação de Bairros de Salvador), Senge (Sindicatos dos Engenheiros), Sinarq (Sindicato dos Arquitetos) etc. Tanto é verdade que o PDDU continua formalmente *sub júdice*.

Não sou contra a participação, pelo contrário, mas não houve nenhum espaço para que os técnicos qualificados desta cidade pudessem se pronunciar contra os absurdos, ou

até mesmo a favor, nestas audiências. Quando alguém se pronunciava contra, parecia que era “inimigo do rei” e era execrado na suposta assembléia. No mínimo uma coisa bastante amadora, foi o que observei no evento da Reitoria.

Qual é o primeiro princípio para um processo participativo democrático? O respeito à palavra do outro, mesmo que seja contra. A pessoa tem que ter o direito de falar, de argumentar e, sobretudo, de obter respostas técnicas convincentes. Para quê? Para se instruir e esclarecer suas dúvidas, para que seja capaz de avaliar se as questões estão erradas ou adequadas. Então só houve uma mobilização e cooptação de pessoas e grupos, com mais espaço de tempo para as pessoas que “vendiam” o projeto. Tanto é verdade que as questões contraditórias levantadas não estão contempladas no projeto final, aquele que foi para votação na Câmara. Os vereadores já estavam posicionados, independente das discussões ocorridas nas malfadadas “audiências públicas”. Questões levantadas e que sequer foram debatidas no Conselho de Desenvolvimento Urbano, flagrantemente atropelado, sem direito a voz nem voto. Um absurdo, um desrespeito à comunidade, ali representada por várias entidades sem vínculo partidário.

C&P – Qual sua opinião quanto ao papel da iniciativa privada em relação ao desenvolvimento urbano da cidade, principalmente no que diz respeito à mudança de gabarito das edificações na Orla, ao zoneamento

“O que este Plano Diretor provoca é uma grande instabilidade no mercado, em que só alguns ganham”

da Avenida Paralela e do Centro da Cidade?

HS – É preciso destrinchar o sentido e o papel da iniciativa privada. Dentro da economia urbana, você tem um segmento da iniciativa privada que é o setor imobiliário. O setor imobiliário é composto por vários tipos de empresas: pequenas, médias e grandes. Eu diria que esta discussão de gabarito de altura, na Avenida Paralela, no Centro Histórico, nas Orlas, interessa mais às empresas grandes. A grande empresa imobiliária, empreendedora ou construtora, é que tem capital para comprar terreno na Paralela e na Orla. Com esta nova legislação, os terrenos quadruplicaram de preço, só com a notícia. Não vamos ser ingênuos, porque muitos terrenos, provavelmente, se já não estavam comprados, no mínimo, estavam acordados em pré-contratos. Então eu diria que o pequeno empresário não tem acesso a este processo no segmento do mercado de terras.

A quem interessa este segmento de mercado? À habitação popular? Não. Isso interessa à classe média? Também não. Isso interessa aos consumidores de maior poder aquisitivo, às atividades comerciais, como *shoppings centers* e grandes empresas. São grandes conglomerados que já não são apenas as empresas

baianas. A jogada é muito grande. Estas empresas têm poder de fogo e muito dinheiro para aplicar nestas jogadas imobiliárias, pressionando mudanças na legislação, muito mais do que o empresário baiano. Então é uma ação para um mercado segmentado. No meu modo de entender, o Plano Diretor não enxerga quase nada além do grande empresário, ou até enxerga demais. Óbvio, noutra condição ainda existe o médio e o pequeno empresário que também precisam sobreviver. É o capitalismo para alguns, poucos.

O mais penalizado é o pequeno empresário, porque se torna cada vez mais difícil comprar terrenos com estas mudanças arbitrárias na legislação. Você precisa ter certa estabilidade no mercado. O que este Plano Diretor provoca é uma grande instabilidade no mercado, em que só alguns ganham. E quem ganha? Aqueles que têm mais dinheiro, capital para imobilizar em terrenos, adquirir ou fazer contratos. É um jogo de cartas marcadas. E o pior, o solo encarecendo demais inviabiliza os programas habitacionais da população de média e baixa renda. O custo do solo, ultrapassando 17 a 20% do valor do imóvel torna impossível a construção de habitações populares. Então o Plano privilegia e exacerba a segregação espacial. Se Salvador era para os ricos, agora será para os mais ricos, dificultando a já problemática questão fundiária.

C&P – Ultimamente, os engarrafamentos em Salvador estão praticamente inviabilizando o deslocamento das pessoas em horários de pico. De que forma

isso está associado ao controle e uso da ocupação do solo? Como esta questão é considerada pelo PDDU?

HS – Um exemplo de falta de correlação entre as coisas no Plano Diretor vem da constatação de que o número de veículos está crescendo estupidamente, em Salvador e nas grandes cidades (com uma taxa superior ao incremento demográfico), mas o sistema viário está praticamente congelado nas áreas consolidadas. Assim, não pode ser ampliado, como, por exemplo, na Caetano Moura ou na Joana Angélica, Manoel Dias etc. Qualquer cidadão medianamente preparado sabe que o sistema viário de Salvador já não suporta adensamentos muito grandes em determinadas áreas. Entretanto o adensamento continua exacerbado por este Plano Diretor, que eu considero um dos piores trabalhos que a cidade já teve no tocante a planejamento nos últimos 50 anos.

Em relação à Paralela, por exemplo, no modelo do Plandurb (75/78), a via não se abria diretamente para os terrenos laterais. É o que se chama de via expressa, uma ligação “ponto a ponto”. As interseções seriam em níveis diferentes e os terrenos deveriam abrir para as vias transversais que depois chegariam à Paralela. No Plano de 2004 estas características foram alteradas pela legislação, permitindo transformar a Paralela apenas numa

via arterial. Ora, isto aumentou a carga de conflitos na pista, porque é uma característica da via “ponto a ponto” só ter retornos de 3 a 4 quilômetros, para não ter atrito lateral de carro entrando e saindo nas pistas de fluxo rápido. Nada foi feito nem obedecido.

Agora, qual a solução para a Paralela? Eu só vejo uma: pegar o transporte coletivo e jogar no canteiro central, com passagem de nível para os pedestres e, assim, liberar o tráfego nas pistas. Enquanto não se fizer algo similar, a Paralela será um problema, com tendência a piorar cada vez mais. Não existe uma via segregada para transporte coletivo, seja ele metrô ou ônibus articulado. Tirar o transporte coletivo é essencial, para que não se misture com o transporte individual. Mesmo assim, isto requer investimentos públicos e é uma solução demorada, se for corretamente projetada.

C&P – Um dos pontos positivos do Plano, segundo especialistas, é a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), pois adequa a legislação municipal à política federal de habitação popular e, assim, permite a vinda de recursos federais para Salvador. O senhor concorda?

HS – É ilusão criar uma ZEIS e pensar que os recursos serão automáticos. As ZEIS, que na verdade já existiam com o nome de APSEs (Plandurb), podem até facilitar certa negociação, sobretudo de recursos para aplicar em habitação popular, mas isto não acontece automaticamente; existe todo um trabalho de captação de recursos, que não são ilimitados. Não é porque o Plano Diretor diz que tem ZEIS, que os recursos chegam automaticamente.

Todo mundo sabe que não é assim. É necessário complementar este Plano Diretor, para que os recursos possam vir em volumes satisfatórios (o que não acredito). O que eu duvido é que haja investimentos suficientes para resolver todas as ZEIS, que Salvador tem ou possa vir a ter. E isto por uma razão simples: sabemos que dois terços de nossa cidade são constituídos de assentamentos populares e bairros sem infra-estrutura. Então, vejamos um exemplo: a prefeitura está fazendo um grande investimento, de R\$ 28 milhões na Av. Centenário, onde moro há 35 anos; seria isto uma prioridade diante das ZEIS do PDDU? Ao lado estão a Vila Sabina e o Calabar, que são dois assentamentos populares precisando de infra-estrutura. Mas a prefeitura está fazendo obras na área nobre. Veja que contradição; pelo Plano Diretor não se pode cobrir um rio. Cobriram um rio para fazer um projeto urbanístico para a população rica, inclusive contrariando a lei. O que a legislação diz? O canteiro central de vias arteriais não é para abrigar atividade de lazer; ela é inconveniente (segurança, poluição etc). As crianças, os velhinhos, as pessoas vão ter que atravessar as pistas laterais para chegar ao canteiro central, além de ser uma via poluída por natureza.

Qual é o montante de recursos que nós precisamos captar do Governo Federal para fazer as ZEIS funcionarem dentro do objetivo? O objetivo das ZEIS é perfeito! Elas servem para criar zonas de interesse social. Mas se a prefeitura utiliza o dinheiro nas áreas nobres, ao lado de onde a população pobre está localizada, então existe um descompasso entre as intenções do Plano e a prática cotidiana. Eu pergunto: É sustentável

“É ilusão criar uma ZEIS e pensar que os recursos serão automáticos”

matar um rio? A contradição é flagrante. Falo como morador que vai à Orla para andar, quase todo dia útil.

C&P – Qual a solução mais sensata para melhorar o trânsito de Salvador, diminuindo os congestionamentos e permitindo maior circulação na cidade?

HS – É preciso ter capacidade técnica para tratar a questão do transporte e do trânsito. Eu diria que o que existe em Salvador está muito aquém do exigido para uma cidade de 3 milhões de habitantes. Nem todas as vias arteriais ou coletoras têm um fluxo contínuo de tráfego, como a Manoel Dias da Silva. Só esta avenida tem um sistema sincronizado de semáforos.

Falta capacitação técnica e recursos para fazer um sistema integrado. As vias arteriais deveriam trabalhar num sistema de fluxo contínuo, como uma forma de controlar a velocidade. Para se criar este fluxo, é preciso tecnologia e técnicos. Estamos muito distantes desta articulação; a prefeitura não tem capacidade técnica para fazer isso e se recusa a entender que este é um problema sério. Aí o prefeito e os candidatos a prefeito chegam na televisão e dizem que vão resolver o problema do tráfego. Como? Para resolver, a prefeitura tem que capacitar e ter gente qualificada; temos um passivo muito grande de capacitação para enfrentar melhor este problema.

Entretanto é necessário chamar a atenção para um fato: ainda não existe política federal de financiamento para transporte de massa nas grandes cidades. Contraditoriamente, porém, existem linhas de financiamento para as pessoas de menor renda adquirir

automóveis, que chega ao ponto de ter automóvel financiado na faixa de 60 a 70 meses. Isto é contraditório. Não existe política de investimento em transporte de massa, mas tem política de incentivo à aquisição de automóveis por parte do Governo Federal. Qual é o nó da questão? Primeiro, é que a maior parte das grandes cidades brasileiras tem um sistema viário subdimensionado para os fluxos já existentes. Não estou falando de previsão, de futuro. O aumento do número de automóveis está inviabilizando as grandes cidades como ambientes adequados para se morar. Então, qual a solução? Neste contexto, não existe uma solução, pois tudo se volta para o transporte individual e as soluções são tão caras que inviabilizam tudo; o melhor é sempre investir em transporte coletivo.

Salvador tem um estoque muito grande de estudos para o transporte de massa. Em 1985, Salvador já demandava 50 km de via expressa para o transporte coletivo; isto há 23 anos. Com o metrô serão viabilizados 6 km. Vamos dizer que chegue a Cajazeiras; é o dobro, 12 km. Ou seja, vai representar um quarto do que Salvador precisava em 85. É um problema complexo, sem ter clareza do Governo Federal de como resolver. Salvador, em algumas áreas, já está andando igual a São Paulo, menos de 20 km/h. As zonas da Pituba, Rio Vermelho e Iguatemi são problemas sérios, porque dependem de três fatores: primeiro, da capacitação técnica para fazer bons projetos; segundo, é preciso ter recursos suficientes para investir massivamente no sistema de transporte coletivo; em terceiro lugar, vontade política, que também é escassa. Existe, sim, um grande avanço da indústria automobilística. Produzimos

“O aumento do número de automóveis está inviabilizando as grandes cidades como ambientes adequados para se morar”

automóveis, esquecendo que isso se reflete no tráfego urbano das grandes cidades. Mais parece um discurso político que não está afinado com a realidade. Quem deveria regular o sistema de transporte das grandes cidades? As cidades sozinhas não têm condições de resolver o problema. Mesmo que o Governo do Estado queira, não tem condições, pelo volume de recursos necessários. Sem o apoio do Governo Federal é impossível uma solução mais estrutural, eficaz.

C&P – O PDDU atual atende às necessidades da cidade?

HS – Sintetizando, eu acho que esse Plano Diretor não resolve nada! Esse Plano Diretor como está aí, todo remendado, e nada, é a mesma coisa! Podia se deixar o outro, mais antigo, que também não resolveria muito. Na verdade, é uma espécie de brincadeira, repetitiva e antiga, esta coisa de enganar a população com PDDUs mal feitos. No fundo apenas servem para privilegiar alguns especuladores imobiliários, pouco comprometidos com as graves questões da cidade.

Enfim, lamento constatar que, no PDDU de Salvador, nem o Estatuto da Cidade foi respeitado. É fato: apenas parte do setor imobiliário se sente contemplado.

Caracterização da estrutura do **setor industrial baiano**

Carla Janira Souza do Nascimento*

* Economista. carlajanira@uol.com.br.



A produção industrial baiana, depois de mais de cinquenta anos de industrialização, continua concentrada em insumos intermediários e localizada principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). De certa forma, boa parte da produção já é empregada no mercado interno, no entanto ainda ocorre grande dependência do Sul/Sudeste e do mercado externo.

O fato de ser produtor de bens intermediários torna o desempenho da indústria local fortemente correlacionado ao da economia nacional. Ademais, os setores que compõem esta indústria são intensivos em capital e têm aumentado de forma expressiva e crescente seus níveis de produtividade, traduzindo-se em baixas taxas de emprego industrial.

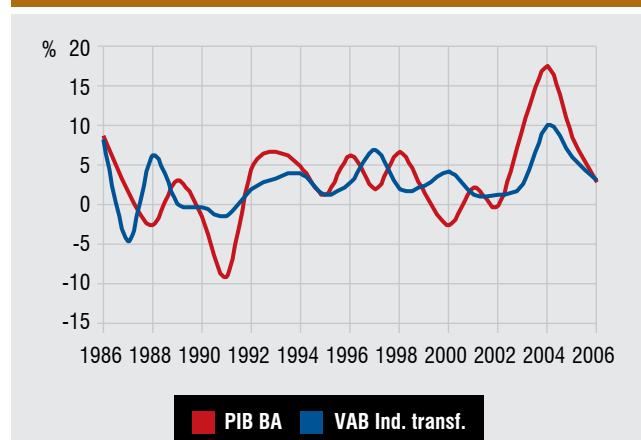


Na década de 1990, ocorreram amplas reformas político-institucionais, que tiveram como pilares a abertura comercial, as privatizações, a desregulamentação nas relações de trabalho e na reestruturação produtiva, e acarretaram um elevado aumento de produtividade. É interessante ressaltar que no período de 1990 a 1994 as economias brasileira e baiana apresentaram baixo crescimento econômico, em decorrência da combinação de uma política macroeconômica nacional de estabilização, seguida de recessão e aceleração inflacionária. Por outro lado, o setor industrial baiano apresentou desempenho favorável para esse mesmo período, graças aos investimentos na duplicação da central de matérias-primas do Pólo Petroquímico de Camaçari e à implantação do setor de celulose e papel no sul do estado.

O Gráfico 1 — tendo por referência a série do PIB anterior à mudança recente de metodologia de seu cálculo — mostra o comportamento das taxas de crescimento do PIB da Bahia e da indústria de transformação, confirmando as informações apresentadas no parágrafo anterior.

Analisando-se o período de 1996 a 2007, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados na Tabela 1, observam-se desempenhos diferenciados para o Brasil, Nordeste e Bahia, mas bem próximos.

Gráfico 1
Taxas de crescimento do PIB e da indústria de transformação
Bahia, 1986-2006



Fonte: SEI. Elaboração própria
* Metodologia antiga do PIB

Tabela 1
Produção física da indústria de transformação
Taxa média anual de crescimento
Bahia, Nordeste e Brasil, 1996 – 2007

Unidade geográfica	1996-2007	1996-2002	2003-2007
Bahia	2,6	1,5	5,2
Nordeste	2,0	1,0	4,6
Brasil	2,3	1,1	4,9

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal. Elaboração: própria

Comparando-se o desempenho da indústria baiana com o da indústria nacional e a do Nordeste, nota-se que, entre 1996 e 2007, a produção física da indústria baiana de transformação obteve um acréscimo superior à média nacional — 2,6% ao ano contra 2,3% ao ano no Brasil. No Nordeste a taxa obtida foi ligeiramente inferior, crescendo em média, 2,0% ao ano (Tabela 1).

Observe-se nos subperíodos especificados na Tabela 1 que o comportamento da indústria baiana é bem semelhante ao da indústria brasileira.

A segunda metade da década de 1990 foi marcada por um processo significativo de reestruturação, com grandes empresas realizando ajustes, principalmente no plano das inovações organizacionais e gerenciais.

No primeiro subperíodo analisado (1996-2002), a despeito de a economia brasileira apresentar taxas positivas de crescimento, ainda que pouco significativas, em razão da forte retração provocada pela crise asiática, moratória russa, crise cambial e altas taxas de juros, a economia baiana ainda conseguiu manter algum nível de crescimento (1,5% a.a.). A taxa de crescimento média no subperíodo ficou acima da registrada no país (1,1% a.a.) e no Nordeste (1,0% a.a.).

No final da década de 1990, intensificou-se o processo de reestruturação produtiva, em que grandes indústrias, influenciadas pela crescente inserção no mercado internacional exportador, aumento da demanda interna e estabilidade econômica, investiram não somente em capacidade instalada, mas também em novos rearranjos industriais. Na indústria baiana destacou-se o setor petroquímico, que passou por um processo de reestruturação intenso

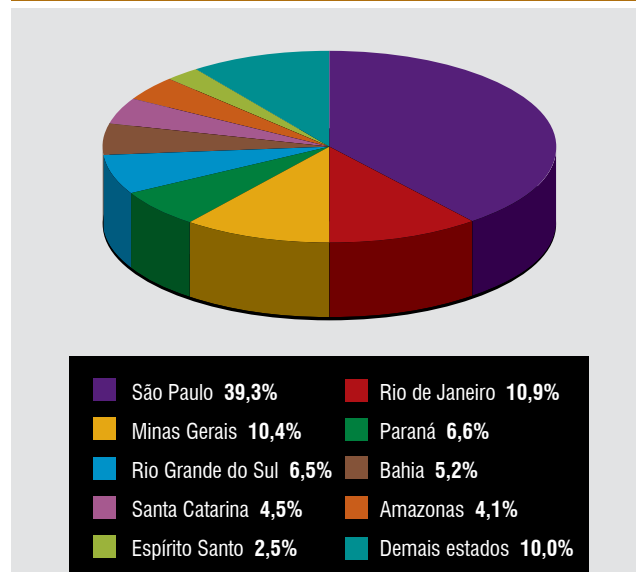
e significativo, com a privatização. Em 2001, a partir do novo rearranjo organizacional, este setor tornou-se um complexo integrado que combinava operações de primeira e segunda geração da cadeia produtiva do plástico.

A partir de 2000, iniciou-se nova “onda” de investimentos no estado, ao mesmo tempo em que ocorreram crises internacionais (moratória da dívida argentina em 2001), crise cambial brasileira em 2002, crises energéticas. Ainda assim pode-se ressaltar como significativos os resultados obtidos neste período, que refletem o aumento dos fluxos comerciais que permitiu ao país, em especial à Bahia, expandir suas exportações e obter elevados superávits na balança comercial. A partir deste período, observa-se um ambiente econômico internacional favorável, dada a expansão da economia mundial, que permite estabilidade econômica para a realização de negócios para o setor industrial. Mais especificamente, a indústria baiana apresenta densificação de cadeias produtivas, como a de veículos automotores, e expansão de indústrias tradicionais — alimentos, minerais não-metálicos e móveis.

No início de 2003, intensificaram-se no Brasil os aumentos das taxas de juros e a corrosão da massa salarial que afetaram principalmente os setores produtivos dependentes do consumo doméstico. A partir de 2004 observa-se uma sensível melhora no nível de atividade atrelado ao aumento do consumo, que foi impulsionado pelo crédito consignado disponível para pessoas físicas. A taxa de juros básica, que chegou a ser de 26,5% a.a. no início de 2003, no final de 2006 decresceu para 13,25% a.a., mas, evidentemente, mantendo ainda padrões elevados. As taxas de inflação mantiveram-se dentro das metas estabelecidas pelo Banco Central. Por sua vez, o setor exportador continuou apresentado superávits comerciais. Com este desempenho no subperíodo 2003-2007, a indústria baiana apresentou taxa de crescimento de 5,2% a.a., enquanto a taxa da economia nacional foi da ordem de 4,9% a.a.

Tendo como pano de fundo o panorama macroeconômico traçado nos parágrafos anteriores, o presente artigo pretende caracterizar o setor industrial de transformação da Bahia, no período compreendido entre 1996 e 2006. Para tanto, utilizar-se-á os resultados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, analisando variáveis que mostrem o perfil estrutural da indústria no estado.

Gráfico 2
Participação dos estados no Valor da Transformação Industrial: Brasil, 2006



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual. Elaboração própria

De um modo geral, a referida pesquisa indica que, em 2006, 4.645 unidades industriais estavam em atividade no estado da Bahia, representando apenas 2,7% do total do Brasil e 2,7% do total de pessoas ocupadas no país, com média de 38 pessoas ocupadas por unidade. A indústria baiana respondia por 5,2% do valor da transformação industrial, ocupando a sexta posição entre os estados brasileiros, como indicado no Gráfico 2.

PERFIL ESTRUTURAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Esta seção pretende descrever o perfil estrutural da indústria de acordo com o número de unidades industriais, pessoal ocupado, tamanho das unidades, remuneração, Valor da Transformação Industrial e produtividade. Na parte final da seção estão colocados dados de tabulação especial do IBGE, que identificam o grau de concentração da indústria baiana no setor de bens intermediários.

Antes, porém, colocar-se-á breves considerações metodológicas sobre a Pesquisa Industrial Anual (PIA), que “[...] tem por objetivo identificar as características estruturais

Tabela 2
Número de unidades locais da indústria de transformação, segundo setores de atividade: Bahia, 1996/2006

Setores de atividade econômica	Unidades locais				
	1996	2006	Taxa anual de crescimento (%)	Part. % (96)	Part. % (06)
Indústrias de transformação	2.694	4.427	5,1	100,0	100,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	837	1.168	3,4	31,1	26,4
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	247	470	6,6	9,2	10,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	284	435	4,4	10,5	9,8
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	132	282	7,9	4,9	6,4
Fabricação de móveis e indústrias diversas	117	277	9,0	4,3	6,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	208	264	2,4	7,7	6,0
Fabricação de produtos químicos	168	266	4,7	6,2	6,0
Fabricação de artigos de borracha e plástico	96	209	8,1	3,6	4,7
Fabricação de produtos de madeira	205	193	-0,6	7,6	4,4
Fabricação de máquinas e equipamentos	69	146	7,8	2,6	3,3
Fabricação de produtos têxteis	88	137	4,5	3,3	3,1
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	43	138	12,4	1,6	3,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20	74	14,0	0,7	1,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	49	67	3,2	1,8	1,5
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	20	66	12,7	0,7	1,5
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	3	49	32,2	0,1	1,1
Fabricação de produtos do fumo	38	46	1,9	1,4	1,0
Metalurgia básica	27	36	2,9	1,0	0,8
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	17	32	6,5	0,6	0,7
Reciclagem	1	25	38,0	0,0	0,6
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	10	20	7,2	0,4	0,5
Fabricação de outros equipamentos de transporte	9	18	7,2	0,3	0,4
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	7	11	4,6	0,3	0,2
Outros	11	0	-	0,4	0,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006). Elaboração própria

básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando por base uma amostra de empresas industriais” (PESQUISA..., 2008a, p. 1).

Com o intuito de reduzir custos e divulgar mais rapidamente os dados sobre a atividade econômica, o IBGE deixou de fazer a pesquisa no formato censitário e desenhou uma pesquisa que inclui em sua amostra empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas e outras selecionadas amostralmente. A unidade de investigação é a empresa que “[...] é a unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social que engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais” (PESQUISA..., 2008a, p. 1). A unidade local “[...] é o espaço

físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de CNPJ” (PESQUISA..., 2008a, p. 1). As informações coletadas das unidades locais administrativas são consolidadas por unidade da federação, com intuito de permitir análises geográficas. Estas informações por unidades locais é que estão sendo analisadas neste artigo.

Segundo estatísticas da PIA do IBGE, apresentadas nas Tabelas 2 e 3, entre os anos de 1996 e 2006¹, o número

¹ Optou-se nas tabelas por colocar apenas o período inicial e final da série temporal, no entanto o cálculo obtido para a taxa média anual de crescimento compreende todos os anos do período entre 1996 e 2006.

Tabela 3
Pessoal ocupado em 31/12¹ da indústria de transformação, segundo setores de atividade econômica: Bahia, 1996/2006

Setores de atividade econômica	Pessoal ocupado				
	1996	2006	Taxa anual de crescimento (%)	Part. % (96)	Part. % (06)
Indústrias de transformação	91.956	166.990	6,1	100,0	100,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	24.667	27.798	1,2	26,8	16,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1.305	26.096	34,9	1,4	15,6
Fabricação de produtos químicos	12.551	12.221	-0,3	13,6	7,3
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	5.545	10.442	6,5	6,0	6,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	6.790	10.444	4,4	7,4	6,3
Fabricação de artigos de borracha e plástico	3.990	10.074	9,7	4,3	6,0
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2.513	8.501	13,0	2,7	5,1
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	512	7.859	31,4	0,6	4,7
Fabricação de máquinas e equipamentos	4.030	7.198	6,0	4,4	4,3
Fabricação de produtos têxteis	3.718	6.928	6,4	4,0	4,1
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	2.544	6.837	10,4	2,8	4,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	4.999	4.771	-0,5	5,4	2,9
Metalurgia básica	4.051	4.830	1,8	4,4	2,9
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.106	4.339	14,6	1,2	2,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3.287	3.807	1,5	3,6	2,3
Fabricação de produtos do fumo	2.220	3.345	4,2	2,4	2,0
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	4.081	3.017	-3,0	4,4	1,8
Fabricação de produtos de madeira	2.627	2.471	-0,6	2,9	1,5
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	323	1.855	19,1	0,4	1,1
Fabricação de outros equipamentos de transporte	222	1.455	20,7	0,2	0,9
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios ²	684	1.232	6,1	0,7	0,7
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações ²	X	802	20,0	–	0,5
Reciclagem	X	667	23,2	–	0,4
Outros	194	0	–	0,2	0,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006). Elaboração própria

¹ Pessoas efetivamente ocupadas na empresa, nesta data

² Média anual calculada a partir de 1997

X Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação

de unidades da indústria de transformação operando no estado aumentou 5,1% a.a., com incremento médio do nível de emprego da ordem de 6,1% a.a.

Os segmentos de produtos alimentares e bebidas (26,4%), produtos minerais não-metálicos (10,6%) e vestuário (9,8%) concentraram grande parte das unidades industriais de produção em 2006, representando 46,8% do total do estado. Observando-se a participação desses setores entre os anos de 1996 e 2006, ilustrada na Tabela 2, verifica-se que apenas o de produtos de minerais não-

metálicos apresentou incremento no número de unidades, passando de 9,2% para 10,6%. Entre outros, o segmento de móveis também mostra incremento, passando de 4,3% para 6,3%, e o de reciclagem, apesar da pequena participação, também evidencia um acréscimo no total, saindo de 1 para 25 unidades industriais.

Na análise do comportamento da taxa média anual de crescimento no período compreendido entre 1996 e 2006, os maiores incrementos foram nos segmentos de reciclagem (38,0%), máquinas para escritório e equipamentos

de informática (32,2%), veículos automotores (12,7%) e fabricação de produtos de couro e calçados (12,4%). Apenas o setor de produtos de madeira apresentou redução no período considerado.

Esses resultados permitem inferir que o incremento no número de unidades industriais, ao longo do período analisado, deve-se basicamente à entrada de novos ramos na matriz industrial, refletindo as políticas de incentivos fiscais do estado que atraiu investimentos, diversificando a produção industrial baiana.

No tocante ao emprego, em 2006, as unidades industriais do setor de alimentos e bebidas foram as que mais empregaram no total da indústria de transformação baiana (16,6%), seguido por fabricação de produtos de couro e calçados (15,6%), produtos químicos (7,3%), vestuário (6,3%), produtos minerais não-metálicos (6,3%), entre outros. Ressalte-se que o setor de alimentos e bebidas apresentou recuo significativo no total de pessoas ocupadas em comparação a 1996, quando a participação no total da indústria era de 26,8%. O setor de produtos químicos também registrou recuo de 13,6% para 7,3%.

Ainda considerando-se o nível de pessoal ocupado, a taxa média anual de crescimento mais significativa foi no segmento de fabricação de produtos de couro e calçados, que passou de 1.305 para 26.096 postos de trabalho, um aumento de 34,9% a.a. no período compreendido entre 1996 e 2006. Outros incrementos significativos foram evidenciados em montagem de veículos (31,4%), reciclagem (23,2%), outros equipamentos de transporte (20,7%), fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações (20,0%) e máquinas de escritório e equipamentos de informática (19,1%).

Por outro lado, observam-se taxas médias de crescimento negativas em quatro segmentos: refino de petróleo e produção de álcool (-3,0%), produtos de madeira (-0,6%), edição, impressão, reprodução de gravações (-0,5%) e produtos químicos (-0,3%). No caso específico de refino de petróleo e produção de álcool e produtos químicos destaca-se o caráter intensivo em capital que aumenta a produtividade do setor, possibilitando a expulsão de mão-de-obra.

Com o crescimento industrial verificado no período 1996-2006 (Tabela 1) poder-se-ia esperar uma recuperação do tamanho médio das unidades da indústria de transformação, resultante de novas contratações. Tal fato, entretanto, ocorreu de forma muito tímida, como é também observado em relação ao total de pessoal ocupado indicado na Tabela 3, uma vez que o tamanho médio passou de 34 em 1996 para 38 pessoas ocupadas por unidade industrial em 2006, como evidenciado na Tabela 4.

Como é possível verificar nos parágrafos anteriores há uma grande estratificação no interior da indústria baiana de transformação, tanto em número de empresas quanto de emprego gerado. Daí resultam tamanhos médios das unidades industriais bastante diferenciados entre os segmentos de atividade. Em 2006, a indústria de produtos de madeira apresentou o menor tamanho médio (13 empregados), enquanto a indústria de refino de petróleo e produção de álcool possuía um dos maiores (274 empregados).

As maiores reduções do emprego médio por estabelecimento, observadas no período analisado, ocorreram em setores mais intensivos em tecnologia, exportadores, que são constantemente submetidos a forte concorrência do mercado externo, tais como refino de petróleo e produção de álcool, químico, máquinas para escritório e equipamentos de informática e celulose, papel e papelão. Por outro lado, as menores reduções (ou posição constante) concentram-se em setores tradicionais e de menor qualificação de mão-de-obra, tais como alimentos e bebidas, produtos de madeira e minerais não-metálicos. Embora também submetidos a maior concorrência internacional, sua resposta quando se trata de queda do emprego médio tem sido mais lenta, dado o caráter intensivo de mão-de-obra e de baixa remuneração desses setores.

No que se refere à remuneração, os dados obtidos com base na PIA, em 2006, mostram que a maior massa de salários encontra-se nos segmentos de fabricação de produtos químicos (23,6%), seguido por produtos alimentícios e bebidas (11,5%). Estes segmentos também aparecem nas primeiras posições da variável de pessoal ocupado, a despeito de, no caso da massa salarial, o setor de produtos químicos assumir melhor posição dados os elevados níveis de qualificação dos

Tabela 4
Tamanho médio¹ das unidades locais na indústria de transformação, segundo setores de atividade econômica:
Bahia, 1996/2006

Setores de atividade econômica	Tamanho médio da unidade local				
	1996	2000	2004	2005	2006
Indústrias de transformação	34	32	38	41	38
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	583	240	279	311	274
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	30	103	167	193	189
Metalurgia básica	150	68	143	87	134
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	26	18	112	115	119
Fabricação de outros equipamentos de transporte	25	68	38	78	81
Fabricação de produtos do fumo	58	45	62	90	73
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	55	69	78	92	59
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	67	57	58	64	57
Fabricação de produtos têxteis	42	78	64	52	51
Fabricação de máquinas e equipamentos	58	45	41	53	49
Fabricação de artigos de borracha e plástico	42	32	40	47	48
Fabricação de produtos químicos	75	69	55	49	46
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações		27	35	24	40
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	40	38	51	45	39
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	108	65	34	38	38
Fabricação de móveis e indústrias diversas	21	25	23	25	31
Reciclagem	–	20	29	24	27
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	29	22	27	32	24
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	20	20	22	24	24
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	19	19	21	22	24
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	27	24	22	25	22
Edição, impressão e reprodução de gravações	24	16	15	16	18
Fabricação de produtos de madeira	13	21	27	13	13
Outros	18	–	–	–	–

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006). Elaboração própria

¹ Relação entre pessoal ocupado em 31/12 e número de unidades locais

trabalhadores inseridos neste segmento, o que resulta em salários mais elevados.

O maior crescimento médio anual de massa salarial no período compreendido entre 1996 e 2006 foi observado no setor de montagem de veículos automotores (60,0% a.a.), fato que reflete a instalação da indústria automotiva no estado em 2001, que além de criar novos postos de trabalho também remunera com salários elevados em função do nível de qualificação exigido. Outro segmento que apresentou aumento expressivo da massa salarial foi o de fabricação de produtos de couro e calçados (44,1%), que também teve novas indústrias implantadas no estado e, ao contrário do segmento de veículos automotores, é caracterizado pela intensa absorção de mão-de-obra,

outro aspecto que favorece o aumento da massa. Demais segmentos que apresentaram crescimento foram outros equipamentos de transporte (43,1%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (35,6%).

O valor da transformação da indústria baiana cresceu 21,2% a.a. no período compreendido entre 1996 e 2006 (Tabela 5). Entre os segmentos que apresentaram ganhos médios anuais no valor de transformação industrial no período destacam-se: montagem de veículos automotores (88,8% a.a.), material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação (82,1%), outros equipamentos de transporte (66,6%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (45,1%), fabricação de produtos de couro e calçados (43,2%) e refino de petróleo e produção de álcool (38,6%).

Tabela 5

Salários, retiradas e outras remunerações¹ da indústria de transformação, segundo setores de atividade econômica: Bahia, 1996/2006

R\$ 1.000

Setores de atividade econômica	Salários, retiradas e outras remunerações				
	1996	2006	Taxa anual de crescimento (%)	Part. % (96)	Part. % (06)
Indústrias de transformação	947.049	2.912.711	11,9	100,0	100,0
Fabricação de produtos químicos	286.981	686.631	9,1	30,3	23,6
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	141.479	334.232	9,0	14,9	11,5
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	106.612	245.108	8,7	11,3	8,4
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	2.231	245.854	60,0	0,2	8,4
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	4.710	182.347	44,1	0,5	6,3
Metalurgia básica	81.731	159.707	6,9	8,6	5,5
Fabricação de artigos de borracha e plástico	27.615	147.570	18,2	2,9	5,1
Fabricação de máquinas e equipamentos	69.680	124.278	6,0	7,4	4,3
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	53.056	104.633	7,0	5,6	3,6
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	19.725	105.403	18,2	2,1	3,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	34.176	80.531	8,9	3,6	2,8
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	13.211	79.098	19,6	1,4	2,7
Fabricação de produtos têxteis	24.603	72.744	11,5	2,6	2,5
Fabricação de móveis e indústrias diversas	6.347	69.797	27,1	0,7	2,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	35.254	65.409	6,4	3,7	2,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	15.604	58.744	14,2	1,6	2,0
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1.133	40.840	43,1	0,1	1,4
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	1.715	36.019	35,6	0,2	1,2
Fabricação de produtos do fumo	5.542	22.989	15,3	0,6	0,8
Fabricação de produtos de madeira	8.459	19.684	8,8	0,9	0,7
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	3.130	16.494	18,1	0,3	0,6
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações ²	X	8.435	10,9	–	0,3
Reciclagem ²	X	6.163	26,6	–	0,2
Outros	4.055	0	–	0,4	0,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006)

Elaboração própria

¹ Importâncias pagas no ano (bruto), a título de salários fixos, pró-labore, retiradas de sócios e proprietário, honorários, comissões sobre vendas, ajuda de custo, décimo terceiro salário, abono de férias, gratificações e participação nos lucros² Média anual calculada a partir de 1997

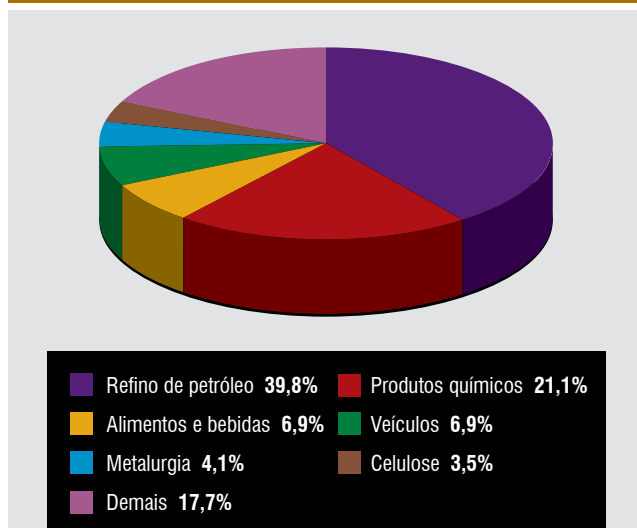
X Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação

As indústrias de refino de petróleo e produção de álcool, produtos químicos, alimentos e bebidas, veículos automotores, metalurgia básica, celulose, papel e produtos de papel respondem por mais de 80% da produção da indústria baiana de transformação, indicando o elevado grau de concentração em apenas seis setores de atividade econômica, praticamente quase todos produtores de *commodities* para o mercado internacional.

Entre 1996 e 2006, a indústria baiana obteve aumento de participação no VTI, principalmente, em duas atividades: refino de petróleo e produção de álcool (que passou de 10,4% para 39,8%) e veículos (de 0,1% para 6,9%). As maiores perdas ocorreram em produtos químicos (queda de 21,5 p.p.) e alimentos e bebidas (-9,3 p.p.).

A produtividade, medida pela relação entre o Valor da Transformação Industrial e o número de ocupados,

Grafico 3
Participação dos setores de atividade no Valor da Transformação Industrial: Bahia, 2006



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual. Elaboração própria

cresceu substancialmente, como reflexo das novas condições de mercado que a indústria baiana atravessava na segunda metade dos anos 1990, com destaque para as indústrias de produtos químicos e de refino de petróleo e produção de álcool.

No *ranking* das atividades com maior produtividade entre as indústrias do estado, o setor de refino de petróleo e produção de álcool ocupou a liderança em 2006, seguido por produtos químicos, máquinas para escritório e equipamentos de informática e celulose, papel e produtos de papel. Os dois primeiros setores evoluíram neste período, obtendo ganhos consecutivos de produtividade desde 1996, como pode ser observado na Tabela 7.

Com base nos dados da Tabela 8 e do Gráfico 4, constata-se que a indústria baiana de transformação é extremamente concentrada na produção de bens intermediários,

Tabela 6
Valor da Transformação Industrial (VTI)¹ por setor de atividade econômica: Bahia, 1996/2006

(Continua)

Setores de atividade econômica	Valor da transformação industrial (R\$ 1000)				
	1996	2006	Taxa anual de crescimento (%)	Part. % (96)	Part. % (06)
Indústrias de transformação	3.995.363	27.254.724	21,2	100,0	100,0
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	415.742	10.847.698	38,6	10,4	39,8
Fabricação de produtos químicos	1.703.483	5.749.728	12,9	42,6	21,1
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	647.867	1.884.727	11,3	16,2	6,9
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	3.249	1.868.410	88,8	0,1	6,9
Metalurgia básica	307.019	1.124.840	13,9	7,7	4,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	189.283	952.958	17,5	4,7	3,5
Fabricação de artigos de borracha e plástico	111.475	778.932	21,5	2,8	2,9
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	15.464	638.031	45,1	0,4	2,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	15.703	569.853	43,2	0,4	2,1
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	42.197	376.968	24,5	1,1	1,4
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	65.995	380.100	19,1	1,7	1,4
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	90.235	316.640	13,4	2,3	1,2
Fabricação de máquinas e equipamentos	101.959	337.710	12,7	2,6	1,2
Fabricação de produtos têxteis	81.277	282.513	13,3	2,0	1,0
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1.731	285.501	66,6	0,0	1,0
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	39.155	207.625	18,2	1,0	0,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	106.175	188.091	5,9	2,7	0,7
Fabricação de móveis e indústrias diversas	20.888	183.182	24,3	0,5	0,7
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações ²	X	125.662	82,1	—	0,5
Fabricação de produtos do fumo	9.104	54.482	19,6	0,2	0,2

Tabela 6
Valor da Transformação Industrial (VTI)¹ por setor de atividade econômica: Bahia, 1996/2006

(Conclusão)

Setores de atividade econômica	Valor da transformação industrial (R\$ 1000)				
	1996	2006	Taxa anual de crescimento (%)	Part. % (96)	Part. % (06)
Fabricação de produtos de madeira	17.321	49.138	11,0	0,4	0,2
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	8.524	43.090	17,6	0,2	0,2
Reciclagem ²	X	8.843	12,6	–	0,0
Outros	1.517	0	–	–	–

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006). Elaboração própria

¹ Valor bruto da produção industrial menos os custos das operações industriais

² Média anual calculada a partir de 1997

X Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação

Tabela 7
Produtividade¹ da indústria de transformação, por setor de atividade econômica
Bahia, 1996/2006

Setores de atividade econômica	Produtividade (R\$ 1.000)				
	1996	2000	2004	2005	2006
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	102	1124	1645	2366	3596
Fabricação de produtos químicos	136	175	268	447	471
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	48	361	76	428	344
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	58	269	184	276	250
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	6	7	161	245	238
Metalurgia básica	76	166	185	192	233
Fabricação de outros equipamentos de transporte	8	11	11	67	196
Indústrias de transformação	43	90	100	140	163
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	–	57	25	146	157
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60	70	57	105	88
Fabricação de artigos de borracha e plástico	28	28	68	80	77
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	26	44	68	64	68
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	17	29	55	62	55
Fabricação de máquinas e equipamentos	25	33	33	38	47
Fabricação de produtos têxteis	22	23	28	42	41
Edição, impressão e reprodução de gravações	21	27	29	36	39
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	13	11	36	60	35
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	13	22	20	28	30
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	12	16	15	15	22
Fabricação de móveis e indústrias diversas	8	14	21	21	22
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	7	8	12	18	20
Fabricação de produtos de madeira	7	7	12	19	20
Fabricação de produtos do fumo	4	11	12	11	16
Reciclagem	–	25	12	25	13
Outros	8	–	–	–	–

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006). Elaboração própria

¹ Razão entre o valor da transformação industrial (VTI) e o número de pessoas ocupadas

Tabela 8
Indústria de transformação por categoria de uso, variáveis selecionadas
Bahia, 1996/2006

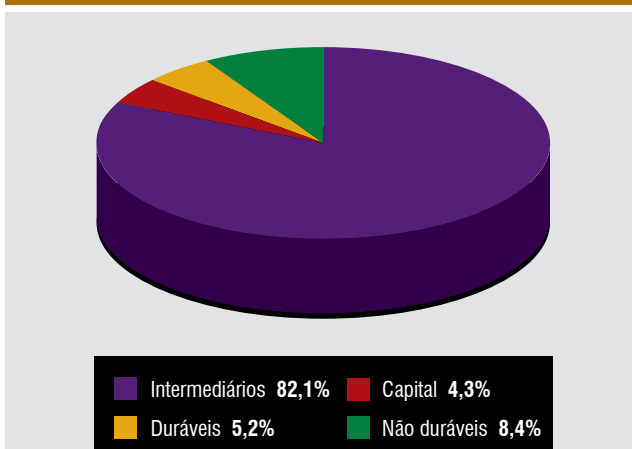
Variáveis selecionadas	Bens intermediários		Bens de capital		Bens de consumo			
	1996	2006	1996	2006	Duráveis		Não duráveis	
					1996	2006	1996	2006
Número de unidades locais (%)	44,9	43,8	4,4	5,3	3,9	4,7	46,8	46,2
Pessoal ocupado total (%)	53,7	44,0	6,8	5,7	2,5	6,3	37,0	44,0
Salários, retiradas e outras remunerações (%)	67,9	66,4	10,2	5,6	1,0	6,2	20,9	21,8
Valor da Transformação Industrial (%)	76,9	82,1	4,2	4,3	0,3	5,2	18,7	8,4
Tamanho médio da unidade ¹	39	38	51	41	21	51	26	36
Produtividade (R\$ 1000) ²	57.928	316.363	24.619	128.705	4.457	140.276	20.468	32.484

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006) – Tabulação especial do IBGE. Elaboração própria

¹ Valor bruto da produção industrial menos os custos das operações industriais

² Razão entre o valor da transformação industrial (VTI) e o número de pessoas ocupadas

Gráfico 4
Participação no Valor da Transformação industrial, por categorias de uso: Bahia, 2006



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual (2006) – Tabulação especial do IBGE

responsável por 82,1% do Valor da Transformação Industrial. Os resultados apresentados na Tabela 6, considerando-se apenas as indústrias de produtos químicos e de refino de petróleo e produção de álcool, concentram 60,9% do Valor da Transformação Industrial. Agregando-se outros segmentos, como metalurgia e celulose e papel, o valor de transformação industrial atinge 68,5%.

Com relação ao setor de bens de capital, que inclui principalmente produtos dos setores de máquinas e equipamentos, máquinas para escritório e equipamentos de informática, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de

comunicações entre outros, o valor da transformação industrial representa apenas 4,3%; o do número de unidades abrange um percentual de 5,3%; e 5,7% representam o pessoal ocupado nesta categoria.

Não obstante a significativa participação do setor de bens intermediários no estado, observa-se a ampliação de pólos industriais que caracterizam um novo ciclo de industrialização, surgindo assim, com relevância, setores destinados ao consumidor final: alimentos e bebidas, móveis, fabricação de produtos de couro e calçados, vestuários, artefatos plásticos e a montagem de veículos.

Este novo ciclo de expansão industrial não modifica substancialmente a matriz industrial existente, mas impacta os padrões produtivos e as relações intersetoriais como, por exemplo, o complexo automotivo que demanda dos setores petroquímico, siderúrgico e de borracha e plástico, estimulando o mercado consumidor local.

Tem-se também a dinamização do setor moveleiro, incentivado pela produção da indústria de celulose e papel, que cria uma indústria paralela de madeira. Ocorre também a ampliação da cadeia de alimentos e bebidas, segmento tradicional na economia baiana, mas que toma novo corpo com a diversificação de produtos e processos, e interage com os outros segmentos da indústria, como, por exemplo, o de embalagens plásticas e de papel.

A participação da indústria de bens de consumo duráveis é, no entanto, ainda pouco considerável na indústria

baiana de transformação, representando apenas 5,2% do Valor da Transformação Industrial. Em 1996, esta categoria representava apenas 0,3% desse valor, indicando o movimento ascendente do setor, que atingiu 5,2% do VTI em 2006. Quanto ao número de unidades locais, o aumento foi bem pouco significativo, passando de 3,9% para 4,7% no período. Observa-se, entretanto, um considerável aumento tanto no tamanho médio da unidade, que passou de 21 para 51, como na produtividade, que passou de 4.457 para 140.276. E o aumento de produtividade reflete os investimentos em setores intensivos em tecnologia neste setor, a exemplo de automóveis.

No setor de bens não duráveis, os resultados apresentados na Tabela 8, revelam a significativa participação do setor no número de unidades locais (46,2%) e no total do pessoal ocupado (44,0%) em 2006, pois agrega as unidades dos segmentos de alimentos e bebidas, fabricação de produtos de couro e calçados, vestuário, entre outros, que demandam grande volume de mão-de-obra. No entanto, ressalta-se a pequena participação no VTI (8,4%) e a redução em relação ao ano de 1996, quando o VTI correspondia a 18,7%, provocada, principalmente, pela queda na participação do setor de alimentos e bebidas de 16,2% para 6,9%, entre 1996 e 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou expor, brevemente, a estrutura da indústria de transformação baiana observada no período compreendido entre 1996 e 2006. Para tanto, utilizou-se dos resultados da Pesquisa Industrial Anual divulgados pelo IBGE, especificando-se: variáveis de número de unidades locais; pessoal ocupado total; tamanho médio das unidades; salários, retiradas e outras remunerações; valor da transformação industrial; e produtividade.

Os dados do IBGE indicam que o setor de transformação industrial baiano possui um grande número de unidades industriais concentradas no setor de alimentos e bebidas, produtos minerais não-metálicos e vestuário. No período analisado, observou-se significativo incremento de unidades industriais dos segmentos de reciclagem, máquinas para escritório e equipamentos

de informática, veículos automotores e fabricação de produtos de couro e calçados. Este movimento traduz, principalmente, a criação de novas indústrias em ramos inexistentes na matriz industrial baiana no decorrer dos últimos dez anos.

O pessoal ocupado na indústria de transformação está fortemente concentrado nos ramos de alimentos e bebidas, fabricação de produtos de couro e calçados, produtos químicos e minerais não-metálicos. O maior acréscimo no emprego industrial ocorreu no setor de fabricação de produtos de couro e calçados, seguido por veículos automotores. Segmentos estes criados recentemente no âmbito da indústria baiana.

Quanto ao tamanho das unidades industriais, observa-se que o setor de refino de petróleo e produção de álcool possui o maior número de ocupados por unidade, seguido por fabricação de produtos de couro e calçados, metalurgia básica e veículos automotores.

Os maiores volumes de salários da indústria baiana são pagos pelos segmentos de produtos químicos, alimentos e bebidas e veículos automotores.

Com relação ao Valor da Transformação Industrial, mais de 80% do VTI está concentrado em apenas seis segmentos: refino de petróleo e produção de álcool, produtos químicos, alimentos e bebidas, veículos, metalurgia e celulose e papel. A maioria desses segmentos é produtora de bens intermediários, o que caracteriza o perfil da indústria baiana. Observe que a entrada de novos ramos na matriz industrial não foi capaz de modificar essa característica da indústria baiana, uma vez que muitos desses possuem produtos de baixo valor agregado.

Os maiores ganhos de produtividade foram observados nos setores de refino de petróleo e produção de álcool, produtos químicos, máquinas para escritório e equipamentos de informática e celulose e papel.

O artigo também destaca a participação da indústria de transformação por categorias de uso, mostrando que 82,1% do Valor de Transformação Industrial está concentrado no setor de bens intermediários, ratificando a posição assumida pela economia baiana desde o princípio

de sua industrialização. O setor de bens duráveis ainda tem pequena participação no VTI — 5,2%.

Concluindo, cabe colocar uma limitação da análise realizada, que se refere à participação relativa setorial, uma vez que a posição de grandes setores pode reduzir a participação de outros, sem corresponder à realidade. Em razão disso, deve-se ficar atento à existência de algum viés na participação de algumas indústrias importantes, principalmente quando se avalia a trajetória de alguns ramos de atividade, ou a entrada de novos ramos. Para minimizar os erros de avaliação da estrutura industrial baiana é que se apresentou ao longo do texto a taxa anual de crescimento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. de H. Crescimento, crise e transição da economia. *Conjuntura Econômica*, v. 61, n. 11, p. 22-29, nov. 2007.

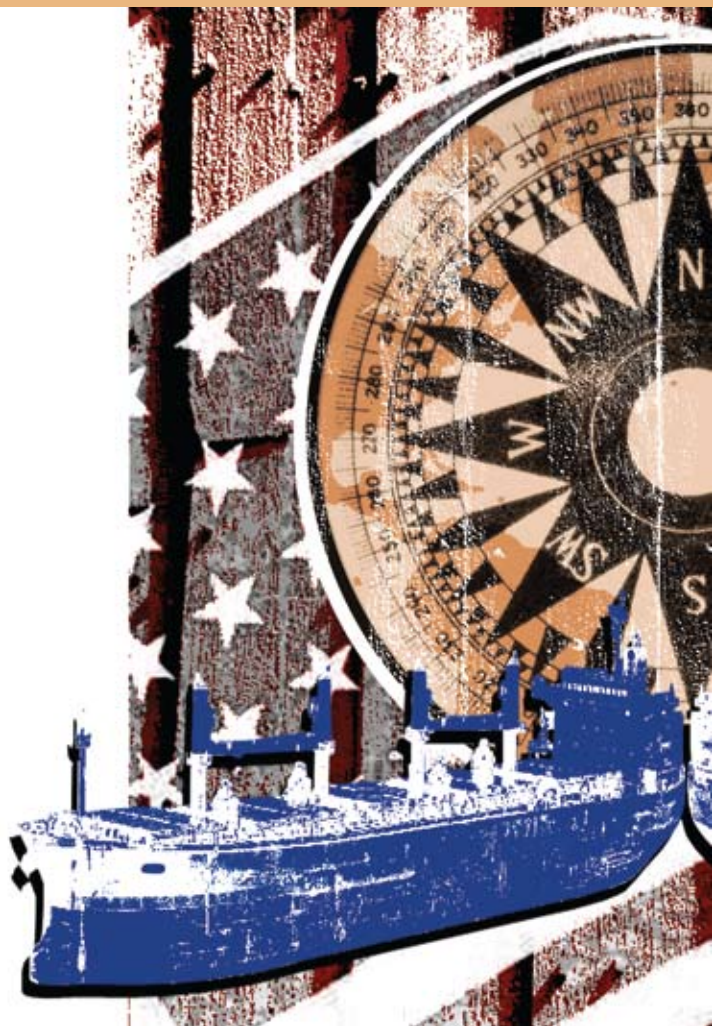
FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

NASSAR, J. R. Da dependência à independência empresarial. *Conjuntura Econômica*, v. 61, n. 11, p. 10-20, nov. 2007.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 2006. Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2008.

PESQUISA MENSAL INDUSTRIAL. Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 8 jun. 2008.

Protecionismo brasileiro e padrões recentes no **comércio exterior** baiano



Marcos Guedes Vaz Sampaio*

O Banco Mundial divulgou no mês de junho deste ano o relatório sobre os Indicadores de Comércio de 2008. Dentro de um universo de 125 países integrantes desse estudo, o Brasil ocupa o 92º lugar, o que significa dizer que se encontra no conjunto das economias mais protecionistas. Ainda segundo o relatório, embora o país tenha promovido a abertura de sua economia, foi em patamares inferiores a outras nações da América Latina. Enquanto a média tarifária da região é de 8,2%, a brasileira está em 8,7%. Essa observação se estende também para as barreiras não-tarifárias, pois o Brasil também faz mais uso delas do que seus pares latino-americanos, representando uma aplicação em 46,1% de todas as linhas tarifárias do país, ao passo que a média das demais nações é de 35,7% (NINIO, 2008a).

O aspecto curioso dos resultados apresentados nesse relatório é o fato de que a Venezuela — governada por Hugo Chávez, que propõe uma espécie de reformismo de fortes bases socialistas — ocupa uma posição menos protecionista

* Economista (UFBA), doutor em História Econômica (USP) e pesquisador da SEI. marcossampaio@sei.ba.gov.br.



“O protecionismo enquanto estratégia de política nacional passou a ser considerado anacrônico após o Consenso de Washington”

que a brasileira, o 86º lugar. A despeito de não ser uma diferença substancial, é sem dúvida emblemático que a economia venezuelana seja menos protecionista que a brasileira, mesmo que por um percentual ínfimo.

Os debates sobre o protecionismo e a liberdade de comércio remontam ao século XIX e aos primórdios da expansão da era industrial. A Inglaterra, nação pioneira do processo de transformação industrialista, preconizava o livre-comércio na economia mundial. Na mesma época, na Alemanha, List (1983) defendia a proteção à indústria infante e a necessidade de que as relações mercantis internacionais ocorressem em bases mais simétricas. Um olhar sobre a estrutura produtiva e a organização econômica tanto da Inglaterra quanto da Alemanha nesse período conduz o observador a não sentir estranheza por encontrar posições opostas entre as duas nações. De um lado uma economia industrializada, hegemônica no cenário mundial; do outro uma economia de base agrária, ainda lutando pela unificação política.

O protecionismo se configurava, naquele momento, como uma estratégia de sobrevivência das economias mais frágeis e terminou surtindo efeito, pois a Alemanha, por exemplo, chegou a ser a nação mais poderosa da Europa às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A Itália, o Japão e até mesmo os Estados Unidos também adotaram políticas protecionistas e foram bem sucedidos (REZENDE, 1991). Pode-se constatar que a evolução econômica dos principais países do cenário mundial contemporâneo indica a adoção de medidas protecionistas em algum momento de suas respectivas histórias. Adotando um método interpretativo de perspectiva histórica, conclui-se que o protecionismo foi, de fato, importante para o desenvolvimento de grande parte das nações mais ricas.

O protecionismo enquanto estratégia de política nacional passou a ser considerado anacrônico após o Consenso de Washington, realizado no início da década de 1990 pelo FMI, Bird e Tesouro dos Estados Unidos, embora

tenha sido sempre criticado pelos países centrais. O trabalho oriundo desse encontro promovia o recrudescimento do pensamento liberal por meio de uma série de recomendações às economias em desenvolvimento. Dentre elas destacavam-se a redução do papel do Estado mediante um programa de privatizações, a adoção de uma política fiscal austera e a abertura e desregulamentação dos mercados (SAMPAIO, 2005). Os pífios resultados apresentados pelas economias em desenvolvimento, contudo, colocaram em xeque esse receituário.

Em recente artigo publicado na Folha de São Paulo, Bresser-Pereira (2008) aponta um retorno do protecionismo ao mesmo tempo em que faz uma crítica à globalização enquanto movimento assentado em bases ideológicas neoliberais, aqui entendidas como parte de um processo revisionista dos elementos fundamentais do liberalismo clássico. Para ele, nessa primeira década do século XXI, a globalização “[...] deixou de ser a bandeira ideológica do neoliberalismo para se transformar no fantasma perseguindo os países ricos que, aos poucos, abandonam o discurso neoliberal e se preparam para levantar mais barreiras protecionistas”. Os recentes episódios ocorridos com o fracasso da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)¹ corroboram essa afirmação. Desde que essa rodada de negociações começou em Doha, capital do Qatar, no ano de 2001, o ponto central era a resistência dos Estados Unidos e da União Européia à liberalização do comércio agrícola.

Questão considerada chave pelas economias em desenvolvimento, as nações mais poderosas sempre relutaram em ceder, principalmente pressionadas pelos fortes *lobbies* que os setores da sociedade ligados à atividade agrícola exerciam. Como pode ser percebido, para as economias centrais, apesar de criticado, o protecionismo não era tão anacrônico assim. Na verdade, mesmo com o advento do neoliberalismo, medidas de cunho protecionista continuaram sendo adotadas por todas as nações do mundo, independente de exercerem um papel central ou periférico no cenário econômico internacional. As políticas protecionistas norte-americana e européia a seus respectivos setores agrícolas já são sobejamente

conhecidas e têm por base o princípio da vulnerabilidade externa se submetidos à livre-concorrência.

Argumento semelhante foi usado pela Índia e China nesse último episódio da Rodada Doha, que pleiteavam salvaguardas especiais para proteger seus mercados, considerados mais vulneráveis em relação aos países desenvolvidos. Como os Estados Unidos e a União Européia não concordaram, não houve acordo (DANTAS, 2008). O fracasso dessas negociações conduz a economia brasileira a usar a estratégia dos acordos bilaterais, como forma de expandir suas relações comerciais internacionais. Entre os parceiros que o Brasil se prepara para negociar estão Estados Unidos, México, Índia, Turquia e Rússia.²

O grau de protecionismo da economia brasileira, como foi apresentado no relatório do Banco Mundial, não parece ser um obstáculo para o sucesso desses acordos, uma vez que todas as nações adotam medidas que visam a proteger seus mercados. Se a análise de Bresser-Pereira (2008) estiver correta, nos próximos anos poderá ocorrer um movimento em direção a um cenário mais protecionista na economia-mundo. No momento atual, o que se percebe é que os acordos bilaterais terminam sendo a solução mais adequada para buscar a diversificação de parceiros comerciais e de mercados.

EXPANSÃO RECENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR BAIANO

Não obstante o referido protecionismo da economia brasileira, o comércio exterior baiano tem experimentado saldos expressivos em sua balança comercial e ampliado de maneira significativa sua corrente de comércio. Utilizando como baliza cronológica apenas o século XXI, iniciando-se, portanto, pelo ano de 2001, constata-se que esse foi o último a apresentar *déficit*. Entre 2002 e 2005, os saldos comerciais apresentaram desempenho bastante favorável, crescendo 394%. Os anos de 2006 e 2007 tiveram uma queda, explicada pelo maior crescimento

¹ Cf. NINIO, 2008b.

² Cf. DANTAS, 2008.

Tabela 1
Balança comercial: Bahia, 2001- 2007

(US\$ milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Corrente de comércio
2001	2.122	2.286	-164	4.408
2002	2.412	1.878	534	4.290
2003	3.261	1.945	1.316	5.206
2004	4.066	3.021	1.045	7.087
2005	5.989	3.351	2.638	9.340
2006	6.773	4.475	2.298	11.248
2007	7.409	5.430	1.979	12.839

Fonte: Adaptada do Centro Internacional de Negócios da Bahia (2008)

das importações, em torno de 21,3%, contra 9,4% das exportações, em razão da desvalorização do dólar no período, que estimulou as compras externas. Nota-se, entretanto, o crescimento extraordinário da corrente de comércio baiana que era de US\$ 4,408 bilhões em 2001 e atingiu US\$ 12,839 bilhões no ano passado, representando um crescimento de aproximadamente 191%. Os resultados estão resumidos na Tabela 1.

Os dados do comércio exterior baiano do primeiro semestre de 2008, igualmente mostram a tendência de crescimento da corrente de comércio com um resultado de US\$ 7,591 bilhões, o que representa uma variação de 28,8% em relação ao mesmo período do ano passado. As importações cresceram 31,20% em relação ao primeiro semestre de 2007, enquanto as exportações cresceram 27,16%, refletindo a propensão de maior elevação das compras externas devido à valorização cambial (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008).

Os números mostram uma expansão das relações mercantis da Bahia, mesmo dentro de um cenário de cunho mais protecionista da economia brasileira. O próprio desempenho econômico do país em sua corrente de comércio apresenta um crescimento de 35,03% no primeiro semestre desse ano em comparação com o mesmo período de 2007. A preocupação no caso da balança comercial brasileira é o expressivo desempenho superior das importações em relação às exportações, uma vez que cresceram 50,65% nesse período se comparado com o mesmo intervalo temporal do ano anterior, enquanto as vendas externas tiveram uma variação de 23,81% (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008). A situação cambial nesse momento estimula o setor importador e a economia brasileira, que a despeito do protecionismo apontado no relatório do Banco Mundial, registra crescimento em suas relações mercantis internacionais.

O quadro recente das exportações baianas, referente ao último quinquênio, apresenta, no entanto, uma significativa concentração em torno de poucos países como destino de suas mercadorias. As cinco principais economias compradoras de seus produtos representavam 62,83% do total das vendas externas do estado em 2003; cinco anos depois, em 2007, ocorreu uma pequena queda, mas a participação delas ainda era bastante expressiva, com 55,07% do total. Os Estados Unidos foram os principais importadores durante esse período, embora sua participação tenha diminuído de 30,61% em 2003 para 19,81% no ano de 2007, conforme mostra a Tabela 2.

Ainda observando as informações contidas na Tabela 2, verifica-se que a Argentina sempre ocupou a segunda

Tabela 2
Exportações principais destinos: Bahia, 2003 - 2007

2003		2004		2005		2006		2007	
Países	Part.	Países	Part.	Países	Part.	Países	Part.	Países	Part.
Estados Unidos	30,61	Estados Unidos	25,36	Estados Unidos	18,31	Estados Unidos	18,44	Estados Unidos	19,81
Argentina	13,11	Argentina	14,33	Argentina	11,99	Argentina	11,66	Argentina	11,92
México	10,25	México	11,19	Bahamas	10,41	México	8,66	Países Baixos	10,17
Países Baixos	5,41	Alemanha	3,76	México	9,78	Bahamas	7,66	China	7,71
Alemanha	3,45	Países Baixos	3,39	China	4,11	Países Baixos	6,96	México	5,46
Total	62,83	Total	58,03	Total	54,60	Total	53,38	Total	55,07

Fonte: Adaptada do Centro Internacional de Negócios da Bahia (2008)

Tabela 3
Exportações principais segmentos: Bahia, 2003 - 2007

2003		2004		2005		2006		2007	
Segmentos	Part.	Segmentos	Part.	Segmentos	Part.	Segmentos	Part.	Segmentos	Part.
Químicos e petroquímicos	24,57	Químicos e petroquímicos	23,63	Petróleo e derivados	22,97	Químicos e petroquímicos	19,95	Químicos e petroquímicos	21,33
Petróleo e derivados	18,70	Automotivo	15,77	Químicos e petroquímicos	19,25	Petróleo e derivados	16,23	Metalúrgico	14,53
Automotivo	12,23	Petróleo e derivados	13,53	Automotivo	14,57	Metalúrgico	15,20	Petróleo e derivados	13,55
Papel e celulose	8,04	Metalúrgico	9,47	Metalúrgico	9,66	Automotivo	13,60	Papel e celulose	12,11
Metalúrgico	7,67	Grãos, óleos e ceras vegetais	8,44	Papel e celulose	7,25	Papel e celulose	10,56	Automotivo	10,28
Total	71,21	Total	70,84	Total	73,70	Total	75,54	Total	71,80

Fonte: Adaptada do Centro Internacional de Negócios da Bahia (2008)

posição nesse período, oscilando entre 11% e 14%. Percebe-se o crescimento da China como mercado importador dos produtos baianos, subindo de 4,11% em 2005 para 7,71% no ano de 2007. Os dados concernentes ao primeiro semestre de 2008 revelam a continuidade desse quadro de concentração em torno de poucos países, em que os cinco principais destinos participaram com 60,41% das exportações estaduais. Mostram também a expansão da participação chinesa, que experimentou um crescimento de 11,48% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Argentina, por sua vez, perdeu a segunda posição, ao menos momentaneamente, para os Países Baixos (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008).

O cenário fortemente centralizado das exportações baianas em torno de cinco países realça o caráter pouco diversificado do comércio exterior do estado no tocante a parceiros comerciais e sua temerária dependência desses mercados. A ampliação das relações econômicas bilaterais e a busca por novos mercados contribuiriam para incrementar o desempenho da balança comercial estadual e diminuir o padrão de dependência atual.

A transformação desse padrão do comércio exterior baiano está diretamente relacionada também à concentração das exportações em torno de poucos segmentos. No decorrer do último lustro, cinco segmentos produtivos representaram em média 72,62% do total das vendas externas da Bahia. A situação revela-se mais fortemente centralizada, quando se

observa que apenas os três maiores segmentos da economia estadual participam, em média, com 53,2% de todo o montante exportado. Não é surpresa que os dois setores com participações mais substanciais são os de química e petroquímica e petróleo e derivados, enfatizando a histórica dependência econômica da Bahia do desempenho do ramo petrolífero, substituto do cacau e, mais remotamente, do açúcar. Esses dados podem ser observados na Tabela 3.

O primeiro semestre de 2008 mostra a mesma tendência do universo cronológico mostrado na Tabela 3, com os cinco segmentos mais destacados da economia baiana representando 75,07% de todas as vendas externas. Os três principais setores participaram com 53,24%, mantendo o patamar médio aproximadamente igual ao período 2003-2007 (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008). Os resultados não trazem nenhuma novidade face à propensão centralizadora da economia estadual, mas reforçam seu caráter dependente, que aguarda novos choques exógenos e, infelizmente, espasmódicos, para produzir novos efeitos dinâmicos.³

O panorama contemporâneo do comércio exterior na Bahia revela-se extremamente concentrado, tanto no que se refere aos principais destinos das exportações quanto em relação aos segmentos da estrutura produtiva estadual. Diante desse cenário, uma modificação nos

³ Uma análise importante desse modelo estrutural dependente de choques exógenos encontra-se em Guerra e Teixeira (2000).

“O panorama contemporâneo do comércio exterior na Bahia revela-se extremamente concentrado, tanto no que se refere aos principais destinos das exportações quanto em relação aos segmentos da estrutura produtiva estadual”

padrões recentes de seu comércio exterior passa pela diversificação de sua economia, por meio de investimentos em outros setores, fortalecimento das dinâmicas regionais e estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, somados a outras ações que busquem incentivar os arranjos produtivos locais, valorizar as especificidades de cada região e promover uma melhor articulação e integração territorial no estado, de modo que essas intervenções proporcionem um novo dinamismo, gerando um acréscimo na participação de outros segmentos na pauta de exportações do estado. Não se deve descurar da busca por novos parceiros comerciais, visando a incrementar sua corrente de comércio e reduzir a dependência externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter protecionista da economia brasileira, segundo critérios utilizados pelo Banco Mundial em seu relatório mais recente sobre os Indicadores de Comércio, não se traduz em óbice ao desenvolvimento de suas relações comerciais internacionais. O desempenho extremamente favorável de sua corrente de comércio no decorrer dos últimos anos reflete, ao contrário, uma expansão de suas transações mercantis. Estratégia de política externa considerada negativa, principalmente pelas vertentes liberais disseminadas pelas economias centrais, o protecionismo sempre foi largamente utilizado por todas as nações. A evolução econômica dos países mais ricos do

mundo revela seu apreço por políticas protecionistas, principalmente quando se encontravam em processo de desenvolvimento.

Somente após o Consenso de Washington, com o recrudescimento do liberalismo, por meio do que se convencionou chamar de neoliberalismo, o protecionismo passou a ser considerado anacrônico. Instrumento de política comercial em desuso dentro do contexto da globalização e dos novos rumos da economia internacional, o protecionismo se mostrou bastante atual após ser responsável pelo fracasso da Rodada Doha da OMC. À vista das expectativas quanto a seu recrudescimento, principalmente devido à intransigência norte-americana e européia nas negociações de flexibilização das relações mercantis no setor agrícola, resta a países como o Brasil os acordos bilaterais.

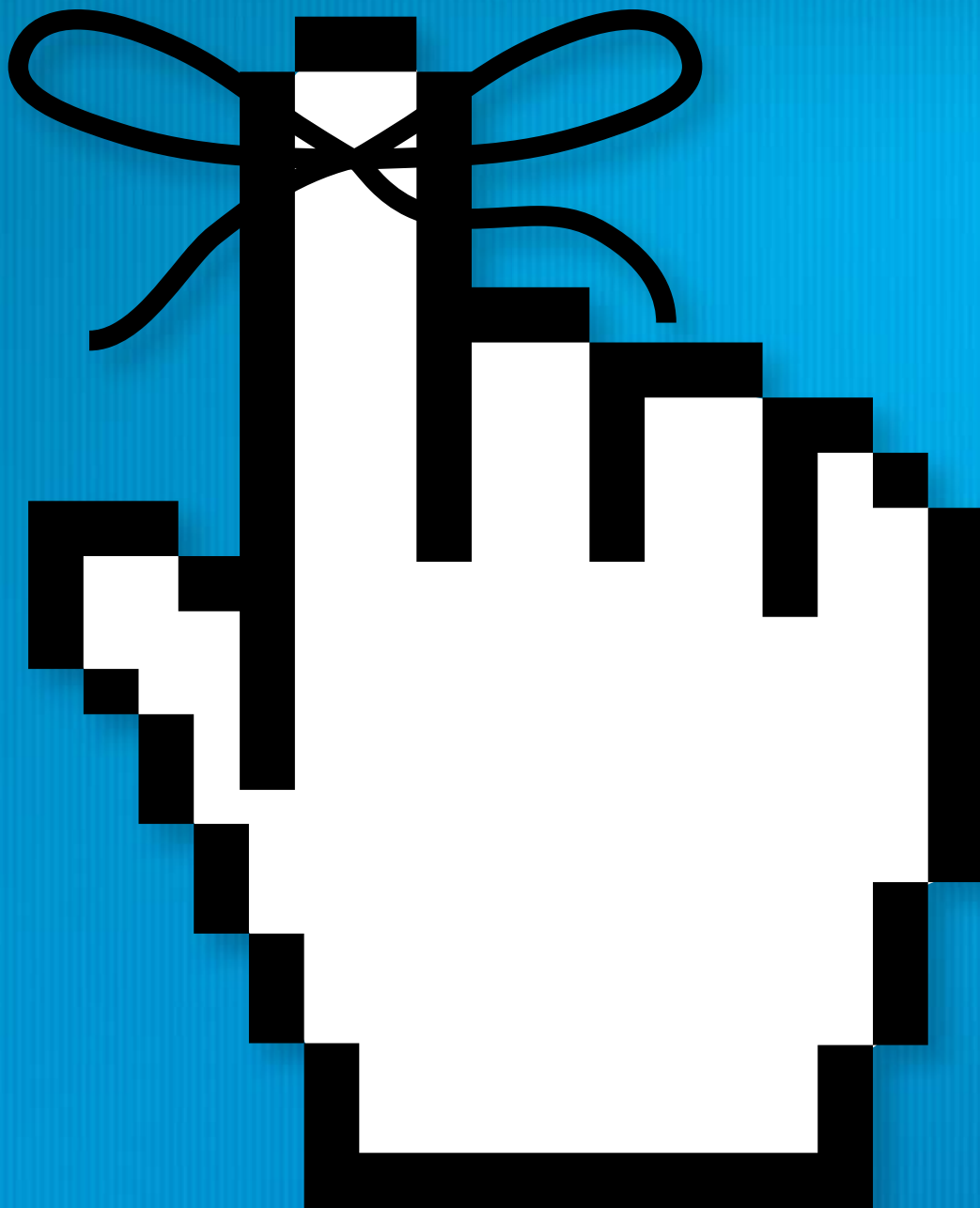
Diante desse cenário, a Bahia também experimenta uma ampliação em sua corrente de comércio que, igualmente, não sente os reflexos de maior protecionismo brasileiro. A economia baiana, no entanto, vivencia uma redução nos *superávits* de sua balança comercial, em razão do crescimento mais substancial das importações por causa da valorização cambial, presente nos últimos anos. Não obstante os números favoráveis do comércio exterior baiano, o crescente aumento das importações deve servir de alerta aos entes governamentais.

Esse cenário torna-se mais temerário quando se constata os padrões do comércio exterior do estado, excessivamente concentrado em poucos destinos e segmentos da atividade produtiva. Apenas cinco países centralizam em média 56,8% das exportações baianas, o que revela um caráter de dependência desses mercados. Entretanto uma transformação nesse quadro necessita de participação mais intensiva de outros ramos da atividade econômica na pauta de exportações de modo a diversificá-la e, com isso, expandir o número de parceiros comerciais. Desse modo, provocaria uma desconcentração, tanto entre os países importadores das mercadorias baianas quanto entre os setores mais expressivos, reduzindo, assim, a dependência externa da economia estadual. Naturalmente que, para alcançar tais objetivos, os processos são longos e complexos, necessitando da presença do Estado como seu agente

indutor. O que torna essa análise tão “anacrônica” em tempos neoliberais quanto às políticas protecionistas, embora seja largamente utilizada por todos e igualmente eficiente do ponto de vista do desenvolvimento econômico dos países ao longo da história.

REFERÊNCIAS

- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Lágrimas de crocodilo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 2008. Caderno Dinheiro.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A quem serve a globalização? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jul. 2008. Caderno Dinheiro.
- CAMPOS, Marcela. Para analistas, país agiu certo ao priorizar OMC. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2008. Caderno Dinheiro.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Comércio Exterior – Bahia*. Salvador: PROMO, [2008]. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 4 ago. 2008.
- DANTAS, Iuri. Nova agenda do Brasil exigirá acordos bilaterais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2008. Caderno Dinheiro.
- EXPORTAÇÕES atingem US\$ 4,3 bilhões e batem recorde histórico. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 8 jul. 2008. Economia.
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia II*, Salvador, v. 10, n. 1., p. 87-98, jun. 2000.
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- NINIO, Marcelo. Economia do Brasil é muito fechada, diz estudo do Bird. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jun. 2008a. Caderno Dinheiro.
- _____. Colapso de Doha muda política comercial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2008b. Caderno Dinheiro.
- _____. OMC admite que subestimou principal “nó” na negociação. *Folha de São Paulo*, 31 jul. 2008c. Caderno Dinheiro.
- REZENDE, Cyro. *História econômica geral*. São Paulo: Contexto, 1991.
- ROSSI, Clóvis. Todos perdem com o fracasso de Doha; Brasil perde mais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2008, Caderno Dinheiro.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Uma análise do debate sobre a dependência. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 139., p. 20-24, dez. 2005.
- _____. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. *Bahia Análise & Dados: economia brasileira e baiana: uma análise do Pós-Real*, Salvador, v. 16, n. 4, p. 655-663, jan./mar. 2007.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. Ed. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA 2001.



Isso é só uma mãozinha para lembrar você de conhecer o novo site da SEI.

Totalmente reformulado, o novo formato possibilita um acesso mais rápido e fácil a todas as informações e dados que o tornaram referência nas áreas de pesquisa e planejamento. Com visual mais moderno e leve, a busca por dados estatísticos, pesquisas econômicas, cartogramas e índices sociais é realizada através de uma navegação muito mais interessante. Novo site da SEI, o mesmo conteúdo de sempre agora mais bonito, dinâmico, interativo e acessível. Digite **www.sei.ba.gov.br** e confira, você vai se surpreender!



Resistência cultural como obstáculo à consolidação do Arranjo Produtivo Local da cachaça na Bahia

André Silva Pomponet*

A aguardente de cana, cachaça, caninha, pinga ou simplesmente cana, na expressão nordestina captada por Cascudo (1986), tem quase a idade do Brasil. Nasceu no início do século XVI, derivada daquela que por muito tempo foi a principal atividade econômica em solo brasileiro: a lavoura canavieira. Nos primeiros tempos, estimulava o trabalho dos escravos e atenuava o drama da escravidão. Depois, disseminou-se entre os nativos, tornando-se a bebida dos mestiços ou *cabras*.

Até a atualidade é cercada por uma aura mística por seus devotos: previne doenças, serve de lenitivo e reveste-se de poderes medicinais quando misturada às incontáveis ervas aromáticas que brotam do solo do país. Hoje, só perde para a cerveja quanto ao consumo e firmou-se como bebida nacional, superando todas as alternativas apresentadas desde o Brasil Colônia.

A epopéia da cachaça, porém, não conseguiu firmá-la como símbolo de “brasilidade” ao longo de cinco séculos. Associada aos escravos desordeiros, aos mestiços

indolentes, aos indígenas preguiçosos, fonte de baderna e ócio, a bebida sempre foi malvista pela elite brasileira. Passados tantos anos, ainda permanece associada aos mais pobres, à baixa qualidade e aos costumes que a elite gostaria de enterrar.

O objetivo do presente texto é justamente discutir o preconceito e a resistência cultural que inibem ainda hoje o desenvolvimento da indústria da cachaça artesanal na Bahia. Na seção seguinte buscam-se as raízes desse desprezo, que remonta à época colonial. Depois, apresenta-se um diagnóstico recente da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) sobre o arranjo produtivo no estado. Adiante, discute-se esse preconceito e sua repercussão sobre a esfera econômica, para, por fim, arrematar-se com algumas considerações.

* André Silva Pomponet é Economista e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. andrepomponet@hotmail.com

ORIGEM E RESISTÊNCIA CULTURAL

No dia 21 de dezembro de 2001, o Decreto presidencial n. 4.062 reconheceu o vocábulo “cachaça” como de uso exclusivamente brasileiro e instituiu a expressão “cachaça do Brasil”, para efeitos de comércio internacional, como propriedade intelectual (CARVALHO; SILVA, 2004). A providência foi adotada tomada com o objetivo de diferenciar a bebida brasileira do rum, também um destilado de cana, e facilitar a inserção do produto brasileiro no promissor mercado norte-americano (SILVA et. al., 2006). Aliás, é esse dinamismo do mercado internacional que oferece perspectivas de crescimento do setor, principalmente para a cachaça artesanal ou produzida em alambiques.

O esforço do governo brasileiro de assegurar mercados e direitos de propriedade intelectual para a cachaça representa uma guinada em relação à origem e à evolução do destilado de cana-de-açúcar, marginalizado durante séculos e associado aos estratos sociais mais baixos. Se não fosse essa resistência cultural em relação ao produto, o Brasil (e a Bahia, que é o segundo estado em produção) poderia dispor de uma estrutura muito melhor organizada, com maior número de empregos formais, nível de profissionalização da atividade mais elevado, maior produtividade e participação mais ativa no lucrativo comércio internacional. Embora Sachs (2005, p. 118) se refira a “barreiras culturais ao desenvolvimento econômico” numa escala de nações, o diagnóstico é aplicável também a atividades econômicas específicas, como a cachaça artesanal que nasceu no Brasil no século XVI.

“O esforço do governo brasileiro de assegurar mercados e direitos de propriedade intelectual para a cachaça representa uma guinada em relação à origem e à evolução do destilado [...]”

Estima-se que a cachaça surgiu no Brasil entre 1533 e 1534, nos engenhos de açúcar construídos na região de São Vicente, região de Santos (SP), por Martim Afonso de Souza e seus quatro sócios (CÂMARA, 2008). Nesses engenhos, moía-se a cana, fervia-se o caldo obtido, que em seguida era depositado em formas para esfriar, donde se extraía a rapadura usada para adoçar bebidas. Eventualmente, o caldo desandava e fermentava, originando um produto que não servia para adoçar e que, inicialmente, era chamado de “cagaça” (ORIGEM..., 2008). Cascudo (1986) observa, porém, que o vocábulo “cachaça” só passou a ser empregado para designar a bebida depois do século XVII, quando se confundiu com aguardente, destilado etílico que pode ser obtido empregando matéria-prima diversa da cana-de-açúcar. Seja derivada de “cagaça”, “cagassa” ou “cachaza” (termo empregado na Europa), o fato é que a expressão designava algo inferior, desprezível, conjunto de espuma e impureza decorrentes do processo industrial a que era submetida a cana-de-açúcar (CASCUDO, 1986, p. 18). Como bem nota Câmara (2008, p.02), “Observe-se que a palavra ‘cachaça’ antes de denominar nossa emblemática bebida, um símbolo nacional, serviu para chamar o lixo, o resto, a sobra”.

Tão estigmatizada em sua origem, era natural que a bebida, inicialmente, não fosse destinada ao público mais aristocrático. Assim, nos primeiros tempos, a cachaça era servida aos cativos como uma espécie de “energético” (SILVA et. al., 2006), mas “que embebedava os escravos, tornando mais suportável a dureza da escravidão” (CARVALHO; SILVA, 2004). Mais tarde, o consumo se ampliou entre as classes mais baixas da sociedade colonial, conforme observou o viajante francês Pyrard Laval, em sua passagem por Salvador em 1610: “Faz-se vinho com o suco da cana, que é barato, mas só para os escravos e os filhos da terra” (CASCUDO, 1986, p. 15). Para os paladares mais nobres reservavam-se bebidas refinadas, como a aguardente do Reino, feita com uvas e que representava para o colonizador “obstinada saudade do português no seu exílio tropical” (CASCUDO, 1986, p. 21).

Adiante, o mesmo Cascudo (1986) observa que o século XVI é o da exaltação da aguardente, que na sabedoria popular adquiriu o *status* de remédio para todos os males, verdadeira panacéia, o que se perpetua como crendice até os dias atuais. O sucesso alcançado pela cachaça entre as

“[...] o século XVI é o da exaltação da aguardente, que na sabedoria popular adquiriu o status de remédio para todos os males [...]”

classes populares levou preocupação à Coroa Portuguesa por diversos motivos. Um deles foi a concorrência que o produto representava para a *Bagaceira*, espécie de vinho produzido em Portugal, cujas importações caíram drasticamente com o sucesso da cachaça brasileira junto ao povo nativo (CARVALHO; SILVA, 2004). Outro motivo alegado pela Coroa foi a constante embriaguez dos escravos, o que dificultava as atividades econômicas na colônia, principalmente a extração do ouro em Minas Gerais (SILVA et. al., 2006). Por fim, havia o interesse da Metrópole de que se produzisse açúcar, ao invés da controversa aguardente.

A solução encontrada pela Coroa foi a emissão de uma Carta Real em 1649, proibindo a produção de aguardente de cana-de-açúcar. No século seguinte, em 1743, medida semelhante foi adotada, mas se restringia ao território baiano, recorrendo-se à justificativa dos tumultos provocados por escravos bêbados (SILVA et. al., 2006). Em outros momentos tentou-se elevar os tributos como forma de inibir a produção, mas o único resultado alcançado foi o crescimento da sonegação. Àquela altura, todavia, a produção de cachaça tinha firmado raízes de forma irreversível na economia colonial, ainda que em condição marginal. Cascudo (1986) acrescenta que o tráfico negreiro em parte era movido pelo escambo de escravos por cachaça, pois até então o continente africano não conhecia bebidas alcoólicas destiladas, apenas as fermentadas, que eram produzidas localmente.

Causa de tantas desavenças entre Metrópole e Colônia, não provoca estranheza que a cachaça tenha sido alçada à condição de símbolo nacional pelos inconfidentes mineiros, inclusive freqüentando as mesas dos próprios libertários (SILVA et. al., 2006). O sucesso da cachaça

no mercado externo, porém, não se limitou ao escambo por escravos africanos. Von Martius, o famoso viajante, registra que, em 1818, o mel de cana e a cachaça vinham logo atrás do café, do açúcar, do fumo e do algodão na pauta de exportações baianas para a Europa e a América do Norte (CASCUDO, 1986).

Esses sucessos pontuais não foram suficientes para alçar a cachaça à condição de bebida símbolo nacional ou que representasse o espírito de “brasilidade”. Ao contrário, nos séculos XIX e XX a elite nacional e a classe média, identificadas com a aristocracia europeia, reforçaram hábitos e preconceitos contra os costumes brasileiros, entre os quais está o consumo da cachaça. Classificavam-na como bebida de baixa qualidade, destinada aos menos favorecidos (SILVA et. al., 2006). Cascudo (1986) registra que no imaginário popular, cachaça é bebida de *cabra*. Este *cabra* é um tipo mestiço, nem branco, nem negro, oriundo das camadas populares e que preservou uma fidelidade secular à aguardente brasileira, desprezando todas as bebidas importadas pelo colonizador português.

Essa fidelidade é óbvia, já que no Brasil atual se consome mais de um bilhão de litros de cachaça por ano. É a segunda bebida alcoólica mais consumida no país, perdendo apenas para a cerveja. A contabilidade inclui, além da cachaça de alambique, objeto deste artigo, a chamada *caninha* industrial. Na próxima seção, o objeto da discussão é o estágio atual da produção de aguardente destilada na Bahia.

BAHIA: CENÁRIO RECENTE

O estigma que perseguiu a fabricação e o consumo da cachaça de alambique ao longo de séculos reflete-se na estrutura de produção até os dias atuais, mesmo com os esforços voltados para a organização da cadeia, como a instituição de um Arranjo Produtivo Local (APL) de derivados de cana-de-açúcar pelo Estado e as tentativas de maior organização, associação e busca pela certificação do produto, por meio da Associação Baiana de Produtores de Cachaça de Qualidade (ABCQ), entidade criada em 2002.

Uma evidência é o mapeamento recente efetuado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

(SECTI). Foram identificados 13 pólos de produção de cachaça de alambique na Bahia, totalizando cerca de sete mil estabelecimentos que geram um número estimado de 35 mil empregos diretos. O problema é que somente 1% desses estabelecimentos, concentrados no Recôncavo, Litoral Sul, Chapada e Sudoeste, gerando pouco mais de 550 empregos diretos, estão formalizados como micro-empresas, associações ou cooperativas (BAHIA, 2007).

A maioria dos produtores atua em situação precária, o que reflete a herança de preconceito que pesa sobre a cachaça. Normalmente, trabalham na informalidade, com baixos níveis de renda e de escolaridade, organizados em sistema familiar e com métodos e meios de produção herdados de antigas tradições (BAHIA, 2007, p. 03). O resultado óbvio dessa estrutura amadora é a inserção limitada no mercado, com o produto alcançando apenas os municípios mais próximos dos alambiques e, eventualmente, outros estados. A ausência de cooperativas e a inexistência de ações articuladas para o escoamento da produção tornam o produtor refém do atravessador, figura que atua na intermediação entre os fabricantes e o mercado, auferindo parte dos lucros da cadeia produtiva. A SECTI constatou a presença desses agentes na indústria não-formalizada da cachaça artesanal.

A precariedade da cadeia produtiva dos fabricantes artesanais restringe também o público consumidor. Afinal, sem uma rede estruturada de distribuidores e atacadistas, o intermediário ainda desempenha a função de distribuição do produto. Faltando-lhe escala e atuando de forma pulverizada, consegue levar a produção apenas a supermercados, bares, restaurantes e feiras-livres de municípios próximos, cujos principais consumidores têm baixo poder aquisitivo e pertencem, portanto, aos “estratos mais baixos da população” aludidos nos séculos anteriores. Como complicador adicional, os métodos arcaicos de produção, a manipulação inadequada do produto e até mesmo a facilidade da falsificação comprometem a qualidade da cachaça, reforçando as barreiras culturais ao produto. Assim, o desenvolvimento da indústria da cachaça artesanal na Bahia padece de males crônicos, tanto sob a ótica da oferta (com a precária estrutura produtiva descrita acima) quanto da demanda, já que o forte preconceito dispensado à qualidade do produto, ao

processo produtivo anacrônico e ao público consumidor majoritário permanece muito vivo.

Nos últimos anos, porém, esforços vêm rompendo aos poucos a grande resistência que cerca o consumo da bebida. No Brasil, o pioneirismo na iniciativa coube aos mineiros, que já em 1982 fizeram um diagnóstico que culminou no Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente (Pró-Cachaça). Na mesma década, 30 produtores criaram a Associação Mineira dos Produtores de Cachaça, entidade que ajudou a organizar melhor o setor desde então. O ponto culminante dessa trajetória foi a Lei Estadual 13.949 de 2001, que define e caracteriza a “Cachaça de Minas” (SILVA, et. al., 2006), diferindo-a da aguardente de cana, cujo teor alcoólico varia de 38% a 54%, definido pela Instrução Normativa 13, de 29 de junho de 2005. Note-se que a cachaça de alambique ou artesanal é obtida do mosto fermentado de cana-de-açúcar, enquanto a chamada *caninha* industrial obtém-se de um destilado alcoólico simples, com adição de açúcares e hidratado para chegar ao teor de álcool estabelecido em lei (SILVA, et. al., 2006). O sabor mais agradável da bebida de alambique evidencia as diferenças nos processos de produção.

Na Bahia, o esforço foi mais tardio e os resultados ainda estão distantes do alcançado pelos mineiros. Somente em 1993 o Estado começou a incentivar a organização dos produtores baianos. Quatro anos mais tarde, surgiu o Programa de Aproveitamento Integral da Cana-de-Açúcar (PROCANA). Conforme já dito, o passo mais

“[...] os métodos arcaicos de produção, a manipulação inadequada do produto e até mesmo a facilidade da falsificação comprometem a qualidade da cachaça, reforçando as barreiras culturais ao produto [...]”



sólido dos produtores foi dado em 2002, com a criação da ABCQ (BAHIA, 2007). Nos anos seguintes, os laços entre governo e empresários foram se fortalecendo, com o suporte das secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Agricultura e de Indústria, Comércio e Mineração, além do Sebrae e do Ibametro — este último integrou-se na fase de certificação da bebida.

Com o suporte governamental, a ABCQ empenhou-se na articulação dos produtores e na costura dos arranjos produtivos, com maior êxito nas regiões Sudoeste, Recôncavo Sul e Chapada Diamantina. Em 2007, esses esforços resultaram em 24 marcas formalizadas de cachaça na Bahia (BAHIA, 2007). As principais estratégias empregadas foram investimentos na qualidade do produto, tornando-o competitivo nos mercados mais exigentes, e ações promocionais com a finalidade de difundir o consumo da bebida e consolidar a marca “Cachaça da Bahia”, acompanhando a feliz iniciativa dos produtores mineiros.

Conforme já apontado, apenas 1% dos produtores baianos estão organizados em cooperativas e associações. É um universo ainda muito limitado, caso se pretenda resgatar

a credibilidade da cachaça da Bahia, rivalizando-a em preferência com bebidas mais conceituadas e culturalmente melhor aceitas. As restrições e as dificuldades que se referem à oferta do produto, porém, são obstáculos secundários frente à já aludida dimensão cultural. Sem superar esse desafio, os produtores baianos não terão a desejada inserção no mercado internacional.

FORTALECENDO O LOCAL PARA ATINGIR O GLOBAL

A literatura sobre as possibilidades de êxito dos arranjos produtivos locais em países periféricos ou em desenvolvimento costuma focalizar o conjunto de fragilidades que afetam essas nações, mas que não se verificam nos países capitalistas avançados, como é o caso do trabalho de Cruz e Passos (2006). Para esses autores, um juízo homogêneo sobre as possibilidades de sucesso desses arranjos em países periféricos é arriscado e contraria exemplos pontuais de êxitos, conforme alertam os autores (CRUZ; PASSOS, 2006).

Contudo os mesmos autores advertem que o diagnóstico adequado e um conhecimento profundo das regiões que se pretende desenvolver são requisitos indispensáveis, contrariando o hábito da adoção de fórmulas prontas, originadas de exemplos de sucesso em países desenvolvidos. Ora, antes de abraçar modelos aplicados em regiões que já dispunham do suporte e da estrutura de sistemas capitalistas avançados, faz-se necessário o mapeamento das fragilidades locais que, muitas vezes, transcendem a dimensão econômica e, ao invés de serem determinantes, podem ser determinadas.

É o caso da resistência cultural à cachaça, que combina fatores sociais, étnicos, geográficos e, sem dúvida, também econômicos. Contudo, para além das restrições da oferta ou da organização dos produtores, há a resistência da sociedade em aceitar e incorporar a bebida como um elemento genuíno de sua cultura e que apresenta amplas possibilidades de aceitação no mercado internacional, inclusive sendo apontado como símbolo de “brasilidade”, ao lado da feijoada e do carnaval (CÂMARA, 2008). O reconhecimento de sua origem, de sua trajetória e de seu público consumidor é um sinalizador bastante eloquente do preconceito que se construiu ao longo de cinco séculos do plantio de cana-de-açúcar no litoral brasileiro.

A indústria artesanal de cachaça, porém, detém uma série de virtudes que devem ser exploradas, particularmente no interior da Bahia, onde as oportunidades econômicas são mais escassas. A principal delas é a geração de emprego e renda entre a população mais pobre e residente em regiões pouco dinâmicas. Desenvolver o segmento implica na contenção de fluxos migratórios, na redução da pobreza, na organização e cooperação dos trabalhadores com o conseqüente fortalecimento do capital social e, de forma mais geral, no alcance do almejado desenvolvimento territorial, com redução das disparidades intra-regionais.

Para alcançar esses objetivos é necessário produzir com qualidade — corrigindo os problemas diagnosticados — e fazer com que essa produção alcance os mercados mais amplos possíveis. Só que consolidar a cachaça de alambique como referência de sucesso exige uma atenção particular à questão da valoração da bebida como produto

brasileiro, o que é mais sutil que a mera agregação de valor dentro de padrões produtivos tecnicamente adequados. A valoração da cachaça caminha *pari passu* com o aprimoramento constante dos métodos produtivos, mas se situa além, envolvendo ações de propaganda, divulgação e difusão do produto também entre os consumidores com renda mais elevada e maior nível de exigência. Enfim, implica em conferir credibilidade à cachaça produzida em alambiques com qualidade crescente para, no longo prazo, se conseguir minimizar o preconceito que acompanha a bebida desde as fermentações que desandaram em tachos de cobre, lá pelos idos do século XVI.

A administração de uma iniciativa dessa natureza naturalmente deve envolver governo e produtores, o que já vem se processando com sucesso, mas em uma escala ainda muito modesta na Bahia. Até mesmo para efeitos de competição no mercado internacional, pois, conforme atestam Carvalho e Silva (2004), a oferta brasileira do produto oscilou bastante ao longo da última década, mesmo com a demanda crescente, o que retrata a desorganização do mercado nacional.

Reforce-se, todavia, que as incertezas da oferta brasileira advêm não somente dos constantes desarranjos que afligem nossas cadeias produtivas de forma mais geral, mas, acima de tudo, do descaso com que é tratada a cachaça pela própria sociedade. Soa até ingênuo pretender atingir amplos mercados internacionais, gerando emprego, renda e divisas, quando, coletivamente, não se consegue enxergar a “brasilidade” da bebida nacional mais original e fortalecê-la como produto cultural.

“[...] consolidar a cachaça de alambique como referência de sucesso exige uma atenção particular à questão da valoração da bebida como produto brasileiro [...]”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das dificuldades que envolvem a produção de cachaça de alambique no Brasil e na Bahia vai além da quantificação de insumos, das técnicas de produção, dos métodos de gestão ou das formas de escoamento da produção para os consumidores. Enfim, transcende a dimensão econômica, encontrando suas raízes em âmbito multidisciplinar e indo até mesmo à antropologia.

Pode-se, portanto, deduzir que muitas das dificuldades enfrentadas pela indústria da cachaça decorrem de um preconceito ancestral, que se cristalizou com o transcorrer dos séculos e hoje constitui um dos principais — senão o principal — obstáculos ao desenvolvimento da atividade e ao fortalecimento de seus produtores.

Ampliam-se, portanto, as frentes de trabalho para que a atividade rompa o padrão de arranjo produtivo local de país periférico, quase sempre destinado ao fracasso ou à utopia digerida do capitalismo avançado e se consolide como alternativa econômica sustentável. Para tanto, a ruptura com o preconceito secular e a resistência cultural constitui um imperativo.

A precariedade de recursos e o atraso que se reflete em péssimos indicadores sociais impõem o viável mais do que uma meta: elevam-no à condição de imprescindível. É o caso da indústria de cachaça artesanal na Bahia. Parta-se, portanto, para a batalha contra a resistência cultural.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação. *Plano de desenvolvimento do APL de derivados de cana-de-açúcar*. Salvador: SECTI, 2007.
- CARVALHO, Maria Auxiliadora; SILVA, César Roberto Leite. Aprecie sem moderação: perspectivas do comércio internacional da cachaça. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 34, n.1, p. , jan. 2004.
- CÂMARA, Marcelo. Fantasia não eliminada. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 33, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1720>> Acesso em: 15 jul. 2008.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Prelúdio da cachaça*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- CRUZ Rossine; PASSOS, Francisco Uchoa. Experiências e potencialidades em arranjos produtivos locais na Bahia: assimetrias, precariedades e constrangimentos estruturais. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador: SEI, 2006. p. 142-166. (Série estudos e pesquisas, 73).
- ORIGEM da cachaça. Mini mundo da cachaça. Matozinhos-MG, 2008. Disponível em: <<http://www.minimundodacacha.com/cachaça>> Acesso em: 24 jul. 2008.
- SACHS, Jeffrey. *O fim da pobreza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 434 p.
- SILVA, Leonardo Henrique de Almeida et. al. “Cachaça de Minas” e desenvolvimento rural: uma análise do cooperativismo como impulso para o agronegócio. 2006. Disponível em <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/pdf>> Acesso em: 20 jul. 2008.

Desigualdades raciais na estrutura do mercado de trabalho da RMS: uma análise comparativa

Estevão Matta e Machado*



O presente trabalho tem como objetivo descrever a situação econômica da população da Região Metropolitana de Salvador (RMS), no período de 1997 a 2006, com enfoque nos distintos grupos raciais. Para tanto, serão utilizados os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)/RMS, realizada em parceria pelas seguintes instituições: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

* Aluno da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista do setor de análise da PED-RMS. estevaomachado@hotmail.com

A análise da participação dos afro-descendentes no mercado de trabalho é de fundamental importância para se entender a estrutura e a dinâmica das desigualdades raciais em uma área como a RMS, que apresenta elevados índices de desemprego, informalidade e precarização das relações de trabalho e tem 87,1% da População em Idade Ativa (PIA) classificada como negra (soma dos pretos e pardos, vide Tabela 1).

POPULAÇÃO

A classificação da cor/raça na PED é feita pelo entrevistador, em um questionário que oferece as seguintes opções para definir a cor do entrevistado: branca, preta, parda, amarela. Neste trabalho, foram agregados os pretos e pardos à categoria negros e os brancos e amarelos à categoria não-negros. Chegou-se, portanto, à mesma classificação reivindicada pelo movimento negro, de acordo com Telles (2004, p. 85, tradução nossa):

Negro tem se tornado um termo de afirmação e orgulho étnico [...] Negro no sentido moderno é usado por aqueles que visam diminuir a ambigüidade e desestigmatizar a negritude [...] A hierarquia não oficial que tem o pardo como superior ao negro tem inibido a formação de uma identidade coletiva em torno dos Afro-Brasileiros, que poderiam estar se mobilizando em resposta à discriminação e exclusão comum a ambos os grupos.

A consideração do corte racial nas pesquisas traz um problema: a qualidade da variável utilizada para a classificação por cor/raça. Vale ressaltar que o conceito de raça utilizado neste trabalho não está fundamentado na biologia, e sim em uma construção social baseada em práticas de organização da sociedade, e com grande fluidez de definição. Este conceito, portanto, pode variar a depender de quem o aplica, da localidade e do momento histórico. O fenômeno do “embranquecimento” (ou sua negação, como será explicado a seguir), contudo, pode interferir nas estimativas, porém não o suficiente para explicar a grande disparidade entre os diversos indicadores analisados. Sobre isso Campante, Crespo e Leite (2004) comentaram:

O “embranquecimento” está relacionado com a renda: um indivíduo pobre tenderia a se classificar como preto ou pardo mesmo não o sendo, enquanto um não pobre que apresentasse características fenotípicas que o enquadrassem nestas categorias tenderia a se autodeclarar branco.

Nas últimas décadas, o movimento de valorização de pertencimento racial parece ter contido o processo de “embranquecimento”. Analisando a Tabela 1, pode-se constatar que a representatividade da PIA (correspondente à população com dez anos ou mais) não-negra sofreu uma diminuição expressiva (de 20,1% em 1997 para 12,9% em 2006), o que, aparentemente,

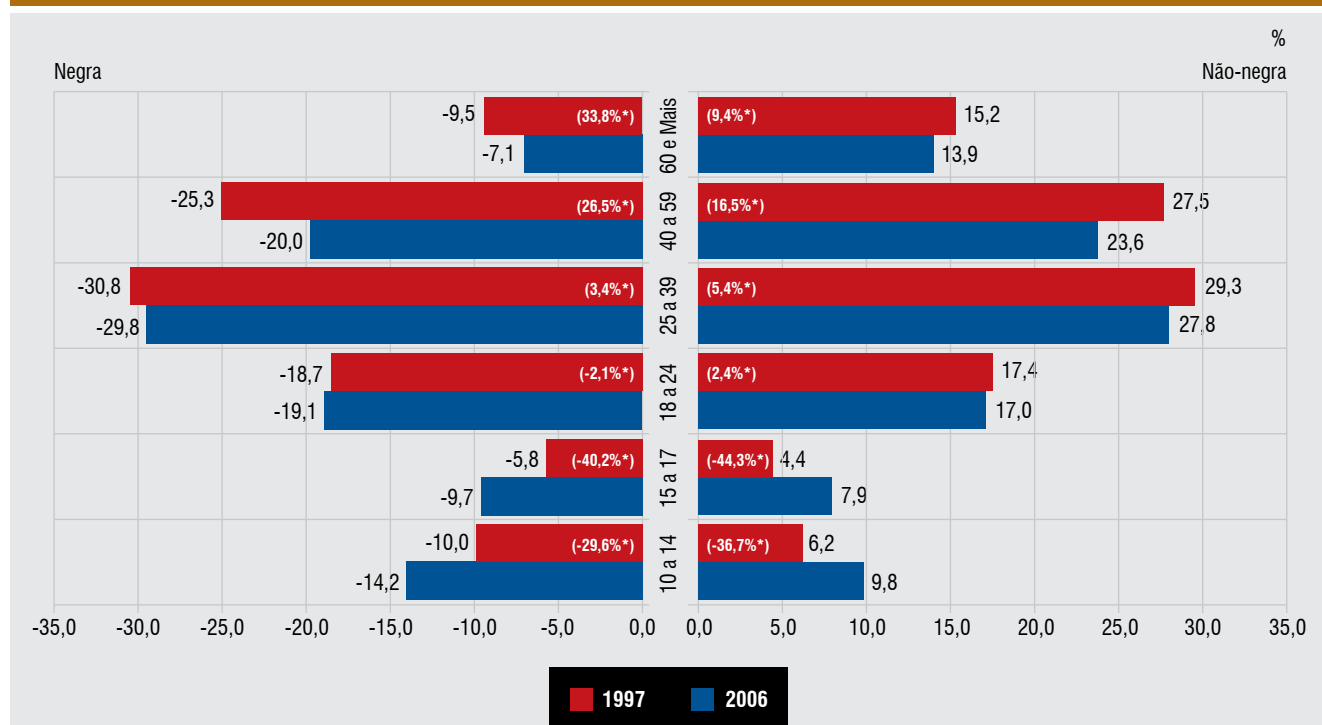
Tabela 1
Distribuição das populações em idade ativa negra e não-negra, segundo sexo
Região Metropolitana de Salvador - Bahia, 1997 - 2006

Ano	Cor e sexo						
	Total	Negra			Não-negra		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1997	100,0	79,9	42,6	37,3	20,1	11,2	8,9
1998	100,0	80,3	42,7	37,6	19,7	10,8	8,8
1999	100,0	82,4	44,0	38,5	17,6	9,8	7,8
2000	100,0	85,3	45,5	39,8	14,7	8,3	6,4
2001	100,0	87,4	46,8	40,6	12,6	7,0	5,6
2002	100,0	85,5	45,5	40,0	14,5	7,9	6,5
2003	100,0	86,3	46,1	40,2	13,7	7,4	6,2
2004	100,0	86,6	46,3	40,3	13,4	7,4	6,0
2005	100,0	86,6	46,4	40,2	13,4	7,3	6,1
2006	100,0	87,1	46,8	40,3	12,9	7,0	5,9

FONTE: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos.

Gráfico 1
Distribuição da PIA por grupos etários: Região Metropolitana de Salvador, 1997/2006



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

*Variação percentual do ano de 2006 em relação a 1997

não pode ser explicado por fenômenos de reprodução demográfica acelerada do grupo dos negros, nem por migrações geográficas. Nesse sentido, não obstante a falta de estudo específico, é aceitável a hipótese de negação do fenômeno do “embranquecimento”, o que acarretaria o deslocamento de indivíduos antes classificados como brancos para o grupo dos negros. A valorização da cultura negra e a intensificação dos movimentos e mecanismos de defesa dessa população têm contribuído para maior afirmação dos negros, o que parece ser um passo importante para a diminuição das desigualdades raciais.

Quando se compara a estrutura etária da população negra vis-à-vis a população não-negra para os anos de 1997 e 2006 (Gráfico 1), percebe-se um envelhecimento mais acelerado dos negros, pela maior redução da representatividade da faixa dos 10 aos 24 anos e aumento dos grupos de 40 a 59 e 60 e mais anos. O grupo etário de 60 e mais anos dos negros teve um aumento

de 33,8% no período de 10 anos, chegando a 9,5% do total da PIA, variação mais que 3 vezes superior à dos não-negros. Estes, porém, ainda têm representatividade maior (15,2% da PIA).

PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A pressão da oferta de trabalho, medida pela taxa de participação (Tabela 2) resultante da relação entre a PEA e a PIA, indicando a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas, no período analisado, sofreu uma inversão (MENEZES, 2006).

Os negros, que historicamente tiveram uma participação mais elevada, passaram a apresentar uma taxa menor do que a dos não-negros em 2006 (60,4%

Tabela 2

Taxa de participação das populações negra e não-negra, por sexo e grupo etário
Região Metropolitana de Salvador, 1997 - 2006*

Ano		Faixa etária						Total
		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 a 59	60 e Mais	
1997	Negra	11,2	41,7	75,7	83,3	71,5	20,9	60,8
	Não-negra	-	26,8	67,1	84,4	71,7	15,8	56,6
2006	Negra	-	25,3	74,4	83,4	69,7	16,3	60,4
	Não-negra	-	-	69,1	86,4	74,6	19,3	61,8
Variação % 2006 / 1997	Negra	-	-39,3	-1,7	0,1	-2,5	-22,0	-0,7
	Não-negra	-	-	3,0	2,4	4,0	22,2	9,2

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT

(-) A amostra não comporta desagregação para esta categoria

*Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

e 61,8%, respectivamente). A redução da taxa de participação dos negros de 15 a 17 anos (39,3%), que pode ser explicada pelo aumento da busca por escolaridade (a ser demonstrada na seção sobre educação e escolaridade), juntamente com a queda desta taxa para os negros de 60 anos e mais, contribuiu para a redução da taxa total de participação da população negra. Para os não-negros, entretanto, especialmente para o grupo de 60 anos e mais, o oposto ocorreu. Houve um aumento de 22% em relação a 1997; os demais grupos etários dessa população também apresentaram crescimento na taxa de participação.

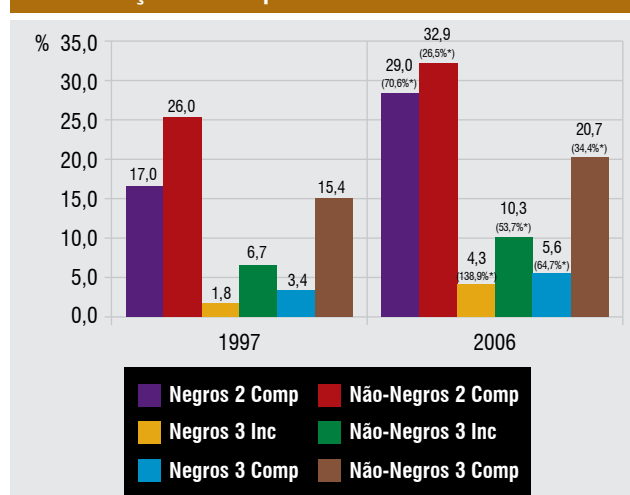
EDUCAÇÃO E ESCOLARIDADE

Os dados sobre escolaridade da população são animadores e demonstram a melhoria da situação, pelo menos no que se refere à quantidade de anos de escolaridade (Gráfico 2), tanto dos não-negros quanto dos negros. Na comparação dos anos de 1997 e 2006, vê-se que para as categorias de 2º Grau completo, 3º Grau incompleto e 3º Grau completo, a distribuição da PIA para o grupo dos negros teve um aumento expressivo e sempre superior ao dos não-negros.

Entretanto o grande abismo da desigualdade permanece, especialmente para os indivíduos que terminaram o ensino superior (5,6% da PIA para os negros e 20,7% para os não-negros). Mesmo assim, os dados apontam para uma redução dessas diferenças.

Gráfico 2

Distribuição da PIA por escolaridade



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

*Variação percentual do ano de 2006 em relação a 1997

DESEMPREGO

Quando se acompanha a evolução das taxas de desemprego total, segundo cor/raça e gênero no período considerado (Tabela 3), verifica-se que a taxa de desemprego dos negros sempre esteve acima da dos não-negros, inclusive na comparação por sexo¹.

¹ Notam-se dois períodos de pico para as taxas de desemprego total para todas as categorias: o ano de 1999, o primeiro ano do segundo mandato de FHC, e o de 2003, primeiro ano do governo Lula, quando os homens brancos tiveram a maior taxa registrada nos 10 anos da PED-RMS (18,5%).

Tabela 3
Taxa de desemprego das populações negra e não-negra, por sexo
Região Metropolitana de Salvador, 1997 - 2006*

Ano	Cor e sexo						
	Total	Negra			Não-negra		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1997	21,6	22,7	24,3	21,4	17,0	19,6	14,5
1998	24,9	26,4	28,7	24,4	18,1	20,3	16,2
1999	27,7	29,1	31,1	27,3	21,2	24,3	18,1
2000	26,6	28,0	30,8	25,4	18,1	20,6	15,7
2001	27,5	28,7	31,3	26,3	18,6	22,5	15,1
2002	27,3	28,6	31,3	26,2	19,3	22,0	16,8
2003	28,0	29,1	31,1	27,3	20,8	23,4	18,5
2004	25,5	26,6	29,1	24,4	18,2	21,0	15,5
2005	24,4	25,5	28,9	22,4	17,2	20,7	14,0
2006	23,6	24,5	27,9	21,3	17,8	21,3	14,6

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

A partir de 2003, a taxa de desemprego para todas as categorias seguiu uma tendência decrescente. Assim, no ano de 2006, os homens negros igualaram sua taxa à das mulheres brancas (21,3%), que historicamente sempre foi inferior.

RENDIMENTO

A evolução dos rendimentos médios ao longo do período analisado foi negativa tanto para negros como para não-negros, com diminuição para ambos os sexos (Tabela 4).

Tabela 4
Rendimento médio real dos ocupados negros e não-negros, por sexo
Região Metropolitana de Salvador, 1997 - 2006*

Ano	Cor e sexo						
	Total	Negros			Não-Negros		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1997	947	765	556	946	1706	1294	2093
1998	934	769	570	945	1616	1218	1979
1999	867	731	553	892	1485	1163	1788
2000	865	725	550	881	1653	1318	1966
2001	852	743	582	891	1576	1223	1887
2002	847	723	562	867	1534	1235	1818
2003	758	655	522	779	1415	1140	1655
2004	777	682	550	805	1370	1107	1618
2005	782	681	539	809	1390	1127	1619
2006	782	693	558	816	1339	1150	1506

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no período, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de agosto de 2007

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos

Durante todos os anos analisados, o rendimento médio real dos negros foi sempre menor que o dos não-negros; o da mulher negra se configurou como o menor de todos. Contudo a queda nos rendimentos para os grupos analisados resultou em uma redução das desigualdades raciais: a queda mais acentuada nos rendimentos médios dos não-negros (21,5%) em relação aos dos negros (9,4) ocasionou uma redução no diferencial de rendimento entre os dois grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir, diante do cenário apresentado, é que a situação dos negros experimentou, concomitantemente, melhoras e pioras. Ordená-las em uma escala de importância para se buscar um “saldo final” é tarefa difícil. Mas alguns aspectos positivos podem ser apontados, tais como o aumento expressivo da escolaridade dos negros e a diminuição do abismo entre os rendimentos de negros e não-negros.

Contudo os indicadores analisados ainda demonstram grandes desigualdades em relação à situação da população negra. A diferença na taxa de desemprego dos negros e dos não-negros é de 6,7 pontos percentuais (24,5 e 17,8, respectivamente) e continua alta. Mesmo com um substancial aumento, para os níveis mais elevados de escolaridade o diferencial entre os dois grupos é grande, sendo sempre mais favorável para os indivíduos

não-negros. E a celebrada redução do “abismo” dos rendimentos não foi suficiente para que se possa deixar de chamá-lo de “abismo”.

Essa situação demonstra a necessidade de uma atuação mais intensiva dos movimentos de reivindicação de direitos da população negra, para que sejam exigidas políticas públicas de apoio às suas causas.

REFERÊNCIAS

- BAIRROS, Luiza; BARRETO, Vanda Sá; CASTRO, Nadya Araújo. Vivendo em sobressalto. In: CASTRO, Nadya Araújo; BARRETO, Vanda Sá (Orgs.). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, A Cor da Bahia, 1998. p. 41-66.
- CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R. V.; LEITE, Phillippe G. P. G.. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v.58, n.2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2007.
- DIEESE. *A população negra em mercados de trabalho metropolitanos*. Estudos e Pesquisas. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/negro2004.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007.
- MENEZES, Wilson F. Uma apreciação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *Bahia Análise & Dados*; 10 anos da PED, Salvador, v.15. n.4, p. 415-426, mar. 2006.
- TELLES, E. E. *Race in another America, the significance of skin color in Brazil*. USA: Princeton University Press, 2004.

Cooperativismo no Brasil e na Bahia: números recentes

Patrícia da Silva Cerqueira*

REVISÃO CONCEITUAL E HISTÓRICA

O presente artigo tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento sobre o cooperativismo no Brasil e na Bahia, disponibilizando informações atualizadas. Mediante a revisão conceitual e histórica deste segmento, a sistematização e a análise de dados recentes do Brasil e da Bahia, pretende-se apresentar o atual cenário do cooperativismo, apontando alguns gargalos para seu desenvolvimento e as perspectivas deste segmento.

O tema “organização social” pode ser citado como um bom início para a compreensão do cooperativismo. Desde os primórdios de sua existência, o homem sentiu a necessidade de se juntar a seus semelhantes com o objetivo de reunir forças para lidar com os desafios de um mundo hostil. Mais do que em outro momento de sua história, essa necessidade torna-se evidente.

Segundo Irion (1997), o cooperativismo nasceu da crise social gerada pelo capitalismo, e não da ideologia capitalista, e tem como objetivo a correção do meio econômico e social mediante a criação de sistemas cooperativistas que são instituições privadas sem fins lucrativos. Apesar

de realizar atividade econômica (vendendo produtos no mercado), este tipo de organização não tem o objetivo de remunerar o capital e sim o trabalho.

A despeito de ter como berço a Inglaterra (a Revolução Industrial e o liberalismo criaram as condições necessárias), a doutrina cooperativista foi efetivamente formulada e estruturada na França, por Charles Gide, professor da Universidade de Paris, que lançou as bases da doutrina cooperativa em 1886, ampliou e aprofundou os princípios doutrinários baseados nos precursores de Rochdale (PINHO, 1995).

A evolução das idéias do cooperativismo deu origem a um organismo internacional que as representa: a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esta organização não-governamental representa e atende às cooperativas em todo o mundo. Segundo as últimas informações de seu *site*, representa mais de 800 milhões de pessoas.

* Economista (UCSal). Mestre em Análise Regional (Unifacs). Professora e Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Organização do Território (GPOT/Unifacs). Professora da Universidade Salvador e da Faculdade Regional da Bahia. Técnica Nível Superior da SEI. patricia_cerq@yahoo.com.br





O cooperativismo é um tema que vem ganhando destaque no cenário brasileiro ao longo dos tempos. Já no final do século XIX, tivemos a criação das primeiras cooperativas. No século XX observamos a construção deste “sistema”, com a formalização da lei e a criação de instituições representativas.

Ainda no final do século XIX apareceram os primeiros relatos de cooperativas em nosso país. De acordo com Pinho (2004), a primeira cooperativa formal no Brasil surgiu em 1889, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo. Outras organizações apareceram em outros locais, estimuladas por idealistas brasileiros e imigrantes estrangeiros. A abolição da escravidão e a promulgação da Constituição Republicana no final do século XIX (1891- art. 72, §8º) estimularam o associativismo e já na primeira década do século XX surgiram as primeiras iniciativas de constituição de cooperativas agrícolas (PINHO, 1966 apud MENEGÁRIO, 2000).

No que diz respeito à legislação, foi a partir de 1903 que os primeiros registros sobre este tema começaram a ocupar espaço nos decretos governamentais. Em 1907,

“A evolução das idéias do cooperativismo deu origem a um organismo internacional que as representa: a Aliança Cooperativa Internacional”

o decreto nº. 1.637 demonstrava o reconhecimento da utilidade das cooperativas pelo Governo. Desde essa época, até final da década de 1960, muitos decretos foram criados e revogados até a promulgação, em 1971, da Lei nº. 5.764, ainda em vigor, que define o regime jurídico das cooperativas e o Sistema Brasileiro de Cooperativismo.

Para Rios (1989), o cooperativismo no Brasil surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exportadora, diferente do contexto observado na Europa do século XIX, no qual o movimento cooperativista decorreu da luta das pessoas para superar os problemas socioeconômicos

“A partir de 1971, o cooperativismo atingiu uma fase de renovação legal, estrutural e instrumental, com a promulgação da Lei 5.764 [...]”

causados pelo liberalismo. Além disso, no mundo europeu o movimento cooperativista teve expressão predominantemente urbana; já no Brasil este movimento de elites (conservador) localiza-se, sobretudo, no meio rural, sendo um cooperativismo tipicamente de serviços, o que reforça a característica de movimento elitista, já que não contraria questões como a concentração de terras.

Foi no período de 1932 a 1964, conforme Pinho (2004), que o cooperativismo brasileiro se consolidou parcialmente em nosso país, devido ao Decreto 22.239/32 — primeira Lei que estabeleceu as principais características das cooperativas, consagrando o embasamento da doutrina em bases rochdaleanas, e garantindo-lhes razoável liberdade de constituição e funcionamento. Entretanto, em 1964, com a Lei 4.594, que reformava o sistema bancário, foram estabelecidas normas da política financeira do Governo Federal que acabaram quase que totalmente com as cooperativas de crédito no país. O retorno do crédito rural demorou quase duas décadas.

O período de 1965 a 1970 foi muito difícil para o sistema cooperativista no Brasil. Nesta fase o controle estatal sobre as cooperativas era muito grande e, em paralelo, foi eliminada boa parte dos incentivos fiscais a seu favor. Esta fase representou forte oposição ao cooperativismo de crédito, tolerando-se apenas as cooperativas de crédito mútuo. A partir de 1971, o cooperativismo atingiu uma fase de renovação legal, estrutural e instrumental, com a promulgação da Lei 5.764, que estruturou a política nacional para o cooperativismo.

A partir de 1971, a política nacional para o cooperativismo foi estruturada. De acordo com essa lei, compreende-se

como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público (Art. 1º). Também está na lei que a ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

A despeito das iniciativas do início do século XX, só foi fundada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no final da década de 1960. Esta organização é o órgão máximo de representação do cooperativismo e tem por objetivo promover, fomentar e defender o sistema cooperativista do Brasil. Dentre suas funções está a de congregar as organizações que representam este sistema regionalmente: as Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs).

Além destas organizações existem as confederações representativas da categoria, a exemplo da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP), entidade sindical de grau superior que visa garantir a defesa dos interesses institucionais do Cooperativismo; e as entidades representativas de segundo grau, a exemplo da Federação dos Sindicatos das Cooperativas dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina (FECOOP/SULENE), com sede em Vitória (ES). No que diz respeito à Bahia temos o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB), que é uma OCE.

Com a Constituição Federal de 1988, o sistema cooperativista deveria ficar mais fortalecido, mas os anos que se seguiram a sua promulgação não foram tão bons. O Brasil, nesse momento, viveu uma crise política muito grande; a inflação se tornou um problema crucial. Com a economia estagnada, o sistema cooperativista brasileiro não pôde aproveitar de imediato a autogestão conquistada pela lei, pois o sistema cooperativista se descapitalizou, seguindo a tendência do país.

A partir de 1995, com a Resolução nº. 2.193/95 do Conselho Monetário Nacional e do BACEN, foi permitida a criação de bancos cooperativos pelas Cooperativas de Crédito Centrais. Além disso, a estabilidade econômica ajudou essas instituições a retomarem o fôlego perdido.

Desde o final do século XX, podemos perceber uma projeção do cooperativismo brasileiro no mercado internacional. Corroboram esta afirmação a participação em representações internacionais e o intercâmbio econômico com outros países. As cooperativas de crédito, fortalecidas em centrais e confederações, formaram dois sistemas (o Sicredi e o Sicoob) que resultaram na criação de dois bancos: Banco Cooperativo SICREDI S/A (Bansicredi) e o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob S/A). Além do mais, as sociedades, em todo o mundo, voltaram-se para a Economia Solidária.

ALGUNS NÚMEROS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NA BAHIA

Os números do cooperativismo no Brasil estão aumentando nos últimos anos. O crescimento do número de associados, em milhões, chega a 160%, levando-se em consideração o período 1990-2006. O número de empregados cresceu 82% (APRESENTAÇÃO..., 2007).

Este resultado acompanha o processo de retomada do crescimento da economia brasileira, que nos últimos anos passa por perspectivas favoráveis do conjunto e de alguns setores em especial, como a agropecuária e a indústria.

Além do crescimento da economia, outros fatores colaboram para o desenvolvimento e a consolidação do cooperativismo no país. A rigidez das leis trabalhistas e o neoliberalismo são alguns desses fatores. No atual mundo da economia aberta está cada vez mais difícil ser competitivo individualmente, e a cooperação é uma forma de superar as dificuldades.

Em 2006, de acordo com os dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), os números do Brasil são: 7.603 cooperativas, 7,4 milhões de associados e 218,42 mil empregados (Tabela 1).

O associativismo ainda é uma prática concentrada nas regiões sul e sudeste do Brasil, fato que demonstra o maior grau de organização social nestas regiões, comparando-se com as demais. De acordo com os dados, o número

de associados no estado de São Paulo é maior do que o número total dos associados nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste somados. Só em São Paulo, em 2006, chegou-se a 2,85 milhões de pessoas associadas.

A região sudeste é predominante em associativismo, chegando a 4,08 milhões de associados em 2006 (55% do total). Já na região sul o número de associados é mais modesto, chegando a 2,38 milhões de associados (32%), mas esta última apresenta o maior número de pessoas empregadas na atividade cooperativista. Em 2006, perto de 102 mil (47,4%) pessoas estavam empregadas nestas organizações no sul do país.

O Nordeste comportava, em 2006, 23,2% das cooperativas do país, 6,1% de seus associados e 8,1% de seus empregados. Nesta região, o estado da Bahia merece destaque. Os números de cooperativas, de associados e de empregados cresceram muito nos últimos anos, alterando a estrutura apresentada em 2000, na qual os estados de Pernambuco e Ceará tinham a maior participação. A Bahia aglomerava, em 2006, 6,5% do total de cooperativas do país, ficando atrás dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que detêm significativa participação no PIB do país.

O estado da Bahia chegou a 108 mil pessoas associadas em 2006, 23,8% do total de associados em toda a região Nordeste, seguido do estado de Pernambuco, com 23,6%. Os números de empregados no Nordeste são superiores nos estados de Alagoas (3,86 mil pessoas) e do Ceará (3,80 mil pessoas). Na Bahia, entretanto, este número cresceu significativamente, comparando-se os anos pesquisados. Em 2000 o estado do Ceará tinha

“A região sudeste é predominante em associativismo, chegando a 4,08 milhões de associados em 2006 (55% do total)”

Tabela 1
Número de cooperativas, número de associados e números de empregados, por estado e região: Brasil, 2000/2006

Estados	Cooperativas			Associados			Empregados		
	2000	2006	%	2000	2006	%	2000	2006	%
Maranhão	139	244	3,2	16.600	12.916	0,2	482	719	0,3
Piauí	90	114	1,5	15.603	17.138	0,2	477	512	0,2
Ceará	234	185	2,4	81.093	72.460	1,0	2.377	3.790	1,7
Rio Grande do Norte	99	192	2,5	55.348	72.790	1,0	1.629	1.469	0,7
Paraíba	103	150	2,0	27.708	36.806	0,5	903	2.500	1,1
Pernambuco	292	182	2,4	96.844	106.874	1,4	1.600	1.232	0,6
Alagoas	29	90	1,2	18.308	13.388	0,2	1.075	3.861	1,8
Sergipe	39	113	1,5	8.167	12.806	0,2	245	473	0,2
Bahia	252	493	6,5	52.224	107.654	1,5	1.256	2.796	1,3
Nordeste	1.277	1.763	23,2	371.895	452.832	6,1	10.044	17.352	7,9
Acre	5	39	0,5	3.177	4.793	0,1	94	109	0,0
Amazonas	37	134	1,8	13.203	16.691	0,2	215	1.549	0,7
Amapá	36	74	1,0	1.900	3.542	0,0	119	406	0,2
Pará	85	378	5,0	25.960	51.547	0,7	641	882	0,4
Rondonia	74	105	1,4	7.191	14.126	0,2	239	1.470	0,7
Roraima	17	44	0,6	612	1.463	0,0	11	3	0,0
Tocantins	30	56	0,7	3.860	7.687	0,1	878	749	0,3
Norte	284	830	10,9	55.903	99.849	1,4	2.197	5.168	2,4
Distrito Federal	62	228	3,0	52.438	102.711	1,4	1.120	1.976	0,9
Mato Grosso do Sul	66	93	1,2	19.272	51.098	0,7	1.835	2.879	1,3
Mato Grosso	100	147	1,9	24.584	142.099	1,9	2.015	4.724	2,2
Goiás	129	193	2,5	64.685	87.941	1,2	5.129	6.336	2,9
Centro Oeste	357	661	8,7	160.979	383.849	5,2	10.099	15.915	7,3
Espírito Santo	156	130	1,7	62.206	90.780	1,2	3.277	4.199	1,9
Minas gerais	889	811	10,7	640.490	951.984	12,9	23.823	26.220	12,0
Rio de Janeiro	862	955	12,6	209.905	182.091	2,5	7.027	5.319	2,4
São Paulo	965	1.011	13,3	1.880.938	2.853.756	38,6	36.679	38.424	17,6
Sudeste	2.872	2.907	38,2	2.793.539	4.078.611	55,2	70.806	74.162	34,0
Paraná	202	228	3,0	194.511	407.335	5,5	32.297	49.250	22,5
Rio Grande do Sul	634	962	12,7	705.991	1.300.571	17,6	30.789	34.686	15,9
Santa Catarina	277	252	3,3	366.456	670.028	9,1	13.161	21.882	10,0
Sul	1.113	1.442	19,0	1.266.958	2.377.934	32,2	76.247	105.818	48,4
Brasil	5.903	7.603	100,0	4.649.274	7.393.075	100,0	169.393	218.415	100,0

Fonte: OCB/Getec/nucleoBancoDados. Adaptação e cálculos da autora

1,26 mil pessoas empregadas, passando para 2,80 mil pessoas em 2006 (Tabela 1).

As cooperativas de trabalho, ramo composto por cooperativas de trabalhadores de qualquer categoria profissional para prestar serviços, organizadas num empreendimento próprio (artesanal, cultural etc.), são as mais numerosas no país. Em 2006 este ramo chegou a 1.874 cooperativas em todo o Brasil, seguido do ramo agropecuário, com 1.549 cooperativas (Tabela 2).

Os dados de números de associados indicam os ramos de consumo e crédito como destaques. Estes ramos são

compostos por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados, e por cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus associados, respectivamente.

Além de aglomerar os maiores números de associados do país, estes ramos apresentam crescimento significativo. O ramo de crédito, por exemplo, mais que dobrou seu número de associados, passando de 1,04 milhão de pessoas em 2000 para 2,46 milhões em 2006. Já o ramo de consumo apresenta crescimento próximo a 100%, passando de 1,47 milhão de associados em 2000 para 2,38 milhões em 2006.

Tabela 2
Número de cooperativas, associados e empregados, por ramo de atividade: Brasil, 2000/2006

Ramo	Cooperativas		Associados		Empregados	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Agropecuário	1.411	1.549	831.654	886.076	108.233	123.890
Consumo	181	156	1.465.076	2.384.926	7.890	8.359
Crédito	938	1.102	1.040.355	2.462.875	15.924	30.396
Educacional	221	327	76.983	69.786	2.508	2.808
Especial	4	12	2.004	972	6	6
Habitacional	198	371	48.776	83.633	1.582	1.153
Infraestrutura	184	161	563.314	624.812	5.445	5.462
Mineral	23	45	2.335	17.628	22	83
Produção	114	200	6.030	20.631	327	463
Saúde	740	888	299.023	349.474	21.413	34.738
Trabalho	1.464	1.874	281.733	413.777	4.182	5.595
Transporte	423	896	31.951	74.976	1.861	5.431
Turismo e Lazer	2	22	40	3.509	-	31
Total	5.903	7.603	4.649.274	7.393.075	169.393	218.415

Fonte: OCB/Getec/Núcleo BancoDados

O cooperativismo apresenta um número razoável de pessoas empregadas em suas atividades técnicas, administrativas e burocráticas. Em 2000, o número de pessoas empregadas neste tipo de organização chegou a mais de 169 mil, passando para 218 mil em 2006.

Observando os dados para a Bahia por ramo de atividade, percebe-se que o ramo do trabalho também apresenta o maior número de cooperativas em 2006, chegando a 206. Os ramos que possuem o maior número de associados

no estado, são: o agropecuário e o de crédito. Estes ramos mais que duplicam o número de associados, comparando-se os dados dos últimos anos. Em 2006, o número de associados no setor agropecuário (maior número de associados do estado) chega a 37.485 pessoas. O número de associados de cooperativas de crédito chega a 33.658 pessoas em todo o estado (Tabela 3).

A despeito do grande potencial turístico de nosso estado, vale destacar que os números de 2006 ainda

Tabela 3
Número de cooperativas, associados e empregados, por ramo de atividade: Bahia, 2000/2006

Ramo	Cooperativas		Associados		Empregados	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Agropecuário	53	100	14.387	37.485	586	804
Consumo	2	5	40	1.258	-	30
Crédito	22	45	13.670	33.658	105	338
Educacional	19	23	3.592	4.429	263	290
Especial	-	-	-	-	-	-
Habitacional	2	4	90	90	2	2
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Mineral	2	3	371	598	2	4
Produção	1	1	20	20	-	-
Saúde	35	58	9.400	12.418	225	432
Trabalho	81	206	9.691	16.262	17	822
Transporte	35	48	963	1.436	56	74
Turismo e Lazer	-	-	-	-	-	-
Total	252	493	52.224	107.654	1.256	2.796

Fonte: OCB/Getec/núcleoBancoDados

não apresentam organização social para este setor. Até o momento a OCB não indica número de cooperativas, associados ou empregados neste ramo. Além disso, o número de cooperativas de produção é pouco significativo na Bahia. Este fato ratifica que, no estado, estão sendo formadas apenas cooperativas de produtores rurais com essa finalidade (cooperativas agropecuárias), excluindo os demais segmentos da atividade econômica.

De acordo com os dados da Apresentação Institucional de 2006 da OCB (APRESENTAÇÃO..., 2007), as exportações das cooperativas no Brasil cresceram significativamente a partir de 2000. Em 2000, o valor negociado no mercado internacional por essas organizações correspondeu a 759 milhões de dólares. Já em 2006 este valor chegou a 2,83 bilhões de dólares, fato que demonstra o aumento da participação destas organizações na comercialização de produtos no comércio internacional. A taxa de crescimento do período é de 273%.

Em 2006, o complexo sucroalcooleiro representou a maior fatia dos produtos exportados pelas cooperativas em todo o Brasil, chegando a 41,23%, seguido do complexo da soja com 21,75%, e das carnes com 18,35%.

Os produtos que apresentam maior percentual na pauta de exportação das cooperativas do Brasil são: outros açúcares de cana (24%), álcool etílico (13%) e grãos de soja (12%) (Tabela 4).

Segundo a OCB (APRESENTAÇÃO..., 2007), os destinos das exportações das cooperativas brasileiras são: Estados Unidos (primeiro lugar — principal produto: álcool etílico), Emirados Árabes (segundo lugar — principal produto: açúcar de cana), China (terceiro lugar — principal produto: grãos de soja), e Países Baixos (quarto lugar — principal produto: álcool etílico). Os principais estados brasileiros exportadores são: São Paulo (álcool etílico), Paraná (frango congelado), Minas Gerais (café grão) e Santa Catarina (carne de suíno congelada).

A participação das cooperativas na produção agrícola nacional é mais diversificada. Estão na pauta de produção e comercialização os seguintes produtos: trigo (62,19%), cevada (44,19%), leite (39,70%), aveia (39,21%), algodão (38,91%), suínos (31,52%), soja (29,40%), café (27,97%),

Tabela 4
Percentual dos produtos exportados pelas cooperativas: Brasil, jan-dez 2006

Produtos	%
Carnes de bovino congeladas	3
Óleo de soja	3
Açúcar de cana (bruto)	4
Carnes de suíno	4
Milho em grão	5
Farelo de soja	6
Café em grão	7
Carne de frango em pedaços	9
Grãos de soja	12
Álcool etílico	13
Outros açúcares da cana	24
Outros	10
Total	100

Fonte: OCB

alho (22,47%), uva (19,17%), milho (16,68%), arroz (11,36%) e feijão (11,18%).

No que diz respeito aos aspectos fundiários, em todo o Brasil, as pequenas propriedades são as que mais se associam às cooperativas. Do total de estabelecimentos associados a cooperativas, cerca de 60% têm entre 10 e 100 hectares. Apenas 2% são de estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. Esse dado reforça a necessidade de o micro e pequeno produtor se associar para se tornar mais competitivo no atual mundo globalizado (economia aberta).

A rentabilidade dos estabelecimentos associados às cooperativas é maior do que a rentabilidade dos que não são associados. De acordo com a OCB, estabelecimentos associados têm rentabilidade de produção em torno de R\$ 237/ha e os que não são associados têm rentabilidade menor (R\$ 92/ha) do que a média de rentabilidade por hectare do país (R\$123/ha).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo no Brasil e no mundo vem se desenvolvendo ano após ano. Em específico no Brasil, ele vive um momento especial, já que o foco do Governo para o desenvolvimento do país está mais concentrado no meio rural e na agricultura familiar.

O planejamento e a execução de projetos do Governo são direcionados para uma intensa participação popular e organização social, o que reforça a necessidade do associativismo e do cooperativismo nas comunidades rurais.

Os números de cooperativas, de associados e de empregados deste segmento cresceram nos últimos anos, em especial o número de associados, que em 2006 chegou a 7,40 milhões de pessoas. O desenvolvimento das cooperativas no Brasil, entretanto, segue a mesma lógica concentrada do desenvolvimento regional do Brasil. Os números do sudeste e do sul são significativamente maiores em relação às demais regiões do país.

O acesso às políticas de crédito e de inclusão no meio rural aumentou na região nordeste nos últimos anos, fruto de um esforço do Governo em diminuir as diferenças regionais, mas esses esforços são ainda insuficientes para resolver o problema.

A Bahia, em relação ao nordeste, que é uma região periférica de nosso país, apresenta um cenário de destaque em termos quantitativos, já que os números de associados e empregados cresceram muito nos últimos anos, mas ainda assim está muito abaixo do número de associados de São Paulo, por exemplo. A Bahia possui a maior população rural do país (4.297.402 pessoas) e demanda políticas públicas a ela direcionadas. Para isso, as pessoas que vivem neste espaço precisam se organizar e participar ativamente dos processos.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.ica.coop/es/index.html>>. Acesso em: 3 set. 2008.

APRESENTAÇÃO institucional. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/LinkClick.aspx?link=documentos%2fmercados%2f2007+-+App+-+Apresenta%c3%a7%c3%a3o+Institucional+-+2006+-+fim.pdf&tabid=156&mid=1115>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Lei nº 5.764. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5764.htm>>. Acesso em: 3 set. 2008.

IRION, João Eduardo Oliveira. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: STS, 1997.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. *Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-11032002-104853/publico/Alexandre.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. Brasil cooperativo – o portal do cooperativismo brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/Default.aspx?tabid=156>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

PINHO, Diva Benevides de. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1995.

_____. *O cooperativismo no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2004.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Caracterização da liquidez do **sistema bancário** na Bahia

Jorge Tadeu Dantas Caffè*



O presente artigo busca caracterizar a liquidez do sistema bancário em 30 cidades selecionadas do estado da Bahia, mediante análise das transações de créditos realizadas por agências bancárias nos anos de 2004 e 2007 — envolvendo os valores das operações de crédito (financiamentos e empréstimos), dos depósitos à vista (da iniciativa privada), da poupança e dos depósitos a prazo — tendo por base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco Central do Brasil (BACEN).¹

A orientação teórica do presente artigo está calcada no enfoque pós-keynesiano da “preferência pela liquidez”, que expressa a capacidade de um ativo converter-se rapidamente em poder de compra, ou seja, transformar-se em mercadoria cuja moeda é sua expressão mais absoluta. Ainda com referência a essa orientação, a moeda entra no circuito econômico por meio do crédito gerado pelos bancos, que é induzido por sua demanda. Por meio deste mecanismo bancário, o crédito possibilita a determinação do investimento, tornando a moeda parte integrante do processo econômico (CAVALCANTE; CROCCO; JAYME JÚNIOR, 2004).

Ao lado desse enfoque, adotou-se uma premissa que enuncia que municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB) — e, conseqüentemente, com maior densidade populacional e maior urbanização — apresentam melhores condições de abrigar agências bancárias e seus serviços. Resulta daí a constatação empírica de que os municípios mais dinâmicos, em termos econômicos, apresentam

maior mercado de serviços bancários. Em ordem inversa, municípios menos dinâmicos figuram com maior preferência pela liquidez, em razão da maior incerteza econômica; ou seja, tanto a demanda quanto a oferta de crédito são menores nos municípios menos dinâmicos, pois aí prevalece um reduzido nível de renda da população que, por sua vez, dificulta o acesso aos bancos e provoca maior retenção de papel-moeda em poder do público.

Para demonstrar empiricamente essas premissas, foram realizados cálculos utilizando-se o Quociente da Preferência pela Liquidez do Público (QPLP) e o Quociente da Preferência pela Liquidez dos Bancos (QPLB), com dados publicados pelo IBGE/Bacen relativos a 30 municípios que figuraram com valores extremos, isto é, 15 municípios que apresentaram em 2004 os maiores PIB e 15 municípios que figuraram com os menores PIB do estado da Bahia, sob a condição necessária que tivessem, no mínimo, uma agência bancária em seu território para possibilitar a coleta e análise de dados do setor bancário, nos anos de 2004 e 2007.

CONFIGURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NA BAHIA

A localização do primeiro banco comercial no país (Banco do Brasil) deu-se na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX — 1808. Este fato significou uma mudança radical no meio circulante pela emissão de notas bancárias. Até esse período, predominavam as moedas mercadorias — principalmente o açúcar e o algodão — além das moedas metálicas cunhadas na colônia ou na metrópole, que exerciam as funções de meio de troca e de pagamento (MULLER; LIMA, 2008).

De acordo com alguns historiadores, o interesse do governo da metrópole em criar um banco na colônia prendeu-se ao fato da impossibilidade de financiar os elevados gastos públicos decorrentes da transferência

* Analista Técnico da SEI/Seplan. tadeu@sei.ba.gov.br

¹ Glossário de termos utilizados pelo Bacen: *Agência*: dependência de instituições financeiras e demais instituições, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, destinada à prática das atividades para as quais a instituição esteja regularmente habilitada. *Operações de crédito*: estoque total das operações de empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a pessoas físicas e jurídicas. *Depósitos à vista - privado*: depósitos à vista não englobados em depósitos do governo. *Poupança*: destino dado aos rendimentos monetários não utilizados para consumo, seja por entesouramento, aplicação, empréstimo, seja para investimento direto futuro. *Depósitos a prazo*: depósito em que o dinheiro só poderá ser sacado depois de um prazo fixado por ocasião do depósito.

da corte portuguesa para o Brasil exclusivamente pela cobrança de tributos. Acrescenta-se a esse importante evento a abertura dos portos às nações amigas e o fim das restrições impostas às manufaturas brasileiras, que impuseram maior demanda por moeda.

Já em 1817, na cidade de Salvador, os grandes comerciantes criaram o Banco da Bahia, na tentativa de estruturar seu próprio sistema bancário, que operava como filial do primeiro Banco do Brasil, localizado no Rio de Janeiro. Esta estrutura bancária, fincada no modelo primário-exportador, prevaleceu até meados do século XX.

Por sua vez, a emergência da industrialização promoveu a introdução de mudanças regulatórias para operar um renovado sistema bancário, no qual prevalecia a especialização funcional. No final dos anos 1980 ocorreu outra atualização do sistema bancário em razão do esgotamento da modalidade de especialização funcional, então substituída pela de bancos múltiplos. Isto fez crescer o número de bancos, passando de 116 para 246 entre 1980 e 1994. Este último ano foi uma referência de interrupção do ciclo inflacionário na economia brasileira e de mudanças estruturais no setor bancário² com a implantação do Plano Real.

Transcorridos dois séculos desde a implantação do primeiro banco comercial, o quadro bancário em 2007 decresceu para 135 bancos múltiplos com sede no país e apenas dois em Salvador (Bahia). Os bancos múltiplos são instituições financeiras que apresentam as seguintes características, segundo o Banco Central do Brasil (2008, p. 1):

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e

investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

Assim, a atual configuração bancária no país e na Bahia foi fruto da reforma operada no âmbito do Plano Real, em 1994, em que prevaleceu a concentração dos bancos, cuja rede de atendimento no estado, em 2007, apresentava-se com 739 agências, 235 postos de atendimento bancário (PAB) e 49 postos avançados de atendimento (PAA). Municípios que figuravam com apenas 1 agência somavam 174 e aqueles que possuíam PAB e não tinham agência totalizavam 25. Ademais, é importante destacar a desregulamentação bancária pós-plano Real (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000)³ que instituiu a modalidade denominada "correspondente bancário", mecanismo mediante o qual foi possível expandir a área de atuação do sistema bancário nas funções básicas (abertura e manutenção de contas correntes, depósitos, pagamentos de cheques, benefícios de programas de assistência social etc.) por meio de convênios estabelecidos com empresas de abrangência nacional, como lojas de departamentos, redes de supermercados e farmácias, correios, lojas lotéricas, aumentando sobremaneira a população bancarizada em municípios de baixo potencial econômico e, portanto, sem condição de atrair a instalação de agência bancária em seu território.

No conjunto dos municípios baianos, a cidade de Salvador consolida-se como centro financeiro estadual, concentrando a maior parte das agências e das modalidades e volumes de operações bancárias, apesar de ter decrescido em importância no acolhimento de sedes bancárias, passando de quatro para apenas duas sedes de bancos múltiplos no transcurso de 1990 para 2007.

² Houve um processo de desmonte do patrimônio bancário estatal ao lado de privatizações, além de cancelamentos de autorização de funcionamento e processos de liquidação extrajudicial de bancos. Também é observada uma maior inserção das instituições financeiras nacionais no mundo globalizado, além da criação de conjuntura favorável à atração de bancos estrangeiros para o País.

³ BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 2.707, de 30 de março de 2000.

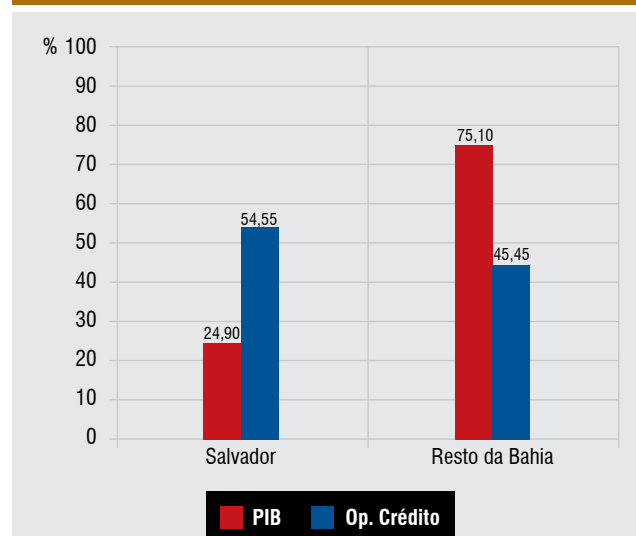
ANÁLISE DOS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Sabe-se que a economia baiana mostra acentuada concentração do PIB em poucos municípios em torno de Salvador e parte de seu Recôncavo voltado à economia do petróleo, seguidos de longe por alguns poucos municípios de localização estratégica no interior do território, a exemplo de Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Itabuna, Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, Juazeiro entre outros. Este fato reflete-se sobre o sistema bancário, que procura plasmar sua forma e estrutura de operações à lógica de mercado, cuja manifestação fiel se expressa na crescente concentração do capital bancário.

Assim, o município de Salvador concentrou quase $\frac{1}{4}$ (24,90%) de toda a riqueza gerada na Bahia, medida pelo PIB, e mais da metade (54,55%) de todas as operações bancárias (empréstimos e financiamentos) realizadas no Estado em 2004. Além disso, concentrou também nesse mesmo ano de referência 50,18% dos depósitos à vista da iniciativa privada, 46,51% da poupança e 70,17% dos depósitos a prazo. Esta situação de hegemonia financeira de Salvador sobre os demais municípios baianos

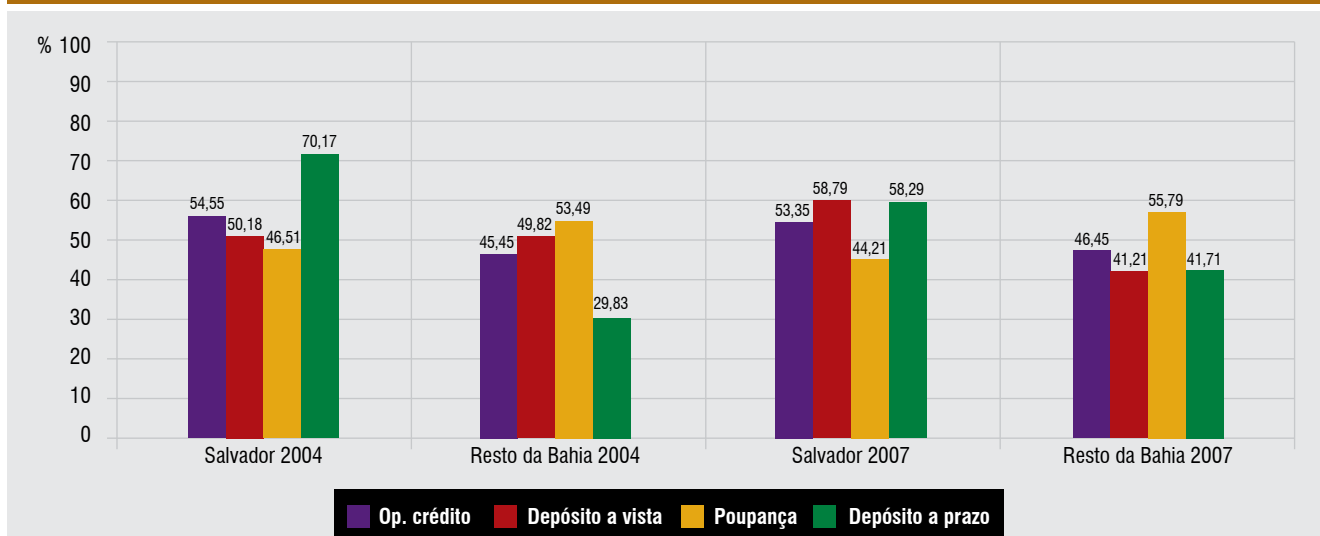
é mantida em 2007, havendo, no entanto, um pequeno descenso em valores nominais dessas modalidades de operações bancárias aqui consideradas, exceto nos depósitos à vista do setor privado, segundo comprovação dos dados do IBGE/Bacen consignados nos Gráficos 1 e 2 e nas Tabelas 1 e 2.

Gráfico 1
Produto Interno Bruto (PIB) municipal e operações de crédito: Bahia, 2004



Fonte: IBGE, 2007

Gráfico 2
Operações de crédito, depósito à vista, poupança e depósito a prazo: Bahia, 2004/2007



Fonte: IBGE, 2007

Tabela 1
Produto Interno Bruto (PIB) municipal: Bahia, municípios selecionados, 2004

R\$ milhões			
Municípios	PIB (a)	%	Δ %
Salvador	19.936,47	24,90	24,90
Camaçari	8.850,53	11,05	35,95
São Francisco do Conde	4.892,71	6,11	42,06
Feira de Santana	2.827,14	3,53	45,59
Simões Filho	1.825,82	2,28	47,87
Candeias	1.485,71	1,86	49,73
Ilhéus	1.445,17	1,80	51,53
Vitória da Conquista	1.375,81	1,72	53,25
Paulo Afonso	1.359,20	1,70	54,95
Itabuna	1.308,06	1,63	56,58
Lauro de Freitas	1.231,83	1,54	58,12
Barreiras	1.224,05	1,53	59,65
Luís Eduardo Magalhães	995,13	1,24	60,89
Juazeiro	957,04	1,20	62,09
São Desidério	948,37	1,18	63,27
Tabocas do Brejo Velho	22,75	0,03	63,30
Brotas de Macaúbas	22,16	0,03	63,33
Maiquinique	21,35	0,03	63,36
Wagner	21,17	0,03	63,39
Rio do Pires	20,96	0,03	63,42
Botuporã	20,83	0,03	63,45
Santa Inês	20,03	0,03	63,48
Palmeiras	17,7	0,02	63,50
Ipupiara	16,88	0,02	63,52
Candeal	16,64	0,02	63,54
Rodelas	15,91	0,02	63,56
Santa Cruz da Vitória	14,98	0,02	63,58
Planaltino	14,97	0,02	63,60
Chorrochó	14,46	0,02	63,62
Tanquinho	13,16	0,02	63,64
Subtotal	49.941,86	63,64	-
Demais Municípios	29.141,37	36,36	-
Estado da Bahia	79.083,23	100,00	-

Fonte: Banco Central do Brasil. Registros Administrativos 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005.
 Rio de Janeiro: IBGE, 2008. SEI. PIB municipal, 2004.

Tabela 2
Operações de crédito, depósito à vista, poupança e depósito a prazo: Bahia, municípios selecionados, 2004/2007

%								
(Continua)								
Municípios	Operações de crédito		Depósito à vista (Privado)		Poupança		Depósito a prazo	
	2004	2007	2004	2007	2004	2007	2004	2007
Salvador	54,55	53,35	50,18	58,79	46,51	44,21	70,17	58,29
Itabuna	4,92	0,90	1,99	1,50	2,03	1,24	3,30	0,72
Barreiras	3,67	4,40	2,19	1,59	0,94	1,00	1,40	1,29
Feira de Santana	3,34	3,53	4,43	4,25	4,97	5,06	3,88	4,44
Vitória da Conquista	1,86	1,82	2,29	2,05	2,72	2,81	1,20	1,25
Juazeiro	1,65	1,57	1,57	1,17	1,30	1,22	1,15	0,81
Ilhéus	1,45	1,37	1,50	1,12	1,40	1,42	1,55	1,81
Luís Eduardo Magalhães	1,25	1,57	0,95	0,86	0,18	0,29	0,14	0,41

Tabela 2
Operações de crédito, depósito à vista, poupança e depósito a prazo: Bahia, municípios selecionados, 2004/2007
 %
 (Conclusão)

Municípios	Operações de crédito		Depósito à vista (Privado)		Poupança		Depósito a prazo	
	2004	2007	2004	2007	2004	2007	2004	2007
Camaçari	1,08	1,39	4,18	3,37	1,89	1,92	1,70	3,84
Paulo Afonso	0,70	0,56	0,65	0,57	1,18	1,09	0,58	0,50
Lauro de Freitas	0,69	0,90	1,88	1,50	0,93	1,24	0,40	0,72
Simões Filho	0,66	0,58	1,37	1,08	0,76	0,68	0,72	0,71
São Desidério	0,45	0,27	0,22	0,07	0,03	0,04	0,01	0,03
Candeias	0,42	0,54	0,73	0,69	0,94	0,97	0,18	0,41
Ipupiara	0,02	0,02	0,02	0,02	0,06	0,08	0,00	0,00
Botuporã	0,02	0,03	0,03	0,02	0,05	0,06	0,00	0,01
Candeal	0,01	0,02	0,02	0,03	0,02	0,02	0,00	0,00
Tanquinho	0,01	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01	0,01
Maiquinique	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
São Francisco do Conde	0,00	0,00	0,05	0,08	0,06	0,05	0,07	0,07
Palmeiras	0,00	0,00	0,02	0,02	0,04	0,04	0,03	0,02
Planaltino	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Rio do Pires	0,00	0,01	0,01	0,01	0,07	0,08	0,01	0,02
Wagner	0,00	0,00	0,02	0,02	0,04	0,04	0,00	0,00
Santa Cruz da Vitória	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
Santa Inês	0,00	0,00	0,02	0,01	0,04	0,04	0,01	0,01
Chorrochó	0,00	0,00	0,01	0,02	0,02	0,03	0,00	0,01
Tabocas do Brejo Velho	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Rodelas	0,00	0,00	0,01	0,01	0,05	0,04	0,00	0,01
Brotas de Macaúbas	0,00	0,00	0,02	0,01	0,04	0,04	0,01	0,01
Subtotal	76,78	72,86	74,41	78,88	66,31	63,76	86,54	75,41
Demais Municípios	23,22	27,14	25,59	21,12	33,69	36,24	13,46	24,59
Estado da Bahia	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil. Registros Administrativos 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005.
 Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ: DIFERENÇAS MUNICIPAIS DA

Os Quocientes de Preferência pela Liquidez do Público (QPLP) e de Preferência pela Liquidez dos Bancos (QPLB), para cada um dos 30 municípios selecionados, foram fixados usando-se, nos cálculos, quatro variáveis retiradas dos dados do IBGE/Bacen, a saber: 1. Depósitos à vista; 2. Depósitos a prazo; 3. Poupança; 4. Operações de créditos.

Assim:

$$\text{QPLP} = \text{DV}/\text{DT}, \text{ onde DV} = \text{Depósitos à vista};$$

$$\text{DT} = \text{Depósitos totais (Depósitos a prazo + Poupança)}.$$

$$\text{QPLB} = \text{DV}/\text{OC}, \text{ onde DV} = \text{Depósitos à vista};$$

$$\text{OC} = \text{Operações de créditos}.$$

O quociente QPLP é a razão entre depósitos à vista e depósitos totais. Segundo Cavalcante, Crocco e Jayme Junior (2004, p. 7):

[...] diz respeito de como o público aloca seu dinheiro nas agências bancárias, depositando em conta corrente (alta liquidez) ou em aplicações de prazo maior (liquidez menor). Decorre daí que quanto maior for a proporção de depósitos a vista em relação aos depósitos a prazo e de poupança, maior será a preferência pela liquidez.

No que se refere ao quociente QPLB, corresponde à razão entre depósitos à vista e operações de crédito. Ainda de

acordo com Cavalcante, Crocco e Jayme Junior (2004), este quociente permite analisar como o sistema bancário aloca seus recursos entre ativos de maior ou menor liquidez, levando em conta o grau de desenvolvimento da região em que se encontra e o grau de liquidez de seu passivo. Ambas as variáveis consideradas — depósitos à vista e operações

Tabela 3
Quocientes de preferência pela liquidez do público e dos bancos: Bahia, municípios selecionados, 2004/2007

Municípios	Quociente de Preferência pela Liquidez do Público (QPLP)*		Quociente de Preferência pela Liquidez dos Bancos (QPLB)**	
	2004	2007	2004	2007
Salvador	0,260	0,385	0,258	0,379
Itabuna	0,227	0,486	0,114	0,575
Barreiras	0,566	0,467	0,167	0,124
Feira de Santana	0,285	0,292	0,373	0,415
Vitória da Conquista	0,319	0,316	0,347	0,388
Juazeiro	0,369	0,369	0,268	0,256
Ilhéus	0,298	0,233	0,289	0,283
Luís Eduardo Magalhães	1,722	0,825	0,214	0,188
Camaçari	0,673	0,404	1,090	0,835
Paulo Afonso	0,201	0,226	0,259	0,349
Lauro de Freitas	0,771	0,486	0,761	0,575
Simões Filho	0,536	0,511	0,581	0,642
São Desidério	2,522	0,593	0,137	0,084
Candeias	0,341	0,313	0,489	0,438
Ipupiara	0,125	0,126	0,253	0,353
Botuporã	0,270	0,166	0,483	0,194
Candeal	0,446	0,651	0,387	0,394
Tanquinho	0,366	0,290	0,511	0,291
Maiquinique	0,506	0,583	0,788	0,609
São Francisco do Conde	0,255	0,440	3,405	8,111
Palmeiras	0,141	0,172	1,344	3,333
Planaltino	0,281	0,278	0,552	0,865
Rio do Pires	0,065	0,044	1,115	0,360
Wagner	0,216	0,283	2,182	4,130
Santa Cruz da Vitória	0,429	0,459	0,857	2,294
Santa Inês	0,194	0,162	5,750	4,333
Chorrochó	0,288	0,315	4,250	8,083
Tabocas do Brejo Velho	0,239	0,000	2,286	0,000
Rodelas	0,147	0,134	9,250	1,815
Brotas de Macaúbas	0,193	0,140	15,667	2,000
Bahia	0,291	0,329	0,281	0,344

*QPLP = Depósitos à vista do setor privado / Depósitos totais (Depósitos a prazo + poupança)

**QPLB = Depósitos à vista do setor privado / Operações de crédito.

Fonte: Banco Central do Brasil. Registros Administrativos 2007; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005
Rio de Janeiro: IBGE, 2008

“[...] os municípios mais dinâmicos economicamente foram os que figuraram com menores quocientes de liquidez bancária [...]”

de crédito — revelam a disposição dos bancos em realizar empréstimos ou tornar seus ativos menos líquidos.

Do exposto, é importante sublinhar que esses dois quocientes utilizados para demonstração quantitativa da preferência pela liquidez do público e do banco constituem-se em aproximações que podem apresentar pequenas distorções nos resultados dos quocientes, mas não invalidam a abordagem aqui adotada (Tabela 3).

No âmbito dos 30 municípios selecionados pelo estudo, os mais deprimidos economicamente foram justamente aqueles que apresentaram os mais elevados índices de liquidez bancária como, por exemplo, os municípios mais recônditos do semi-árido baiano: Chorrochó, Tabocas do Brejo Velho, Planaltino, Rodelas, Brotas de Macaúbas, Santa Inês, Wagner, Rio do Pires, Maiquinique, Santa Cruz da Vitória, Palmeiras.

Por outro lado, os municípios mais dinâmicos economicamente foram os que figuraram com menores quocientes de liquidez bancária, a saber: Salvador, Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Feira de Santana, Barreiras, Vitória da Conquista, dentre outros. Desta forma, excetuando-se os municípios de Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho (Região Metropolitana de Salvador), além de Luís Eduardo Magalhães e São Desidério (localizados no Oeste da Bahia), que figuraram com elevados QPLP, a maioria dos municípios apresentou QPLP e QPLB afinados com a abordagem pós-keynesiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No limite dos dados levantados foi possível observar que a maioria dos 30 municípios baianos selecionados neste

artigo valida a hipótese do pensamento pós-keynesiano sobre a preferência pela liquidez, sobretudo, dos bancos. No entanto, é preciso frisar que a preferência pela liquidez em sua expressão regional adquire características peculiares que a distingue dos padrões encontrados em outras economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Ela corresponde ao que se denomina de “regime de acumulação bancário-financeira”, em que as formas institucionais representadas pelos bancos detêm o controle final da formação de poupança.

Observa-se, assim, que os fenômenos regionais (municipais) de preferência pela liquidez não necessariamente correspondem ao que acontece nas economias centrais. Neste sentido, alguns desses municípios selecionados para o estudo, inseridos em regiões baianas atingidas pelos impactos globais da acumulação (por exemplo, choque das matérias-primas e alimentos), mesmo apresentando trajetórias de crescimento elevadas se mostram instáveis, pois continuam sendo as exportações de *commodities* suas forças motrizes. Estas, por sua vez, são determinadas por fatores exógenos, motivo pelo qual não podem ser controladas pelos arranjos institucionais regionais (governo, empresariado, organizações da sociedade etc.).

É importante ressaltar que o presente artigo também faz referência à implantação do Plano Real e a sua participação na reestruturação diferenciada dos bancos, na

medida em que a crise no Sistema Financeiro Nacional, com significativas perdas das receitas inflacionárias dos bancos, impôs a procura de novas alternativas de lucratividade e reduziu as dimensões do sistema, que se abriu para arranjos com os bancos estrangeiros com rebatimentos regionais.

Por fim, o presente artigo evidencia a hiperconcentração geográfica do capital bancário na cidade de Salvador — fato que se assemelha territorialmente à concentração do PIB baiano — o que poderia ser explicado, neste caso, pela articulação do processo de acumulação que mantém o setor bancário com a dinâmica da economia global e nacional.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema Financeiro Nacional*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2008.

CAVALCANTE, Anderson; CROCCO, Marco; JAYME, JÚNIOR, Frederico G. *Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional*. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2004. (Texto para discussão, 237)

MULLER, Elisa; LIMA, Fernando C. C. *Moeda e crédito no Brasil: breves reflexões sobre o primeiro Banco do Brasil (1808-1829)*. Niterói: Instituto de Economia/UFRJ, [2008]. Disponível em: <<http://www.revistatemalivre.com/Moedae-Credito.html>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

PIB da Bahia cresce 5% no segundo trimestre e fecha o 1º semestre de 2008 com expansão de 5,3%

Denis Veloso da Silva*
Gustavo Casseb Pessoti**

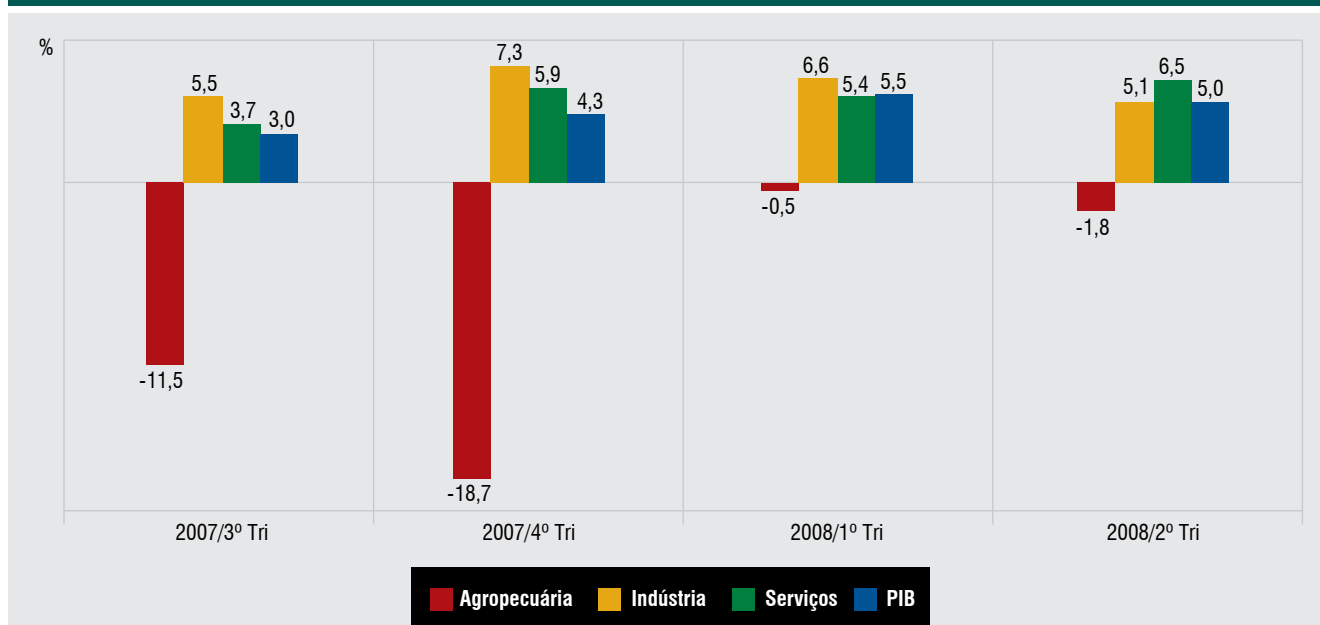
A economia baiana continua apresentando expansão no nível de atividade econômica medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), no segundo *trimestre* de 2008, em comparação a igual período do ano anterior. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o PIB alcançou, no segundo *trimestre*, uma evolução de 5%, acumulando, no primeiro *semestre* do ano (em relação a igual período de 2007), uma taxa de 5,3%. Nos últimos doze meses, a expansão na atividade econômica da Bahia atingiu 4,5%.

A taxa do PIB, que já acumula expansão ininterrupta nos últimos 5 anos, reflete o bom desempenho dos setores industriais e de serviços. A construção civil, que cresceu 4,3% no segundo trimestre de 2008, e a indústria de transformação, com 6,3%, são os destaques do setor industrial. O comércio, com alta de

* Economista e Técnico da Equipe de Contas Regionais da SEI.

** Economista e Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI.

Gráfico 1
Variação PIB Trimestral*
Bahia, 3º tri/2007- 2º tri/2008**



Fonte: SEI

*Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

**Dados sujeitos a retificação

7,6%, e o setor de transportes, com 13,5%, nessa mesma comparação temporal, são os destaques dos serviços baianos.

Fortemente prejudicada pelas condições climáticas que atingiram diretamente as mais tradicionais lavouras da Bahia, a exemplo da soja, milho e feijão, a agropecuária apresentou uma retração de 1,8% no segundo trimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007. Este resultado freou o desempenho do PIB baiano nesse período, que no acumulado do primeiro semestre atingiu -1,4%, quando comparado com o mesmo semestre do ano anterior. Apesar desse fraco desempenho dos produtos colhidos nesse primeiro semestre, as expectativas para o restante do ano, principalmente da safra de grãos, apontam para uma

retomada do crescimento do setor no segundo semestre do ano, indicando que a expansão da atividade deverá ultrapassar os 6% em comparação ao ano de 2007.

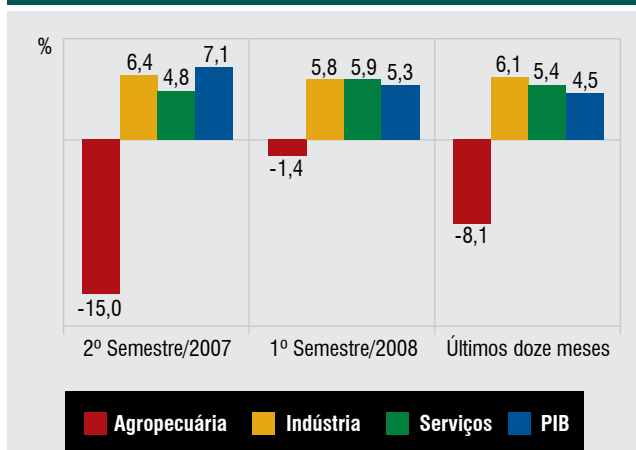
Especificamente no primeiro semestre de 2008, na comparação com igual período de 2007, as safras de importantes lavouras apresentaram retração, a exemplo da mandioca, que teve queda de 2%, e da cana-de-açúcar, que também retraiu a sua produção em 0,7% nesse período. Somam-se a esses fatores os grandes incrementos registrados no primeiro semestre de 2007, que provocaram um considerável efeito-base, principalmente nas produções de feijão, soja e milho.

O resultado do setor só não foi mais declinante porque produtos de relativo destaque na produção baiana conseguiram se recuperar, colhendo safras razoáveis nesse segundo trimestre do ano. Dentre eles se destacam o cacau, com expansão de 4,5%, banana, com 3,7%, mamão, com 4,2% e o café, com melhor desempenho entre todas as lavouras baianas, com crescimento de 7,8%.

Apesar desse resultado insatisfatório do primeiro semestre, os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, pesquisa que permite a estimativa anual para a safra baiana, apontam para uma total reversão nesse quadro ao longo do terceiro e quarto trimestre do ano. O setor deve registrar uma expansão de 6,9%; a safra de grãos do estado deve bater o recorde histórico de produção, com 6,4 milhões de toneladas, o que representa expansão próxima a 5% em relação à safra de 2007.

O resultado do PIB no primeiro semestre do ano ganha maior relevância quando se considera a elevada base de

Gráfico 2
Variação do semestre em relação ao mesmo semestre do ano anterior
Bahia*, 2007/2008



Fonte: SEI

* Dados sujeitos a retificação

comparação do período anterior. Este desempenho pode ser visto como um sinalizador de bons resultados para a Bahia em 2008, se o país não atravessar nenhuma turbulência na sua economia. Considerando o desempenho dos últimos doze meses, o PIB baiano alcançou a marca de 4,5%, evidenciando que ainda há margem para um crescimento superior a essa marca, quando se considerarem os doze meses de 2008, pois o último trimestre de 2007 apresentou baixo dinamismo, principalmente no que se refere à indústria de transformação.

Tabela 1
Taxa de crescimento do PIB da Bahia e Brasil, segundo setores de atividades

Atividades	2º Trimestre/2008		1º Semestre/2008		Últimos doze meses	
	Bahia*	Brasil	Bahia*	Brasil	Bahia*	Brasil
Agropecuária	-1,8	7,1	-1,4	5,2	-8,1	7,0
Indústria	5,1	5,7	5,8	6,3	6,1	5,5
Serviços	6,5	5,5	5,9	5,3	5,4	5,1
PIB	5,0	6,1	5,3	6,0	4,5	6,0

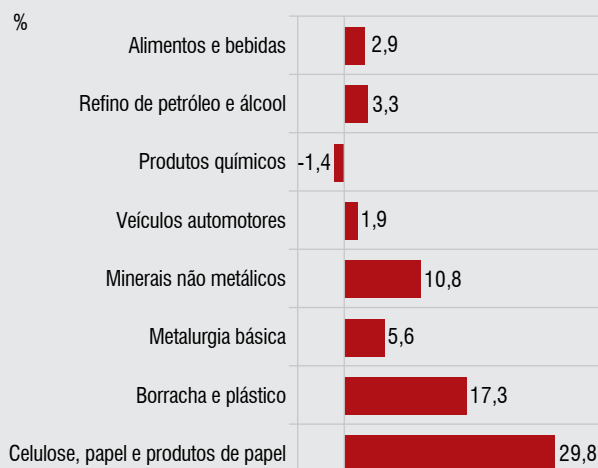
Fonte: SE/IBGE

*Dados sujeitos a retificação

No acumulado do primeiro semestre do ano, a indústria baiana de transformação cresceu 5,5%, apresentando taxas positivas em quase todos os segmentos. As maiores influências vieram da produção de celulose e papel (29,8%), devido, especialmente, ao incremento na produção de celulose; refino de petróleo e produção de álcool (3,3%), por conta da maior fabricação de óleo diesel e gasolina; e metalurgia básica (5,6%), em virtude do acréscimo na produção de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço carbono. Em sentido contrário, a única redução na atividade aconteceu no segmento de produtos químicos (-1,4%), em função da menor produção de polietileno de alta densidade e etileno não-saturado, por motivos de paradas para manutenção em importantes plantas industriais do pólo petroquímico de Camaçari. Vale destacar que a indústria baiana de transformação já acumulou uma expansão de 6,1% no período de 12 meses.

Como reflexo imediato do bom momento do mercado imobiliário baiano, bem como das ações que estão sendo implementadas em toda a capital do Estado,

Gráfico 3
Evolução da indústria baiana de transformação, segundo subsectores de atividades jan.-jun./2008 - jan.-jun./2007



Fonte: PIM-PF/IBGE

* Dados sujeitos a retificação

a construção civil, segmento que absorve uma elevada quantidade de mão-de-obra, segue apresentando expansão na atividade, com crescimento de 4,3% no segundo trimestre de 2008, quando comparado ao mesmo período de 2007. Na análise semestral o segmento acumula, em relação a igual período do ano anterior, uma taxa de 7,5%. Nos últimos doze meses, a expansão chegou a 8,2%.

Segundo os dados do CAGED, somente no período entre janeiro e junho de 2008 a construção civil gerou, na Bahia, 11.719 empregos com carteira assinada, resultando em uma expansão de 12,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2008 foram criados mais de 46 mil novos postos de trabalho com carteira assinada.

Funcionando como um termômetro da atividade econômica, dois segmentos se destacaram no setor de serviços, que se expandiu 6,5% no primeiro trimestre de 2008, na comparação com igual período do ano de 2007, acumulando 5,9% no primeiro semestre do ano: o comércio, que pelo quinquagésimo sexto mês consecutivo apresenta evolução no volume de vendas reais; e o setor de transporte, cuja expansão de 13,5% no segundo

trimestre (em relação ao mesmo período de 2007) fez o estado da Bahia acumular 9,9% de crescimento nos últimos doze meses.

Em relação ao comércio baiano, os dados fornecidos pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, revelam que, apenas no comércio varejista, o volume de vendas acumulado no primeiro semestre alcançou a marca de 7,7% no comparativo a igual período do ano anterior. As sucessivas variações positivas levaram o varejo baiano a acumular nos últimos 12 meses um crescimento de 10%. Praticamente todos os setores do varejo apresentaram expansão no volume de vendas, no acumulado do primeiro semestre, com especial destaque para o setor de móveis e eletrodomésticos (21,3%), no qual os produtos são, em geral, adquiridos pelo sistema de crédito. Entretanto o arrefecimento do setor de alimentos e bebidas (que teve queda de 0,7% no volume de vendas no primeiro semestre) fez com que houvesse uma diminuição na intensidade de crescimento do setor comercial, em razão de ser o mais importante subsetor do comércio baiano.

Tabela 2
Indicadores de desempenho do comércio varejista,
segundo grupos de atividades
Bahia, jan.- jun./2008

Atividades	Acumulado no ano de 2008 ¹	
	Valor nominal de vendas	Volume de vendas ²
Comércio Varejista*	11,8	7,7
Combustíveis e lubrificantes	9,3	11,8
Hipermercados, supermercados, prods. aliment., bebidas e fumo	11,5	-0,7
Hipermercado e supermercado	10,4	-0,7
Tecidos, vestuário e calçados	6,4	2,2
Móveis e eletrodomésticos	14,70	21,3
Art. farm.med.ort.e de perfum.	13,20	13,0
Equip. mat. p/ escritório, informática e comunicação	-2,2	12,7
Livros, jornais, revista e papelaria	20,7	21,6
Outros art. de uso pessoal e doméstico	25,70	22,0
Veículos e motos, partes e peças	22,6	18,9
Material de construção	17,6	12,4

Fonte: IBGE/PMC

* O Indicador do comércio varejista é composto pelos resultados das ativ. numeradas de 1 a 8

¹ Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior

² Resulta do deflacionamento dos valores nominais de vendas por índices de preços específicos para cada grupo de atividade

Comparando-se com o mesmo período de 2007, o comércio baiano encerrou o primeiro semestre de 2008 acumulando incremento de 7,7%. Esta taxa situou-se abaixo da apurada nos seis primeiros meses do ano passado, período em que o setor apresentou expansão de 10,8%. O desempenho do semestre reforça as expectativas de analistas de mercado e representantes do setor, de que o comércio baiano, embora registrando uma elevada taxa de crescimento, deverá encerrar 2008 apresentando resultado inferior ao do ano passado. A comparação realizada com uma base bastante elevada — ano de 2007 —, quando as vendas expandiram-se em 10,0%, e a sinalização do Banco Central de continuidade da política de aumentos da taxa básica de juros nos próximos meses deverão influenciar o comportamento do varejo neste ano, principalmente nos segmentos de bens duráveis, que realiza 75% das suas vendas sob financiamento. Nesses segmentos as altas taxas de juros são fatores preponderantes para inibição do consumo, pois encarecem o crediário.

Em abril de 2008, depois de quase três anos seguidos em queda, a taxa básica de juros (Selic), que desde setembro de 2007 estava em 11,25%, voltou a subir. O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu elevá-la, nesse mês, para 11,75% ao ano e, em junho, para 12,25%. A taxa Selic serve de sinalizador para se estabelecer os juros cobrados nos empréstimos bancários e no crédito direto ao consumidor. Ao aumentar os juros, as autoridades governamentais levam em consideração as metas inflacionárias, cujo centro está fixado em 4,5% para 2008. Como os índices que medem a inflação no país apontaram aumento nos últimos meses, pressionados basicamente pela aceleração dos preços dos alimentos, isso deixou evidente que a elevação dos juros seria inevitável para manter a inflação sob controle.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador adotado como referência para se estabelecer tais metas, acumulou alta de 3,63% de janeiro a junho de 2008. Esse resultado demonstra que a inflação medida pelo IPCA encerrará 2008 acima do centro da meta estabelecida para este ano, mas as projeções do mercado financeiro são de que deverá se situar dentro da margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima.

O comércio exterior baiano segue batendo recordes de vendas. Extremamente favorecido pelos elevados

preços das *commodities* minerais, estimulados pela crescente demanda mundial, as exportações baianas expandiram-se 27,2% em relação ao primeiro semestre de 2007 e atingiram a casa dos US\$ 4,3 bilhões. Segundo o Promo Bahia, agência responsável pela divulgação de estatísticas e análises do comércio exterior do Estado, as explicações para essa expansão nas vendas externas está atrelada ao bom desempenho verificado no setor de celulose e nos altos preços das *commodities* agrícolas e minerais no cenário internacional.

As importações baianas também seguem uma tendência de alta. No primeiro semestre do ano, as compras realizadas pela Bahia no exterior registraram uma expansão de 31,2%, crescimento superior ao das exportações. Essa tendência ocorreu em todos os meses do primeiro semestre de 2008. Com isso, o saldo da balança comercial baiana continua positivo e superior a US\$ 1 bilhão. A despeito da forte valorização do Real frente ao dólar, esse saldo comercial é 15,5% maior que o registrado no período janeiro-junho de 2007.

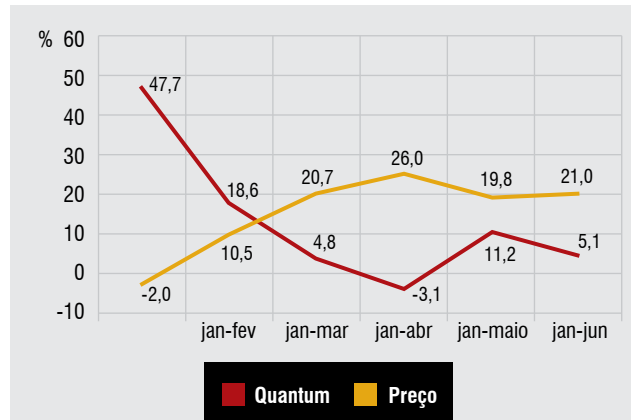
Segundo o Centro Internacional de Negócios da Bahia (2008, p.1):

O crescimento mais elevado das importações acontece num contexto de desvalorização acentuada do dólar, aumento da atividade produtiva e aumento de preços externos do petróleo e seu derivados, matéria-prima básica na matriz industrial do Estado, liderado pela petroquímica, além de *commodities* minerais (cobre, minério de ferro) e agrícolas (trigo, cacau).

Ainda segundo as informações técnicas dos relatórios do comércio exterior publicados pelo Promo Bahia, a classe de produtos que mais contribuiu para o desempenho das exportações no semestre foi a dos industrializados, que teve variação de 85,6% em relação ao mesmo período de 2007. Os produtos básicos apresentaram crescimento de 13,1%, enquanto a classe de produtos semimanufaturados, mais sensível em relação ao câmbio, apresentou variação de 32%.

Um fato a ser destacado no balanço do comércio exterior da Bahia no primeiro semestre de 2008 é que o efeito preço tem sido mais relevante para o incremento do

Gráfico 4
Variação de preço e quantum das exportações
Bahia, 2008



Fonte: MDIC/SECEX

* Dados sujeitos a retificação

resultado das vendas externas. Na média, o incremento nos preços dos produtos da pauta de exportações da Bahia registrou uma expansão de 21% em relação ao primeiro semestre de 2007. O aumento do quantum exportado chegou a apenas 5,1%, para o total dos embarques, nesse mesmo período. Mesmo em uma conjuntura do dólar desvalorizado, as importações tiveram também aumentos de preços, que foram capitaneados pela majoração do petróleo, fertilizantes e minérios, atingindo 18%, enquanto as quantidades desembarcadas aumentaram 11% no primeiro semestre de 2008.

Entre os destaques das exportações baianas no primeiro semestre de 2008 encontram-se, justamente, aqueles produtos que estavam com as maiores cotações no mercado internacional. O segmento de derivados de petróleo, carro chefe da pauta de exportações da Bahia, apresentou um incremento nas receitas de venda da ordem de 98%, sobretudo em função da alta nos preços do petróleo, que no primeiro semestre de 2008 passou por uma valorização de 73%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Logo em seguida, a celulose, com vendas externas 54% maiores, nessa mesma comparação temporal. A Tabela 3 mostra os principais produtos da pauta de exportações da Bahia no primeiro semestre de 2008.

Ainda sobre o setor de serviços, que apresentou o melhor desempenho desde o segundo trimestre de 2004, a

Tabela 3
Exportações baianas, principais segmentos
jan.- jun./2008

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2007	2008		
Petróleo e derivados	455.314	901.646	98,0	21,4
Químicos e petroquímicos	770.578	728.268	-5,5	17,3
Metalúrgicos	535.544	657.961	22,9	15,6
Papel e celulose	404.738	623.271	54,0	14,8
Automotivo	338.238	314.887	-6,9	7,5
Soja e derivados	162.039	221.483	36,7	5,3
Minerais	111.165	145.126	30,6	3,4
Borracha e suas obras	94.291	124.735	32,3	3,0
Cacau e derivados	100.734	124.531	23,6	3,0
Café e especiarias	54.519	66.779	22,5	1,6
Couros e peles	53.451	58.523	9,5	1,4
Sisal e derivados	51.683	48.186	-6,8	1,1
Calçados e suas partes	38.062	45.476	19,5	1,1
Maq., apars. e mat. elétricos	39.469	42.007	6,4	1,0
Algodão e seus subprodutos	34.966	33.362	-4,6	0,8
Frutas e suas preparações	22.715	33.011	45,3	0,8
Móveis e semelhantes	30.215	26.516	-12,2	0,6
Fumo e derivados	8.230	9.377	13,9	0,2
Pesca e aquicultura	3.273	2.707	-17,3	0,1
Demais segmentos	70.130	89.404	27,5	2,1
Total	3.309.224	4.207.852	27,16	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, Dados Coletados em 14/04/2008

Elaboração: PROMO - Centro Internacional de Negócios da Bahia

expansão de 6,5% no segundo trimestre de 2008, em relação a igual período do ano anterior, deve ser creditada não só ao desempenho do setor comercial, mas também aos incrementos registrados no setor de transportes (13,5%) e no de serviços prestados pela administração pública (5,4%). Ao longo do primeiro semestre o setor de serviços já acumulou uma expansão de 5,9%, melhor resultados dos últimos cinco anos para o período dos primeiros seis meses do ano.

Em relação à atividade de transportes — que se expandiu 12,7% no primeiro trimestre de 2008, em comparação ao mesmo período de 2007, e 9,9% nos últimos doze meses —, deve-se destacar a evolução de todos os modais, principalmente o rodoviário (15%). Também com percentuais elevados de crescimento no trimestre, mas em ritmo bem menor do que o transporte rodoviário, os modais hidroviário e aéreo expandiram-se 9,4% e 6,4%, respectivamente. O resultado do transporte hidroviário

foi propiciado pelo aumento das exportações baianas. Em relação ao setor de transporte aéreo, o desempenho é particularmente importante, pois evidencia que, retirados os desembarques de passageiros baianos, ainda é crescente a demanda por viagens turísticas para o estado, pelo motivo lazer, eventos ou negócios.

Mantidas as tendências evidenciadas nos dados do PIB trimestral, certamente o estado da Bahia registrará, pelo 6º ano consecutivo (desde que se iniciou a nova série de cálculo desse indicador), uma taxa anual de crescimento bastante significativa naquele que é o principal termômetro da atividade de uma economia. Por fim, vale ressaltar que, nos últimos cinco anos, o Produto Interno da Bahia acumulou uma taxa de crescimento de 27%, o que representa uma média anual de 4,9%.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Economia e finanças*. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2008.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA). *Evolução das exportações nos portos baianos – Portos da Codeba e Terminais Privativos*. Salvador, 2008.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Informativo de comércio exterior – junho de 2008*. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 11 ago 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO). *Movimentações operacionais no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães*. Salvador, 2008.

IBGE. *Contas trimestrais do Brasil*. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2008.

_____. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Rio de Janeiro, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

_____. *Pesquisa industrial mensal*. Rio de Janeiro, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

_____. *Pesquisa mensal de comércio*. Rio de Janeiro, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). *Boletim do CAGED*. Salvador. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2008.

Importância socioeconômica do Bolsa Família na Bahia

José Ribeiro S. Guimarães
Diretor de Pesquisas da SEI e da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)



Apesar de gradativamente a sociedade internalizar a importância social e o alcance do Programa Bolsa Família (PBF), ainda há segmentos que persistem em atacá-lo de forma velada. Indubitavelmente, as divergências de opiniões e as críticas são inerentes às sociedades democráticas e contribuem para o seu aperfeiçoamento. Entretanto, críticas infundadas, ideologizadas e elitistas não propiciam avanços para a construção de uma sociedade mais justa e, neste caso, servem apenas como argumentos vazios de retórica que não se apóiam na realidade socioeconômica do país e não enxergam as profundas e históricas desigualdades secularmente enraizadas no nosso território.

Diante do contexto socioeconômico brasileiro, ainda marcado por insuficientes taxas de crescimento econômico, concentração espacial da produção e da oferta de serviços públicos, persistência das desigualdades sociais, concentração fundiária e elevados níveis de pobreza, os programas de transferência de renda assumem grande relevância no que concerne à sobrevivência das famílias, sendo um passaporte para o resgate da cidadania e a emancipação social. Por outro lado, não é demais salientar, que a renda diretamente recebida pelos beneficiários se transforma em consumo e, portanto, em demanda agregada, elevando grande parte da população excluída à categoria de consumidores e revitalizando a economia de áreas deprimidas.

Na região Nordeste do Brasil, em decorrência da sua inserção periférica e das desigualdades regionais, o

PBF se torna ainda mais relevante. O Estado da Bahia, por todas as suas particularidades, é um dos mais paradigmáticos exemplos da importância socioeconômica de um programa de transferência de renda com condicionalidades, a exemplo do PBF. Afinal de contas, um estado com uma população de 14 milhões de habitantes, 564 mil km² de área (superior aos territórios da Itália e Reino Unido juntos), dos quais dois terços estão inseridos no semi-árido, a existência de programas de transferência de renda torna-se imperiosa, especialmente quando apresenta as seguintes características socioeconômicas:

- mais da metade do PIB (53,5%) está concentrado na Região Metropolitana de Salvador, e um terço (35,5%) em apenas dois municípios (Salvador e Camaçari), enquanto 55 municípios (13,2% do total) respondem conjuntamente por apenas 1,0% do PIB estadual;
- a grande propriedade, que corresponde a apenas 1,7% do total de imóveis rurais cadastrados, se apropria de 22 milhões de hectares, ou seja, cerca da metade (49,6%) da área total cadastrada;
- o estado possui a maior população rural do país, em termos absolutos (4,5 milhões de habitantes);
- possui um contingente de 1,9 milhão de analfabetos (16,8% da população de 10 anos ou mais de idade) e 3,4 milhões de analfabetos funcionais (com até 3 anos de estudo) — 33,8% da população de 15 anos ou mais de idade;

- apresenta o maior tempo médio esperado (11,9 anos) para conclusão do ensino fundamental dentre todas as 27 Unidades da Federação do Brasil;
- a Bahia é detentora da sétima maior taxa de mortalidade infantil do país (34,5 óbitos de menores de um ano para cada grupo de mil nascidos vivos);
- contabiliza cerca de 185 mil crianças de 10 a 14 anos de idade já trabalhando;
- convive com uma proporção de 57,7% de trabalhadores (PEA) sem o ensino fundamental completo;
- possui um contingente de 425 mil jovens de 15 a 29 anos desempregados, o correspondente a 65,0% do total (652 mil).

Soma-se a esse inquietante quadro socioeconômico o fato de que o estado possuía, em 2004, cerca de 5 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, e no ano de 2002, antes da implantação do Bolsa Família, mais da metade da população baiana — 7 milhões de pessoas, o correspondente a 52,6% do total — vivia em famílias com rendimento mensal familiar *per capita* de até meio salário mínimo.

Diante deste cenário, é incontestável a importância de um programa de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, para um estado que apresenta tais características. O Programa Bolsa Família contemplava, em dezembro de 2007, um contingente de 1,4 milhões de famílias na Bahia; o montante total acumulado e transferido durante o ano totalizou cerca de R\$ 1,2 bilhão. O valor médio do repasse por família nesse mês era de R\$ 78,90.

Uma das críticas mais comuns é que o Bolsa Família tem estimulado as famílias a terem mais filhos, já que os valores pagos pelo programa variam de R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos.

Refletindo a tendência de queda da fecundidade, o número de nascimentos na Bahia vem caindo sistematicamente.

Com base nas informações oriundas do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, observa-se que desde a implantação do PBF, ou seja, a partir de 2003, o número de nascimentos na Bahia vem declinando sucessivamente ano após ano, tendo contraído de 239 mil em 2003 para 215 mil em 2007.

No âmbito dos municípios, constata-se que em 323 dos 417 municípios baianos (77,4% do total) o número de nascimentos diminuiu entre 2003 e 2007. Em outros 32 (7,7% do total) o número de nascimentos ficou estável ou apresentou ínfima variação. Já entre os dez municípios com maior incremento absoluto, o fator preponderante para o crescimento dos nascimentos foi a chegada de significativos contingentes de migrantes, desde meados da década de 1990 — em função, sobretudo, da introdução de novas atividades e da conseqüente expansão econômica — a exemplo de Porto Seguro, Luís Eduardo Magalhães, Mucuri, Nova Viçosa, Camaçari e Lauro de Freitas.

Vale ainda enfatizar que em alguns municípios — mesmo diante da queda da fecundidade — o número de nascimentos ainda cresce por conta da *inércia demográfica*, ou seja, em função da prevalência de gerações mais numerosas e, conseqüentemente, com um contingente mais significativo de mulheres em idade fértil, em decorrência do regime de fecundidade do passado, no qual eram mais elevadas as taxas de fecundidade.

Frente a este conjunto de constatações, fica evidente que o Programa Bolsa Família não vem estimulando as famílias a terem mais filhos, para que possam receber ou aumentar o valor dos benefícios. Muito pelo contrário. A melhoria das condições de vida das famílias e o ambiente favorável propiciados pelas condições do programa nas áreas da educação¹, saúde² e assistência social³, devem estar contribuindo para a ampliação do acesso à informação e aos serviços

¹ Frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.

² Acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes.

³ Acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil.

públicos, pelas famílias, fazendo com que a fecundidade passe a ser cada vez mais planejada.

Uma outra corriqueira linha de crítica é a de que o programa é assistencialista e não promove a emancipação da população beneficiária, fazendo com que as famílias “se acomodem” e se tornem “eternamente dependentes do benefício”. Entretanto, contrariamente ao apregoado, o PBF traz, na sua essência, a articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza. A primeira delas é promover o alívio imediato da subsistência e da pobreza por meio da transferência de renda à família. Trata-se, portanto, de criar as condições para que as necessidades primárias dos indivíduos (alimentação e vestuário, por exemplo) sejam minimamente atendidas. Em segundo lugar, o PBF promove, inclusive via cumprimento de condicionalidades, o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. A terceira dimensão busca a articulação com programas complementares direcionados para o desenvolvimento e integração socioeconômica das famílias, a exemplo de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, acesso ao registro civil e a demais documentos, dentre outros.

Em suma, as dimensões se articulam com o intuito de retirar o ser humano da situação de miséria absoluta, promover o acesso aos direitos sociais básicos e a emancipação futura dos beneficiários, mediante a inserção no mercado de trabalho e geração de renda, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

Vale ressaltar que nas três esferas de governo vem crescendo exponencialmente a articulação de ações e programas de geração de trabalho e renda, que têm como público-alvo prioritário os membros de famílias beneficiárias do PBF. Dentre os mais diversos exemplos, merece destaque o Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional (Planseq Bolsa Família). A ação prevê a capacitação (diretamente atrelada à inserção no mercado de trabalho) de cerca de 200 mil beneficiários do PBF com mais de 18 anos de idade e que tenham completado, pelo menos, a quarta série do Ensino Fundamental.

No Estado da Bahia, o Planseq Bahia é inicialmente voltado para 9.380 beneficiários do PBF residentes na Região Metropolitana de Salvador, que serão capacitados

para trabalhar nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no setor da construção civil. Trata-se, portanto, de, simultaneamente, promover a inclusão produtiva de membros das famílias beneficiárias do PBF e criar sinergia entre a qualificação social e profissional com as demandas específicas por mão-de-obra, oriundas dos investimentos em curso.

Uma grande lacuna que ainda perdura acerca das externalidades positivas do PBF são os seus desdobramentos na socioeconomia local. Aliás, essa poderia ser uma das linhas de pesquisa dos críticos de plantão. São poucos os estudos que avaliam os efeitos multiplicadores do PBF nos municípios, sobretudo naqueles mais pobres do país.

Um primeiro aspecto que merece destaque é o fato de que, em 2007, em 80 municípios da Bahia (19,2% do total), o montante de recursos transferidos pelo PBF era equivalente a mais da metade do valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que se constitui na principal fonte de receita para a grande maioria dos municípios baianos. Em outros 217 municípios (52,0% do total), o repasse do PBF correspondia de um terço (33,3%) a 49,9% do valor do FPM.

Outro ponto importante é que os recursos recebidos pelas famílias beneficiárias são canalizados diretamente para o consumo, criando uma nova dinâmica nos mercados e socioeconomia locais, principalmente nos municípios de menor porte. Em função, sobretudo, da informalidade e da baixa monetização presentes em grande parte dos mercados locais dos menores municípios, esse efeito ainda não é devidamente captado por informações e indicadores tradicionais, a exemplo da arrecadação de ICMS. Entretanto, a Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), divulgada em outubro de 2007, demonstrou, no comparativo entre os beneficiários do PBF e não beneficiários, um dispêndio superior para os beneficiários, sendo a maior proporção destinada para o consumo de alimentos e itens de educação, além dos impactos positivos sobre os gastos com vestuário infantil.

Também merece destaque o fato de que, preferencialmente, o PBF transfere o benefício para a mulher residente no domicílio, seja ela a responsável (pessoa de referência) ou a cônjuge. Além de aumentar o *empoderamento* feminino — importante numa sociedade ainda marcada por contundentes desigualdades de gênero — assegura maior qualidade na alocação dos recursos em prol da família, sobretudo em relação às crianças residentes no domicílio.

O PBF ainda possui outros componentes extremamente meritórios, mas ainda pouco conhecidos pela sociedade. Um deles guarda relação com a gestão e o monitoramento do programa. O MDS, responsável pelo PBF, montou uma eficiente infra-estrutura, dotada de um notório quadro técnico — exemplo digno a ser seguido pela administração pública — que em pouco tempo desenvolveu, com maestria, sistemas de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e informação pública sobre o programa.

Cabe ainda mencionar a transparência do PBF. A cada mês de referência do pagamento do benefício, o MDS e a CAIXA disponibilizam, inclusive pela Internet, com acesso irrestrito, a lista completa de todos os beneficiários do PBF em cada município brasileiro.

Estes são apenas alguns dos principais aspectos atrelados à importância socioeconômica do Programa Bolsa Família. Infelizmente, os destaques da mídia, sobretudo a televisiva, e o ainda presente conservadorismo elitista, que se nega a aceitar uma sociedade mais justa e igualitária, preferem enaltecer e dar visibilidade aos raríssimos casos de desvio de conduta de um ou outro beneficiário do programa ou de algum político ou gestor público que tentou ou usou o programa em benefício próprio. Entretanto essa não é a realidade para os 6 milhões de baianos e 44 milhões de brasileiros que residem em famílias cobertas pelo programa e que, gradativamente, vão resgatando a cidadania.

Investimentos industriais deverão gerar um volume de aproximadamente R\$ 19 bilhões

O volume global dos investimentos industriais previstos agrega 500 projetos de empresas de diversos setores com a intenção de investir no estado e devem gerar perto de 81.075 mil empregos diretos.

No que se refere aos Territórios de Identidade, boa parte dos investimentos está concentrada no território Metropolitano de Salvador, com um volume de aproximadamente R\$ 4,3 bilhões e 239 projetos previstos. Em seguida vem o Extremo Sul, com R\$ 3,7 bilhões em investimentos previstos e 16 projetos em vistas de implantação. Na seqüência, o Sertão Produtivo agrega R\$ 3,7 bilhões e 4 empresas com intenção de investimento. Neste território, a atividade mineral e de beneficiamento vem se destacando, principalmente a extração de minérios.

Por atividade econômica, os investimentos estão concentrados na extração de minerais não-metálicos, que agrega aproximadamente R\$ 3,8 bilhões, correspondendo a 19,2%; papel e celulose (R\$ 3,0 bilhões em 16 projetos), correspondendo a 15,6% do total dos investimentos previstos e voltados principalmente para a atividade de fabricação de papel. Destaca-se também a atividade de petróleo e derivados, que deverá investir, entre implantações e ampliações, cerca de R\$ 2 bilhões e engloba 5 projetos; alimentos e bebidas (R\$ 1,7 bilhão e 94 projetos); e produtos químicos (R\$ 2,7 bilhões e 102 projetos).

A política de atração de investimentos industriais, adotada pelo governo do estado da Bahia, vem contribuindo significativamente para a diversificação do parque industrial e para a mudança gradativa na matriz industrial do estado, com a vinda de empreendimentos dos mais variados portes e segmentos. Esta ação governamental, com o objetivo de desenvolver o setor industrial baiano, vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, cujo objetivo é conceder benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.





Tabela 01
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2008 - 2012

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº de projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	1.724.525.907	98	8,71	19,60
Atividade mineral e beneficiamento	6.042.528.611	30	30,50	6,00
Calçados/Têxtil/Confecções	956.715.397	57	4,83	11,40
Complexo madeireiro	3.102.092.945	22	15,66	4,40
Eletroeletrônico	156.129.345	52	0,79	10,40
Metal-mecânico	562.033.117	46	2,84	9,20
Químico-petroquímico	5.183.815.688	114	26,17	22,80
Transformação petroquímica	4.800.000	1	0,02	0,20
Reciclagem	755.366.483	67	3,81	13,40
Outros	1.320.590.019	13	6,67	2,60
Total	19.808.597.513	500	100	100

Fonte: SICM. Elaboração: COINC/SICM

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31.07.2008

Tabela 02
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade
2008 - 2012

Território	Volume (R\$1.000,00)	Nº. de projetos	Volume (%)	Projeto(%)
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	343.019.785	17	2	4
Bacia do Jacuípe	13.364.490	2	0	0
Baixo Sul	685.866.869	7	3	1
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0	1
Extremo Sul	3.695.520.366	16	19	3
Irecê	22.193.000	2	0	0
Itapetinga	189.270.227	12	1	2
Litoral Sul	64.437.557	41	0	9
Médio Rio das Contas	481.936.237	11	2	2
Metropolitana de Salvador	4.266.633.001	239	22	50
Oeste Baiano	617.441.098	14	3	3
Piemonte da Diamantina	22.975.297	2	0	0
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0	1
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0	0
Portal do Sertão	320.796.134	44	2	9
Recôncavo	2.339.047.268	21	12	4
Semi- Árido Nordeste II	5.278.840	1	0	0
Semi-Árido Nordeste II	7.057.782	1	0	0
Sertão do São Francisco	51.404.375	8	0	2
Sertão Produtivo	3.740.083.086	4	19	1
Sisal	12.500.000	4	0	1
Vale do Jiquiriçá	1.723.183.000	6	9	1
Velho Chico	3.000.000	1	0	0
Vitória da Conquista	88.007.136	18	0	4
A definir	1.062.349.667	19	5	4
Total	19.808.597.513	481	100	100

Fonte: SICM. Elaboração: COINC/SICM

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31.07.2008



Fonte: SICM. Elaboração: COINC/SICM

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/07/08

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.



↘ Crie seu cartograma no SideGeo

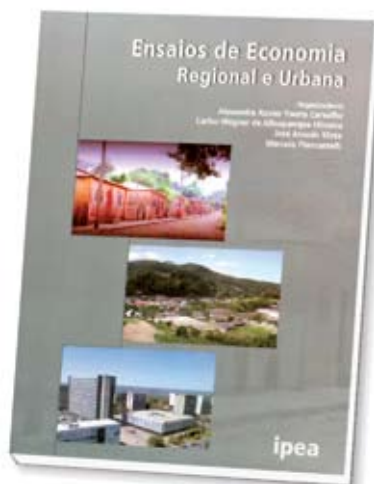
O site da SEI oferece uma nova ferramenta de integração de mapa georreferenciado do Estado com informações do Banco de Dados da instituição. O SideGeo permite ao usuário criar seu próprio cartograma, espacializando informações de seu interesse. Podem ser feitas pesquisas nas áreas social, econômica, geoambiental e de infra-estrutura. A ferramenta permite medir distâncias entre pontos localizados no território baiano, observar as coordenadas de um ponto escolhido, visualizar a divisão por Territórios de Identidade ou por Regiões Econômicas, averiguar os números da agropecuária, indústria e população da região pesquisada, entre outras informações.

Acesse www.sei.ba.gov.br e crie seu mapa.



DINÂMICA DOS MUNICÍPIOS

Este livro consiste numa compilação de textos produzidos por especialistas acerca dos municípios brasileiros. De forma geral, a publicação objetiva demonstrar alguns aspectos relacionados aos municípios, tais como: sistema de saúde, finanças públicas, violência, infra-estrutura familiar, migração, dentre outras. Ou seja, é dirigido àqueles profissionais que se interessam em estudar a dinâmica socioeconômica dos municípios brasileiros. Assim, é uma excelente fonte de informação e de conhecimento da realidade dos municípios brasileiros.



ENSAIOS DE ECONOMIA REGIONAL E URBANA

Esta é mais uma publicação do IPEA, originada de análises de especialistas em economia regional e urbana. Como o título indica, aborda questões relacionadas ao desenvolvimento regional, bem como ao financiamento e à integração das regiões brasileiras. Dadas as disparidades existentes entre essas regiões, é importante atentar para as causas passadas e atuais, bem como para as possibilidades de redução. O livro serve como um instrumento de trabalho para técnicos, políticos, empresários e outros que se interessem pelo desenvolvimento regional no Brasil.



INDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA

Nesta publicação tem-se a descrição da evolução das políticas de planejamento industrial na Bahia na segunda metade do século XX. Nesta análise, são demonstrados os resultados alcançados pela economia baiana, bem como as possibilidades futuras de dinamização do processo de industrialização. Em suma, a autora associa o processo de industrialização ao desenvolvimento regional, em particular, ao desenvolvimento da Bahia.



A ERA DA INDÚSTRIA: A ECONOMIA BAIANA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Este livro volta-se para a análise do processo de industrialização da Bahia desde os anos 50 até finais dos anos 90 do século XX. O autor relata pormenorizadamente como ocorreu todo o processo, desde a fase embrionária do planejamento até a fase de execução dos principais projetos industriais: Centro industrial de Aratu, Pólo Petroquímico de Camaçari e, mais recentemente, a industrialização de regiões mais afastadas da capital.



BALANÇO ENERGÉTICO DA BAHIA 2007

Esta obra apresenta os números relativos à produção, distribuição e consumo energético na Bahia. Identifica os pontos de estrangulamento e as oportunidades de utilização de novas fontes de energia capazes de dinamizar a economia baiana. Estatisticamente, a publicação consiste num aglomerado de informações que podem ser utilizadas para a análise técnica, bem como governamental, tendo um panorama completo de toda a demanda energética do estado.



INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A busca pela sustentabilidade tornou-se, nos últimos anos, um dos grandes desafios dos governantes mundiais. Esta publicação apresenta uma sistematização dos inúmeros temas relacionados à sustentabilidade: saneamento, economia, educação, saúde, poluição, atmosfera, dentre outros. Esta sistematização consiste na apresentação de números relativos a estes temas para o conjunto dos estados brasileiros. Tais informações são indispensáveis para se avaliar a predisposição do Brasil em não apenas enunciar o discurso da sustentabilidade, mas também praticá-la.

Todos os livros estão
disponíveis na biblioteca
da SEI

Conjuntura Econômica Baiana



A economia baiana fechou o primeiro semestre de 2008 com expansão nos seus principais indicadores. Vendas do comércio varejista, produção industrial, balança comercial e mercado de trabalho mantiveram a tendência verificada no final de 2007 e início de 2008.

A produção da indústria baiana de transformação registrou, segundo a PIM-IBGE, crescimento de 4,8% no primeiro semestre de 2008, na comparação com o mesmo período de 2007. Os segmentos que registraram as maiores altas foram: celulose, papel e produtos de papel (29,8%), borracha e plástico (18,0%), minerais não-metálicos (10,2%) e refino de petróleo (3,3%). O setor de produtos, com forte peso na indústria baiana, registrou queda de 1,4%.

A balança comercial baiana registrou, até o mês de julho de 2008, expansão tanto das exportações quanto das importações. Nesse período, as exportações registraram crescimento de 34,3%, com valor total exportado de US\$ 5,3 bilhões, enquanto as importações cresceram 28,7%, totalizando US\$ 3,9 bilhões. No período, o saldo comercial fechou com superávit de US\$ 1,4 bilhão.

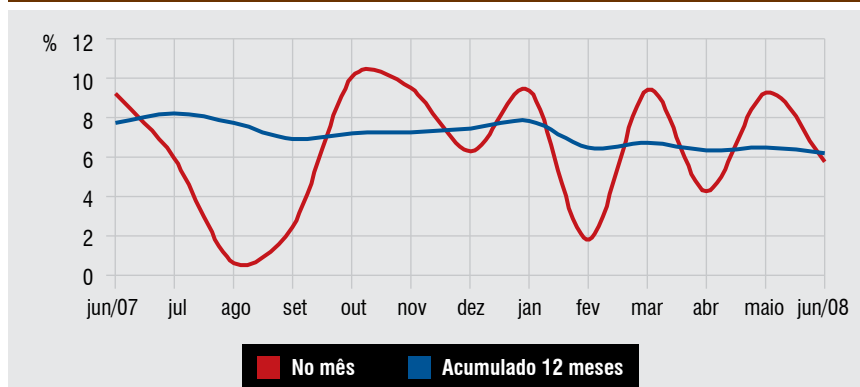
Não obstante a pequena retração no nível de expansão, o comércio varejista fechou o primeiro semestre com crescimento expressivo de 8,5%. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: outros artigos de uso pessoal e doméstico (23,7%), livros, jornais e papelaria (21,4%) e móveis e eletrodomésticos (19,7%). As vendas de veículos, motos e peças registraram crescimento de 20,0% no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 4,0% entre janeiro e julho de 2008. A despeito de estar 1,8 p.p. acima do nível registrado no mesmo período do ano anterior, observa-se um ligeiro arrefecimento na alta dos preços na capital baiana. Esse arrefecimento é observável no índice trimestral, que ficou em 1,5% em julho. Esse mesmo índice, em fevereiro, chegou a 2,1%.

No mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa média de desemprego em 2008 está em 20,6%, enquanto o rendimento médio dos trabalhadores apresenta crescimento de 4,0%.

O Índice de Movimentação Econômica (IMEC), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou, em junho de 2008, crescimento de 5,7% na comparação com o mesmo mês de 2007. Esse resultado é bem inferior ao registrado no mês de maio (9,3%). Em decorrência dessa queda, o índice no acumulado dos doze meses também apresentou redução, ao passar de 6,5% em maio para 6,2% no mês seguinte.

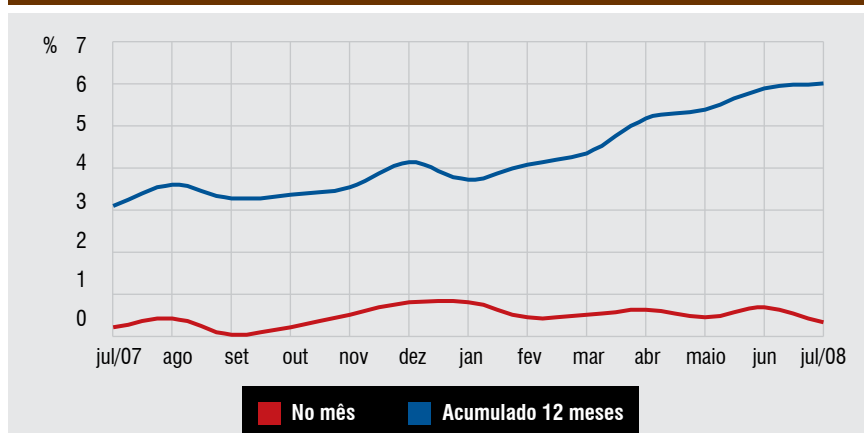
Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

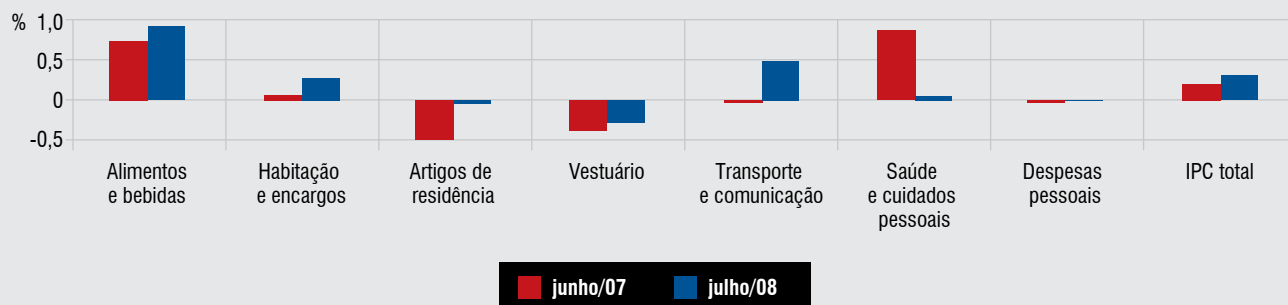
No mês de julho de 2008, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,32%, taxa superior à registrada no mesmo mês do ano passado, quando teve acréscimo de 0,21%. No acumulado dos doze meses, a tendência de elevação dos preços foi mantida, porém em um ritmo menos acelerado, uma vez que se verifica acréscimo de apenas 0,1 p.p., passando de 5,9% para 6,0%. Alimentos e bebidas (14,9%) e despesas pessoais (4,8%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

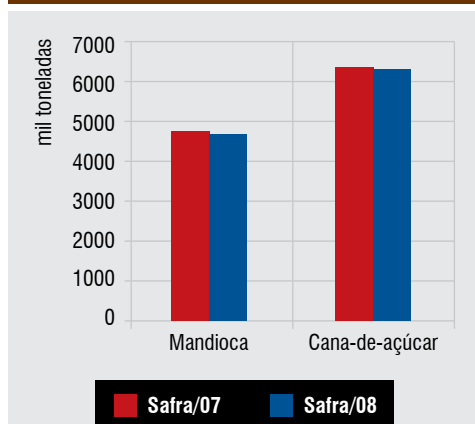
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

Os grupos alimentos e bebidas (1,0%) e transporte e comunicação (0,5%) apresentaram, no mês de julho, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos alimentos prontos (2,5%) e transporte (0,6%) foram os que apresentaram as maiores variações no período, determinadas pelo aumento de alguns produtos, tais como: refeição pronta (4,5%); massa pronta para viagem (2,4%); passagem de ônibus interestadual (8,3%); óleo lubrificante (3,9%); e álcool combustível (3,9%). Os grupos de vestuário (-0,3%), saúde e cuidados pessoais (-0,3%), artigos de residência (0,1%) e despesas pessoais (-0,01%) registraram variação negativa no referido mês.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia

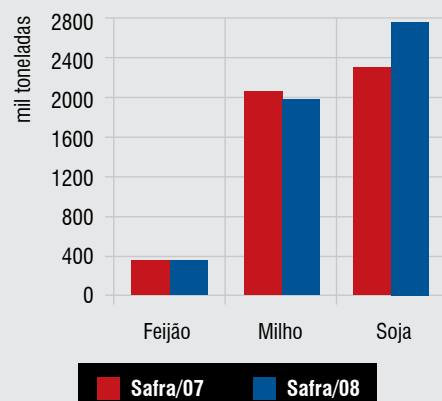


Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Os resultados para a safra baiana de agosto de 2008, divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apresentam previsões de queda de 2,1% para a produção de mandioca no estado. A cana-de-açúcar também segue a mesma tendência, com queda de produção em torno de 2,3% em relação à safra anterior, que foi influenciada positivamente pelos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo.

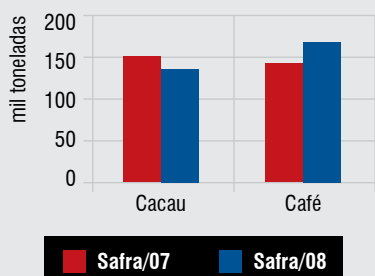
As estimativas de agosto de 2008 para a safra de feijão apresentam estabilidade em relação ao ano anterior, chegando perto de 353 mil toneladas. O milho apresenta queda em relação à safra 2007, com variação de 3,9% na produção. Tal desempenho do milho é fruto, em especial, do desaquecimento da produção em relação ao ano anterior, que foi motivado pelos mercados internacionais. A produção de soja apresenta crescimento de 19,6%, mantendo comportamento positivo em relação à safra anterior. As boas condições climáticas favorecem o cultivo no Oeste.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

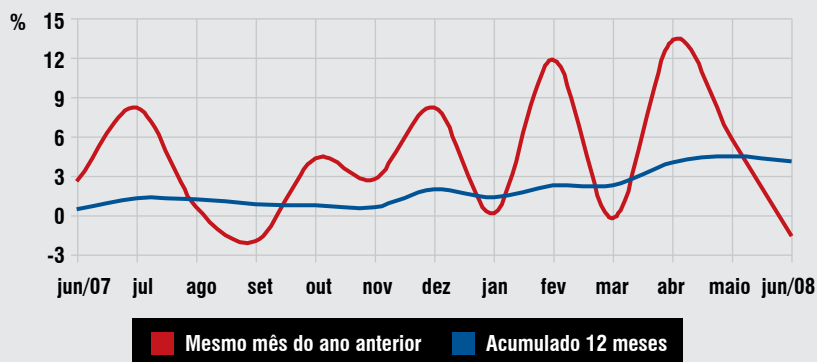
Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

As estimativas para a produção de cacau em maio de 2008 são de queda (10,1%) em relação ao desempenho do ano passado, ficando em torno de 134 mil toneladas. Já a safra de café este ano apresenta crescimento de 18,1%. Esse crescimento pode ser explicado, principalmente, pela superação da fase de baixa no ano passado, na qual os produtores enfrentaram a prática de podas drásticas (recepta), aliadas ao menor índice de ocorrência de floradas na região do planalto (tradicional), ao baixo uso de insumos, à substituição do café pelo eucalipto e à bianualidade negativa.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia

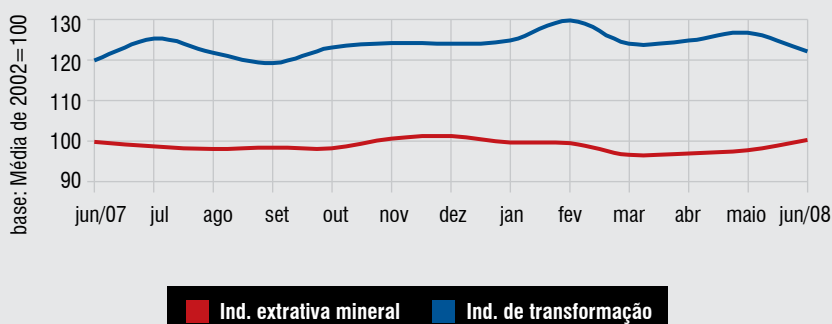


Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

A indústria de transformação baiana fechou o primeiro semestre de 2008 com crescimento de 4,7%. No mesmo período de 2007, o crescimento foi de apenas 0,4%. Em junho, o índice apontou queda de 1,45 na produção industrial baiana. No acumulado dos doze meses, a produção industrial registrou queda de 0,4 p.p. entre os meses de maio e junho, recuando de 4,6% para 4,2%, respectivamente. Ainda nesse último indicador, os segmentos que apresentaram as maiores altas foram: papel e celulose (17,4%), borracha e plástico (17,3%) e minerais não-metálicos (9,6%).

A série livre de influências sazonais da indústria de transformação apresenta queda, em junho, de 3,7%, quando comparada com o mês imediatamente anterior. Os segmentos da indústria que apresentaram as maiores retrações foram: produtos químicos (-18,0%), borracha e plástico (-11,5%) e alimentos e bebidas (-2,5%). Celulose, papel e produtos de papel (8,5%), metalurgia básica (8,3%) e minerais não-metálicos (5,2%) foram os únicos setores que apresentaram crescimento. Já a indústria extrativa apresentou acréscimo de 2,6% no mesmo período.

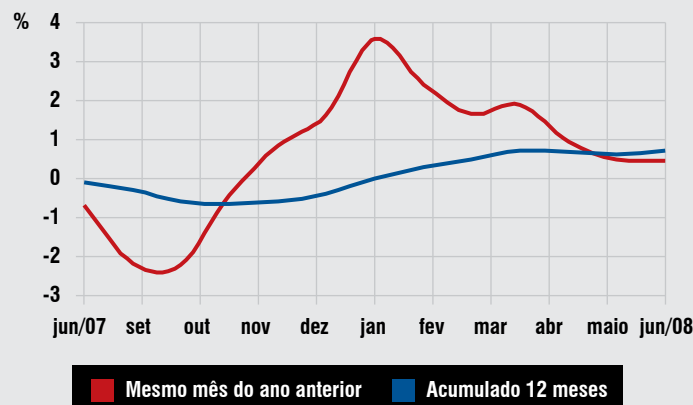
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



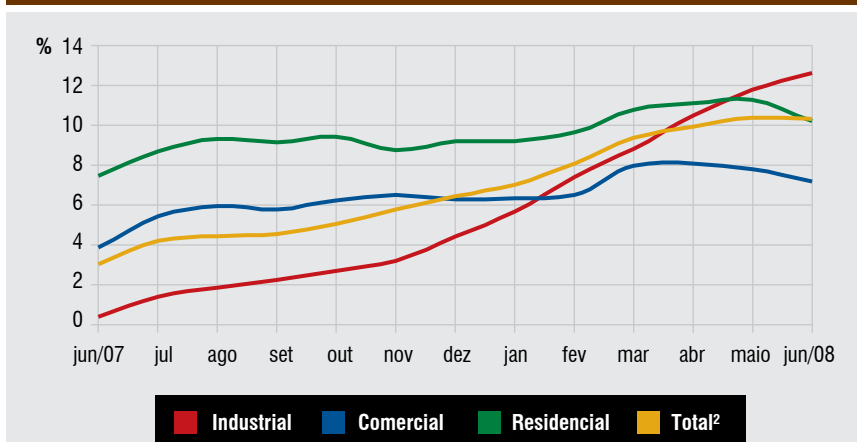
Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em junho de 2008, crescimento de 0,5% em relação ao mesmo mês de 2007. No acumulado dos doze meses, a taxa fechou com crescimento de 0,7%, mantendo a tendência de crescimento na geração de empregos na indústria, que se mantém desde dezembro de 2007. Com relação ao acumulado dos doze meses, cabe destacar os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento na expansão dos postos de trabalho: máquinas e equipamentos, exclusive elétrico-eletrônicos, de precisão e de comunicações (22,6%); vestuário (8,7%); e calçados e couros (6,3%).

Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

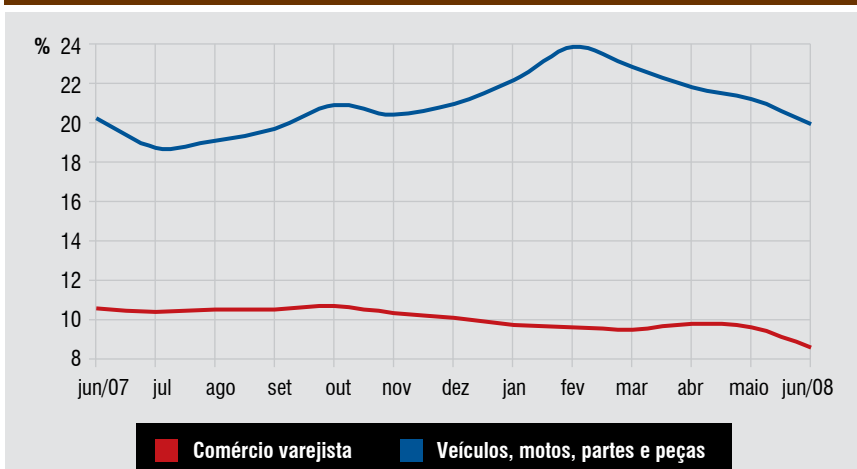
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

Fonte: COELBA/CO/CGM Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA e CHESF

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de junho de 2008, acréscimo de 8,6% em relação ao mesmo mês de 2007, fechando o primeiro semestre com crescimento de 12,9%. No acumulado dos doze meses, o consumo de energia elétrica registra expansão de 10,4%, com destaque para a expansão verificada nos setores industrial (12,7%), residencial (10,3%) e comercial (7,2%).

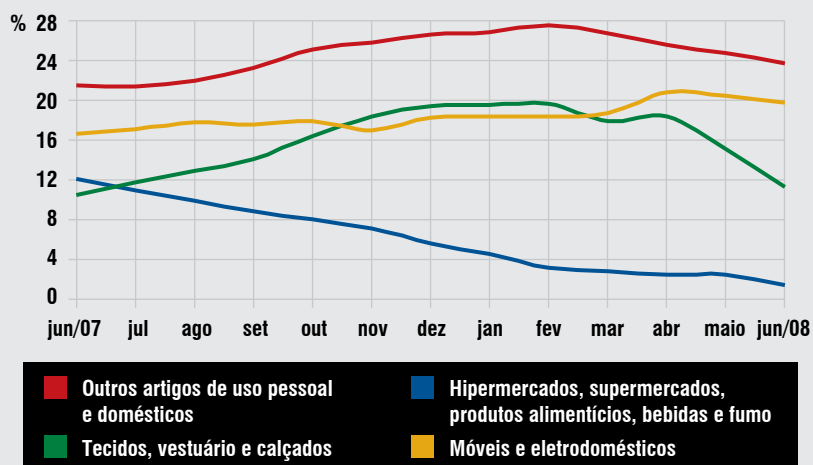
Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia

Fonte: PMC-IBGE Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) revelam que, em junho/08, o volume de vendas do varejo baiano cresceu 2,8%, comparado a junho de 2007 e 7,7% no acumulado do ano. Considerando a semestralidade, sete das oito atividades que compõem o Indicador do volume de vendas do comércio varejista obtiveram variações positivas. No segmento de veículos, motos e peças, que não faz parte do setor, observou-se, no período, um crescimento de 18,9%. Para os últimos 12 meses a expansão nas vendas desse setor foi de 20,0%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



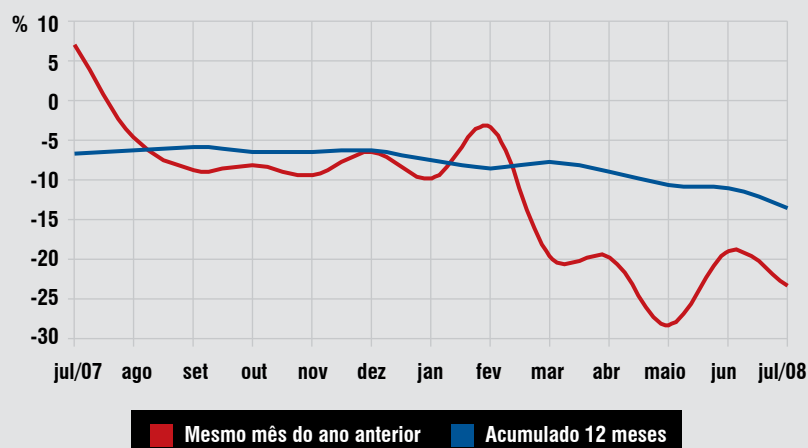
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

A análise do primeiro semestre de 2008 revela que o segmento de hipermercado, produtos alimentícios, bebidas e fumo foi o ramo que mais sentiu o efeito da base comparativa elevada no período. Este, associado ao aumento dos preços dos produtos alimentícios, determinou, para o ramo, o comportamento negativo de 0,7%. A despeito da queda, no acumulado dos últimos 12 meses, a variação continua positiva em 1,2%.

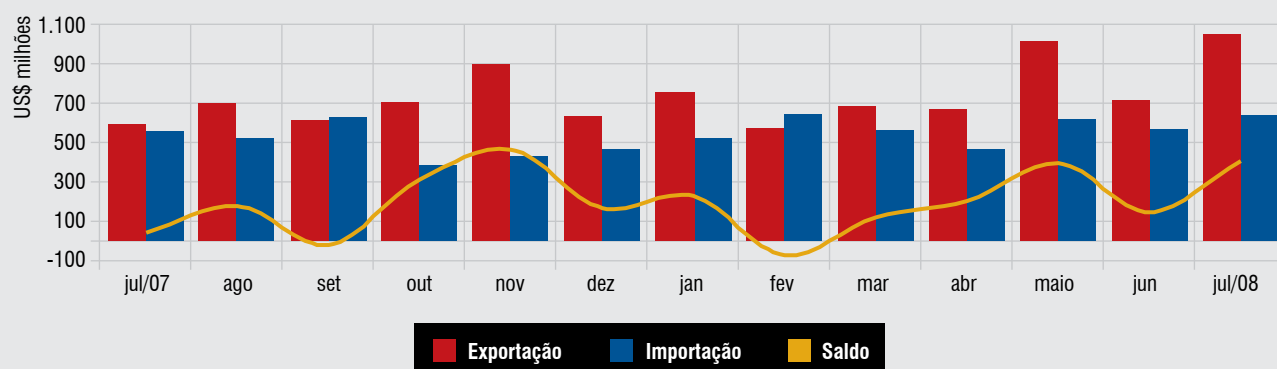
Em julho de 2008 foram emitidos 313,7 mil cheques sem fundos na Bahia, o que representa queda de 21,0% na comparação com o mesmo mês de 2007. As sucessivas taxas negativas registradas desde julho de 2007 determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 têm-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com o percentual de 12,2% em julho de 2008.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen. Elaboração: CAC - SEI

Balança comercial - Bahia

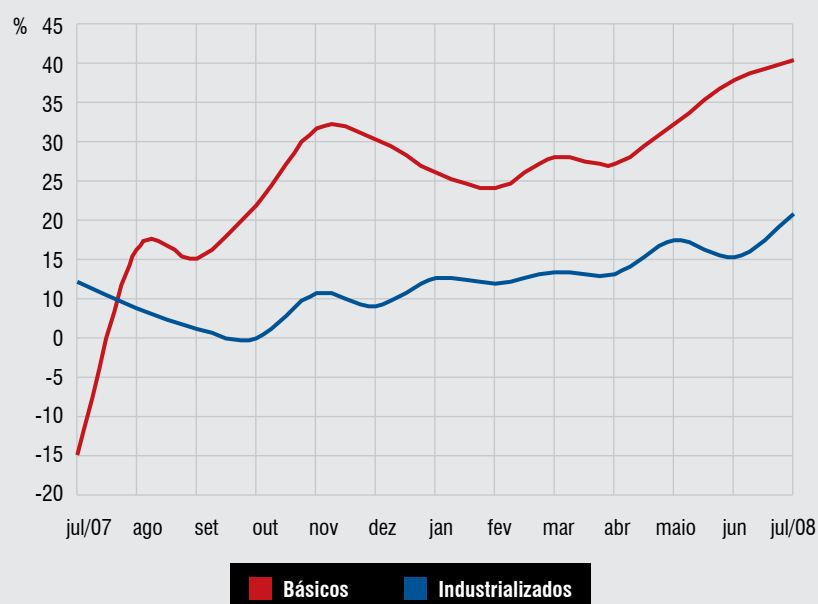


Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

As exportações baianas somaram, em julho de 2008, US\$ 1,02 bilhão e as importações US\$ 626,4 milhões, resultando num superávit mensal de US\$ 393,6 milhões. Confrontando julho de 2008 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações baianas registraram crescimento de 76,0%, enquanto as importações cresceram apenas 15,7%. No ano, até o mês de julho, a balança comercial baiana registra superávit de US\$ 1,4 bilhão.

As exportações por fator agregado, na comparação entre julho de 2008 e julho de 2007, registraram crescimento tanto nas vendas de produtos básicos (68,9%), como nas vendas de produtos industrializados (77,9%). Já no acumulado dos 12 meses, tanto as exportações dos básicos como os industrializados registraram variações positivas de 40,2% e 21,7%, respectivamente; ou seja, as exportações de produtos básicos estão crescendo duas vezes mais que a de produtos industrializados. Destaca-se que até julho de 2007 o processo era inverso, isto é os produtos industrializados apresentavam taxas de crescimento acima dos produtos básicos.

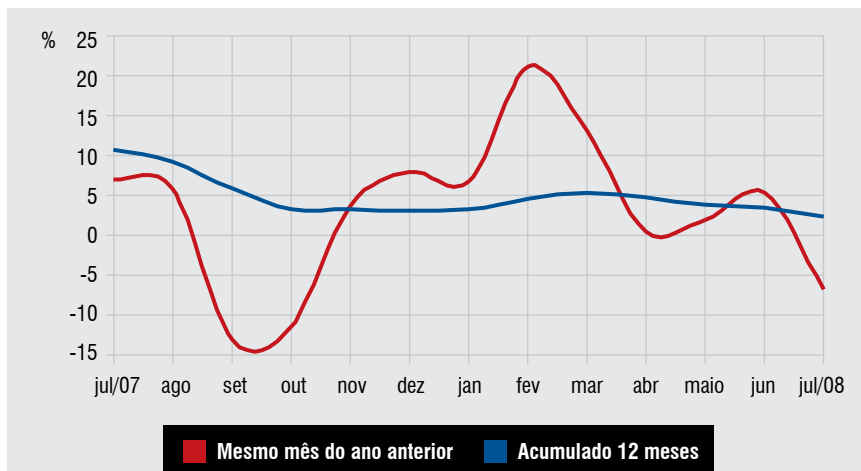
Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ - Bahia



Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia

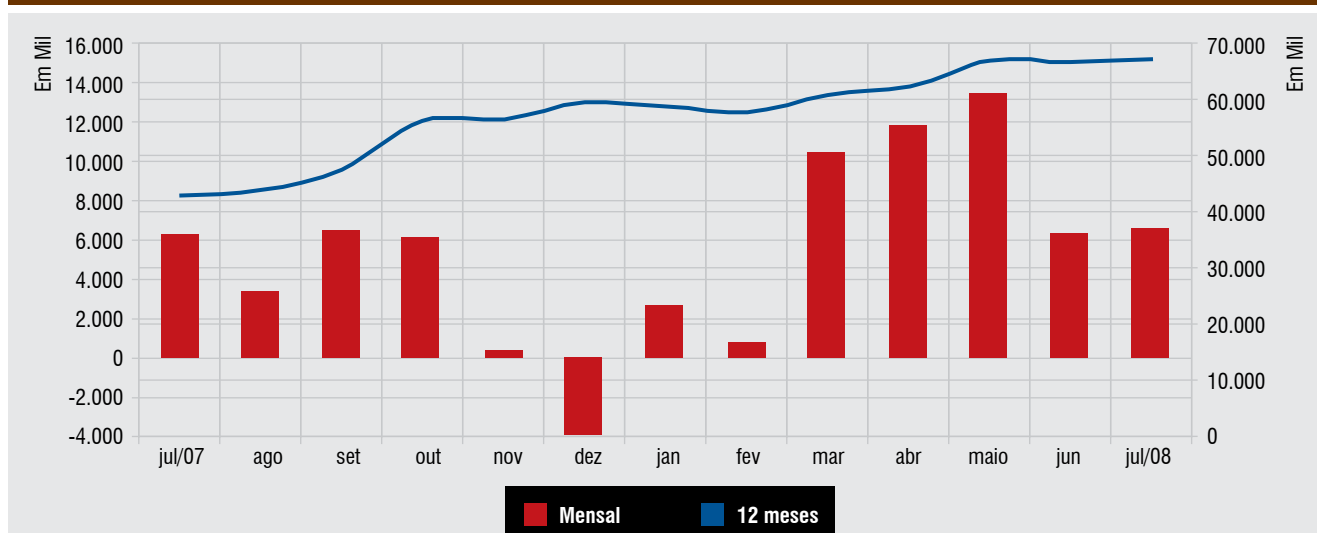


Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP. Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, em julho de 2008, queda de 6,8% na comparação com o mesmo mês de 2007. Nesse mês, a arrecadação foi de R\$ 725,7 milhões. No 1º semestre, a arrecadação total alcançou R\$ 5,5 bilhões, com crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no acumulado dos doze meses, a arrecadação mantém tendência de queda, fechando em junho de 2008 com crescimento de 2,6%, queda de 1,2 p.p. em relação a maio do mesmo ano.

Em julho, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia foi de 6.685, superior ao mês de junho, porém inferior aos meses de março, abril e maio. A despeito da queda registrada nos dois últimos meses, quando se observa o acumulado dos doze meses, o saldo alcançou o seu maior nível, chegando a 65.532 postos de trabalho.

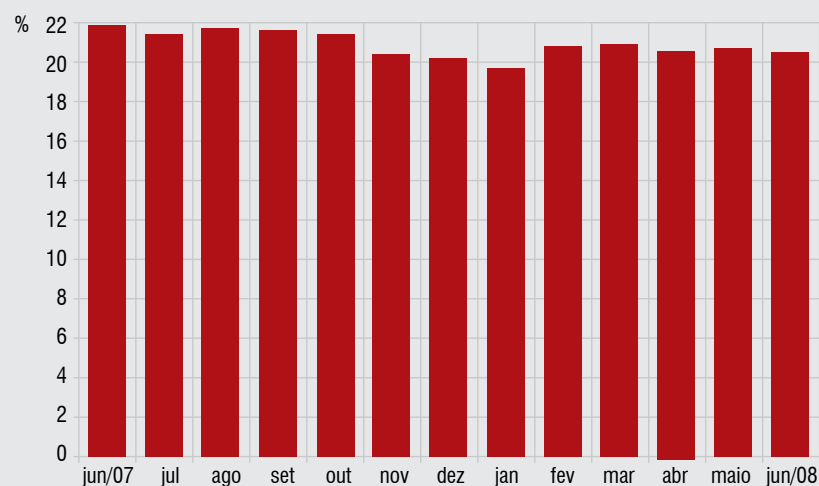
Geração de empregos celetistas na Bahia



Fonte: CAGED. Elaboração: CAC - SEI

Conforme os dados captados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no mês de junho/2008, a Taxa de Desemprego situou-se em 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, a demanda por trabalho, configura-se com a menor taxa desde 1997. Este resultado reflete a redução na taxa de desemprego aberto de 14,0% para 12,2%, já que a taxa de desemprego oculto aumentou de 8,0% em junho de 2007 para 8,4% em junho de 2008. E, mais ainda, no cotejamento com junho/07, a PEA apresentou redução de -0,2%; comparando-se com maio/08, a redução foi de -0,1%.

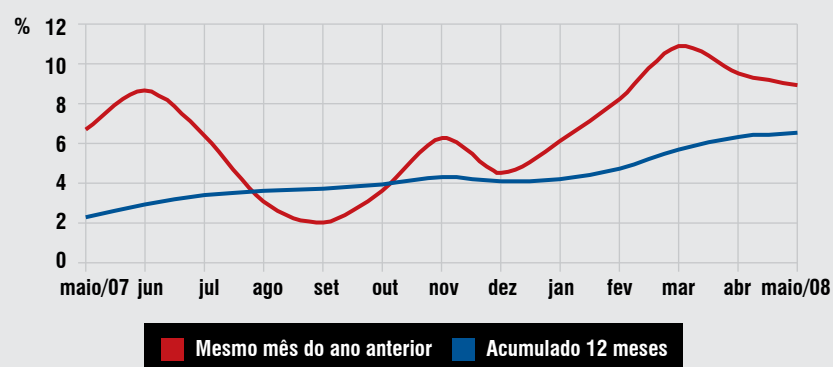
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC - SEI

O rendimento médio real dos ocupados no mês de maio de 2008, em comparação ao mesmo mês de 2007, apresentou alta de 2,6%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador (RMS); O valor desse rendimento foi estimado em R\$ 929,00 no período. Quanto à massa de rendimentos, verificou-se um incremento de 2,3%, segundo a mesma pesquisa.

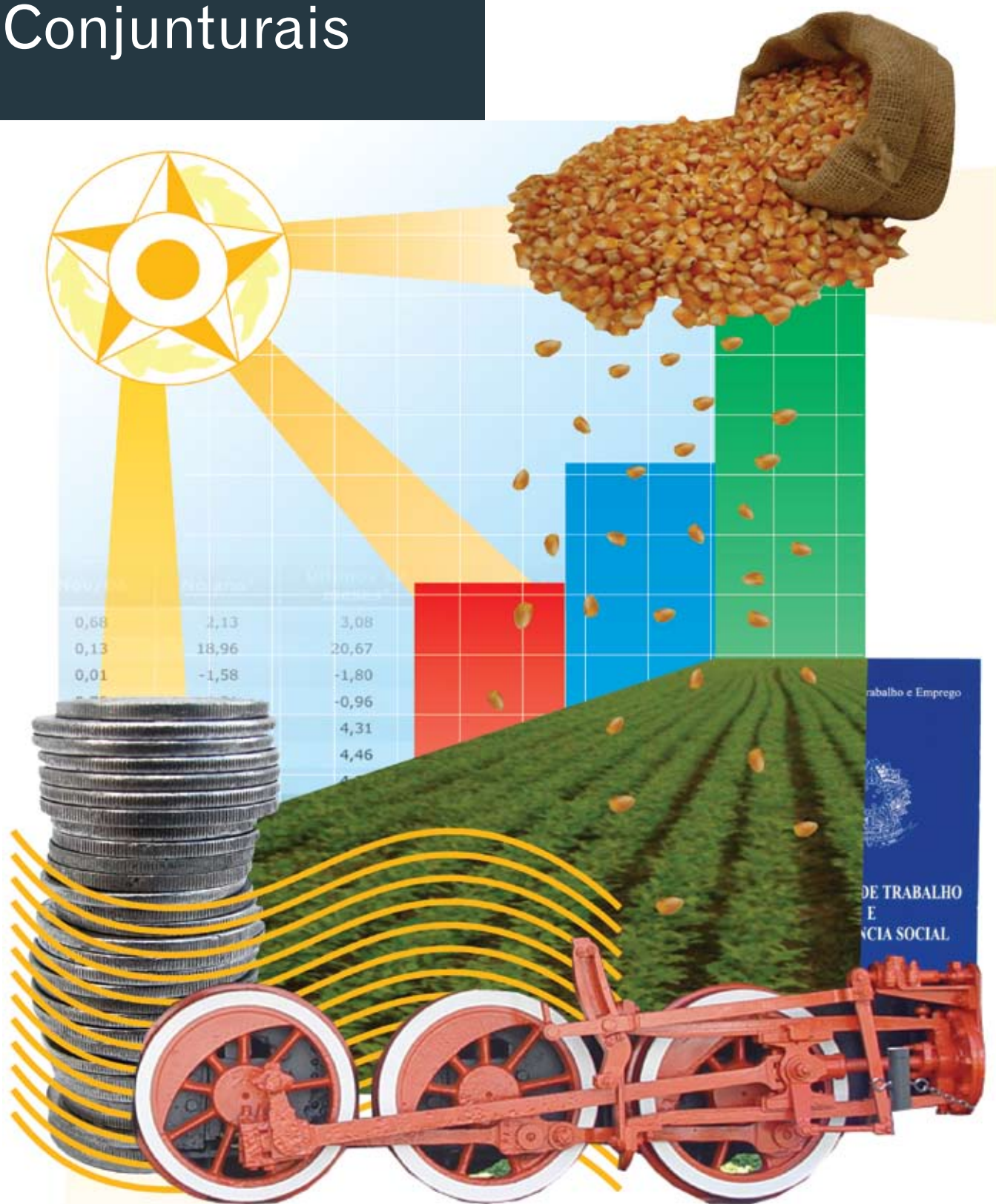
Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Ocupados no trabalho principal

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: jul./2008						
Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	julho/07	julho/08	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07 = 100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,76	0,95	8,14	14,94	115,98	283,98
Habituação e encargos	0,07	0,29	0,57	3,40	103,79	711,56
Artigos de residência	-0,51	-0,05	-1,61	-2,45	96,17	221,30
Vestuário	-0,40	-0,29	0,47	-0,73	100,40	180,05
Transporte e comunicação	-0,03	0,51	2,88	3,38	103,13	739,47
Saúde e cuidados pessoais	0,90	0,05	6,51	7,84	109,13	365,74
Despesas pessoais	-0,03	-0,01	3,88	4,80	105,40	415,79
Geral	0,21	0,32	3,97	6,02	106,49	357,98

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: jul./2008					
Capitais	Valor da	Variação	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
	cesta (R\$)	no mês ¹ (%)	No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	196,6	2,5	14,9	37,5	51,50
Belém	211,1	0,6	11,1	36,6	55,30
Belo Horizonte	247,0	4,7	20,6	52,1	64,70
Brasília	236,7	2,2	22,5	37,4	61,99
Curitiba	244,3	7,4	30,5	45,6	63,99
Florianópolis	238,5	0,2	25,0	37,7	62,48
Fortaleza	199,5	1,7	26,0	52,5	52,25
Goiânia	204,2	-3,6	7,9	34,1	53,49
João Pessoa	194,9	0,2	25,7	35,8	51,05
Natal	211,6	0,1	26,0	42,7	55,43
Porto Alegre	259,3	5,1	21,8	29,0	67,91
Recife	197,4	-1,7	27,0	37,6	51,69
Rio de Janeiro	240,0	1,6	23,4	35,1	62,87
Salvador	195,7	5,5	23,3	41,9	51,24
São Paulo	252,1	2,8	17,5	34,8	66,04
Vitória	230,2	4,4	21,5	40,3	60,29

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2007 / 2008

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2007 ²	2008 ³	Variação (%)	2007 ²	2008 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	195.188	151.368	-22,5	21.513	24.794	15,3
Algodão herbáceo	1.045.240	1.194.402	14,3	3.480	3.787	8,8
Alho	5.583	4.382	-21,5	6.953	6.836	-1,7
Amendoim	8.719	7.198	-17,4	1.101	1.070	-2,8
Arroz total	41.547	41.157	-0,9	1.810	1.602	-11,5
Arroz sequeiro	35.709	35.650	-0,2	1.810	1.489	-17,7
Arroz irrigado	5.838	5.507	-5,7	3.139	3.145	0,2
Batata-inglesa	274.495	291.820	6,3	39.130	39.768	1,6
Cana-de-açúcar	6.275.410	6.219.690	-0,9	57.369	57.498	0,2
Cebola	234.675	245.388	4,6	23.087	23.491	1,7
Feijão total	350.944	352.514	0,4	636	686	7,8
Feijão 1ª safra	134.926	111.327	-17,5	602	602	0,0
Sequeiro	57.521	31.417	-45,4	625	469	-25,0
Irrigado	11.280	14.601	29,4	3.592	2.926	-18,5
Caupi	66.125	65.309	-1,2	512	578	12,9
Feijão 2ª safra	216.018	241.187	11,7	660	733	11,1
Sequeiro	189.311	191.008	0,9	635	662	4,3
Irrigado	15.448	35.060	127,0	2.391	2.588	8,2
Caupi	11.259	15.119	34,3	495	563	13,7
Fumo	12.603	9.288	-26,3	1.011	1.005	-0,6
Mamona	73.777	99.312	34,6	611	825	35,0
Mandioca	4.710.015	4.609.098	-2,1	12.840	13.145	2,4
Milho total	2.045.598	1.966.373	-3,9	2.859	2.624	-8,2
Milho 1ª safra	1.525.923	1.466.165	-3,9	3.249	3.703	14,0
Sequeiro	1.072.312	1.293.650	20,6	3.118	3.443	10,4
Irrigado	80.611	172.515	114,0	7.364	8.557	16,2
Milho 2ª safra	519.675	500.208	-3,7	1.441	1.415	-1,8
Sequeiro	518.570	495.590	-4,4	1.439	1.407	-2,2
Irrigado	1.105	4.618	317,9	2.908	3.694	27,0
Soja	2.298.000	2.747.634	19,6	2.700	3.036	12,4
Sorgo granífero	81.967	103.804	26,6	1.739	1.595	-8,3
Tomate	219.735	254.730	15,9	39.908	44.974	12,7
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	1.289.463	1.413.767	9,6	15.020	15.456	2,9
Cacau	148.703	133.943	-9,9	275	260	-5,5
Café	140.565	167.496	19,2	955	1.083	13,4
Castanha-de-cajú	6.345	5.409	-14,8	236	224	-5,1
Coco-da-baía ⁴	628.888	593.401	-5,6	7.712	7.176	-7,0
Guaraná	1.885	2.068	9,7	295	317	7,5
Laranja ⁵	804.247	1.026.181	27,6	14.992	16.944	13,0
Mamão ⁵	890.317	1.113.334	25,0	54.951	64.066	16,6
Pimenta-do-reino	3.597	4.255	18,3	2.257	2.393	6,0
Sisal	236.947	238.329	0,6	896	874	-2,5
Uva	120.654	101.766	-15,7	29.681	23.118	-22,1

Fonte: IBGE - LSPA/GCEA

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2007 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2008 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2007/ 2008

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2007 ²	2008 ³	Variação (%)	2007 ²	2008 ³	Variação (%)	2007 ²	2008 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	10.636	8.460	-20,5	9.073	6.105	-32,7	1.563	2.355
Algodão herbáceo	300.376	315.380	5,0	300.376	315.380	5,0	0	0
Alho	803	641	-20,2	803	641	-20,2	0	0
Amendoim	7.919	6.724	-15,1	7.919	6.724	-15,1	0	0
Arroz total	21.592	25.699	19,0	21.592	25.699	19,0	0	0
Arroz sequeiro	19.732	23.948	21,4	19.732	23.948	21,4	0	0
Arroz irrigado	1.860	1.751	-5,9	1.860	1.751	-5,9	0	0
Batata-inglesa	7.015	7.338	4,6	7.015	7.338	4,6	0	0
Cana-de-açúcar	111.046	109.882	-1,0	109.386	108.173	-1,1	1.660	1.709
Cebola	10.165	10.446	2,8	10.165	10.446	2,8	0	0
Feijão total	625.790	595.750	-4,8	551.540	513.970	-6,8	74.250	81.780
Feijão 1ª safra	298.547	266.765	-10,6	224.297	184.985	-17,5	74.250	81.780
Sequeiro	165.927	138.718	-16,4	92.038	66.953	-27,3	73.889	71.765
Irrigado	3.140	4.990	58,9	3.140	4.990	58,9	0	0
Caupi	129.480	123.057	-5,0	129.119	113.042	-12,5	361	10.015
Feijão 2ª safra	327.243	328.985	0,5	327.243	328.985	0,5	0	0
Sequeiro	298.048	288.577	-3,2	298.048	288.577	-3,2	0	0
Irrigado	6.460	13.545	109,7	6.460	13.545	109,7	0	0
Caupi	22.735	26.863	18,2	22.735	26.863	18,2	0	0
Fumo	12.465	9.243	-25,8	12.465	9.243	-25,8	0	0
Mamona	120.780	123.007	1,8	120.780	120.307	-0,4	0	2.700
Mandioca	397.922	388.606	-2,3	366.833	350.642	-4,4	31.089	37.964
Milho total	808.364	831.100	2,8	715.541	749.467	4,7	92.823	81.633
Milho 1ª safra	447.690	477.549	6,7	354.867	395.916	11,6	92.823	81.633
Sequeiro	436.744	457.389	4,7	343.921	357.756	4,0	92.823	99.633
Irrigado	10.946	20.160	84,2	10.946	20.160	84,2	0	0
Milho 2ª safra	360.674	353.551	-2,0	360.674	353.551	-2,0	0	0
Sequeiro	360.294	352.301	-2,2	360.294	352.301	-2,2	0	0
Irrigado	380	1.250	228,9	380	1.250	228,9	0	0
Soja	851.000	905.018	6,3	851.000	905.018	6,3	0	0
Sorgo granífero	47.135	65.223	38,4	47.135	65.053	38,0	0	170
Tomate	5.606	5.664	1,0	5.606	5.664	1,0	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	85.741	96.050	12,0	85.566	91.468	6,9	175	4.582
Cacau	596.430	559.884	-6,1	540.046	515.172	-4,6	56.384	44.712
Café	165.167	160.950	-2,6	151.792	154.716	1,9	13.375	6.234
Castanha-de-cajú	28.497	24.444	-14,2	28.370	24.146	-14,9	127	298
Coco-da-baía	81.565	83.168	2,0	81.487	82.692	1,5	78	476
Guaraná	6.399	6.683	4,4	6.399	6.528	2,0	0	155
Laranja	53.654	60.612	13,0	53.629	60.563	12,9	25	49
Mamão	16.217	17.439	7,5	16.191	17.378	7,3	26	61
Pimenta-do-reino	1.594	1.849	16,0	1.594	1.778	11,5	0	71
Sisal	284.571	279.289	-1,9	267.008	272.739	2,1	17.563	6.550
Uva	4.071	4.402	8,1	4.065	4.402	8,3	6	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA - Elaboração CAC/SEI

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2007 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2008 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia: jun./2008

	%		
Classes e Gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria Geral	-1,3	4,6	4,1
Extrativa Mineral	0,7	1,1	2,0
Indústria de Transformação	-1,4	4,7	4,2
Alimentos e bebidas	3,9	2,9	2,8
Celulose, papel e produtos de papel	42,6	29,8	17,4
Refino de petróleo e álcool	-1,9	3,3	2,8
Produtos químicos	-20,0	-1,4	1,7
Borracha e plástico	21,6	17,3	17,3
Minerais não metálicos	14,5	10,2	9,6
Metallurgia básica	8,5	5,6	2,9
Veículos automotores	0,4	1,9	0,0

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: jun./2007 – jun./2008

	%		
Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Junho 2007	2,7	0,4	0,7
Julho	8,2	1,5	1,4
Agosto	0,8	1,4	1,4
Setembro	-1,7	1,1	1,0
Outubro	4,4	1,4	0,9
Novembro	2,8	1,6	0,8
Dezembro	8,2	2,1	2,1
Janeiro	0,4	0,4	1,5
Fevereiro	11,7	5,7	2,4
Março	0,0	3,8	2,4
Abril	13,2	6,0	4,1
Maio	5,9	6,0	4,6
Junho 2008	-1,4	4,7	4,2

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: jun./2008				
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	6,0	-1,0	1,1	13,0
Residencial	-6,6	2,4	10,4	10,3
Industrial ¹	-9,1	16,1	19,2	12,7
Comercial	-6,8	4,0	7,7	7,2
Utilidades públicas ²	-4,5	-5,1	0,8	2,6
Setor público	-5,8	8,1	5,5	3,8
Concessionária	-5,0	-1,7	-3,0	-1,5
Total	-7,2	8,6	12,9	10,4

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA e CHESF

² Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: jun./2008			
Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	2,8	7,7	8,5
Combustíveis e lubrificantes	5,7	11,8	9,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,1	-0,7	1,2
Hipermercados e supermercados	-6,3	-0,7	1,9
Tecidos, vestuário e calçados	-5,7	2,2	11,2
Móveis e eletrodomésticos	14,8	21,3	19,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	11,6	13,0	12,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	28,5	21,6	21,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	25,1	12,7	8,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,3	22,0	23,7
Veículos, motos e peças	14,0	18,9	20,0
Material de construção	16,1	12,4	9,5

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia: jul./2007 – jul./2008

%

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum. ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum. Ano ³
Julho 2007	12,7	0,8	-4,1	8,9	11,8	7,1
Agosto	-4,4	-6,7	-4,5	-0,2	4,9	6,9
Setembro	-11,1	-9,9	-5,0	-11,0	2,0	6,3
Outubro	19,3	-3,9	-4,9	19,8	8,3	6,5
Novembro	-8,8	-8,6	-5,2	-7,8	0,8	6,0
Dezembro	-3,5	-10,4	-5,7	-0,3	-1,0	5,4
Janeiro	14,3	-9,3	-9,3	16,7	5,1	5,1
Fevereiro	-16,4	-5,4	-7,6	-15,9	9,9	7,3
Março	1,0	-10,9	-8,6	2,4	0,6	5,1
Abril	-6,5	-15,9	-10,4	-3,0	-0,2	3,8
Maiο	-1,6	-18,2	-11,9	0,0	-4,1	2,2
Junho	1,2	-9,5	-11,6	1,1	5,0	2,6
Julho 2008	5,3	-15,5	-12,1	9,3	5,3	3,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - jun./2008				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego Total	20,6	19,6	24,3	
Desemprego aberto	12,2	11,5	15,0	
Desemprego oculto	8,4	8,2	9,3	
Participação (PEA/PIA)	59,7	59,9	58,8	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - jun./2008					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2007	13,9	13,5	60,8	61,6	
Fevereiro	13,9	13,7	60,7	61,2	
Março	14,7	14,5	60,8	61,7	
Abril	15,1	14,8	60,6	61,7	
Maio	14,5	14,2	61,2	62,1	
Junho	14,0	13,5	61,5	62,2	
Julho	13,4	12,9	61,5	62,0	
Agosto	13,3	12,5	61,1	61,7	
Setembro	13,2	12,6	61,1	62,0	
Outubro	13,6	12,9	61,5	62,3	
Novembro	13,5	12,9	61,5	62,3	
Dezembro	13,1	12,5	61,5	62,1	
Janeiro 2008	11,7	11,1	61,8	62,5	
Fevereiro	11,9	11,1	61,4	61,7	
Março	12,3	11,6	60,9	61,3	
Abril	12,6	12,0	60,1	60,3	
Maio	12,4	11,7	59,9	60,1	
Junho	12,2	11,5	59,7	59,9	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - jun./2008

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIÁ)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433
Fevereiro	1.785	136,1	1.387	132,6	398	149,6	1.155	126,1	60,7	22,3	3.439
Março	1.791	136,5	1.381	132,0	410	154,1	1.155	126,1	60,8	22,9	3.445
Abril	1.790	136,4	1.371	131,1	419	157,5	1.163	127,0	60,6	23,4	3.451
Mai	1.811	138,0	1.403	134,1	408	153,4	1.148	125,3	61,2	22,5	3.457
Junho	1.824	139,0	1.423	136,0	401	150,8	1.142	124,7	61,5	22,0	3.463
Julho	1.828	139,3	1.435	137,2	393	147,7	1.145	125,0	61,5	21,5	3.469
Agosto	1.821	138,8	1.424	136,1	397	149,2	1.158	126,4	61,1	21,8	3.475
Setembro	1.825	139,1	1.429	136,6	396	148,9	1.162	126,9	61,1	21,7	3.482
Outubro	1.841	140,3	1.445	138,1	396	148,9	1.152	125,8	61,5	21,5	3.488
Novembro	1.845	140,6	1.467	140,2	378	142,1	1.155	126,1	61,5	20,5	3.494
Dezembro	1.849	140,9	1.474	140,9	375	141,0	1.158	126,4	61,5	20,3	3.500
Janeiro 2008	1.862	141,9	1.493	142,7	369	138,7	1.151	125,7	61,8	19,8	3.506
Fevereiro	1.855	141,4	1.467	140,2	388	145,9	1.165	127,2	61,4	20,9	3.512
Março	1.844	140,5	1.457	139,3	387	145,5	1.183	129,1	60,9	21,0	3.518
Abril	1.824	139,0	1.445	138,1	379	142,5	1.210	132,1	60,1	20,8	3.524
Mai	1.822	138,9	1.443	138,0	379	142,5	1.220	133,2	59,9	20,8	3.531
Junho	1.820	138,7	1.445	138,1	375	141,0	1.229	134,2	59,7	20,6	3.537
Variação mensal											
jun-08/mai-08	-0,1		0,1		-1,1		0,7		-0,3		-1,0
Variação no ano											
jun-08/dez-07	-1,6		-2,0		0,0		6,1		-2,9		1,5
Variação anual											
jun-08/jun-07	-0,2		1,5		-6,5		7,6		-2,9		-6,4

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - jun./2008

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0
Fevereiro	8,5	5,8	15,8	33,4	27,4	8,1	1,0
Março	8,7	5,7	16,1	33,2	27,1	8,1	1,1
Abril	8,5	5,6	16,6	33,0	26,8	8,5	1,0
Maio	8,9	5,4	17,0	32,0	26,9	9,0	0,8
Junho	9,2	5,5	16,9	32,6	26,1	8,8	0,9
Julho	9,4	5,4	17,0	32,1	26,3	8,8	1,0
Agosto	9,3	5,3	16,8	32,4	26,5	8,8	0,9
Setembro	9,2	5,0	16,3	32,2	27,3	9,1	0,9
Outubro	9,1	5,0	15,9	33,1	26,8	9,1	1,0
Novembro	9,1	5,5	15,8	32,6	27,1	9,1	0,8
Dezembro	9,3	5,7	16,6	32,2	26,6	8,8	0,8
Janeiro 2008	9,4	6,3	16,5	31,6	26,8	8,6	0,8
Fevereiro	9,5	6,0	17,0	31,6	26,5	8,4	1,0
Março	9,2	5,8	16,1	31,9	27,5	8,2	1,3
Abril	9,0	4,9	16,2	32,5	28,1	8,0	1,3
Maio	8,4	5,2	15,7	33,7	27,7	8,0	1,3
Junho	8,7	5,5	15,3	34,0	27,1	8,4	1,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - jun./2008

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4
Fevereiro	64,7	40,0	10,6	14,0	21,4	18,4	3,1	3,6	8,1	2,2
Março	64,4	40,1	10,7	13,5	21,6	18,7	2,9	3,3	8,1	2,6
Abril	64,8	40,4	10,8	13,5	21,2	18,2	2,9	3,5	8,5	2,0
Maio	64,8	40,1	10,7	13,9	20,2	17,4	2,9	3,7	9,0	2,3
Junho	64,6	40,1	10,5	14,0	20,3	17,4	2,9	4,0	8,8	2,3
Julho	64,4	39,7	10,8	14,0	20,1	17,3	2,8	4,2	8,8	2,5
Agosto	64,3	39,9	10,9	13,5	20,7	17,9	2,8	4,0	8,8	2,2
Setembro	64,1	40,1	10,9	13,0	20,7	17,9	2,8	3,8	9,1	2,3
Outubro	64,4	40,4	10,7	13,2	20,6	17,9	2,8	3,5	9,1	2,4
Novembro	64,2	39,9	10,3	13,9	20,8	18,1	2,7	3,5	9,1	2,4
Dezembro	63,3	39,7	9,8	13,8	22,1	18,7	3,4	3,0	8,8	2,8
Janeiro 2008	61,9	39,3	9,7	12,8	23,4	19,3	4,1	2,9	8,6	3,2
Fevereiro	61,2	39,1	9,3	12,8	23,8	19,1	4,7	3	8,4	3,6
Março	61,9	38,6	9,7	13,6	23,2	18,9	4,3	3,5	8,2	3,2
Abril	63,2	38,7	10,1	14,4	22,5	18,6	3,9	3,4	8,1	2,8
Maio	63,8	39,1	10,7	14,0	22,5	19,2	3,4	3,2	8,0	2,5
Junho	64,8	39,7	10,9	14,3	21,6	18,9	2,8	2,9	8,4	2,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - maio/2008

R\$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ¹			Assalariados ²		
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2007	859,9	504,0	85,2	950,1	571,8	82,1
Fevereiro	836,9	497,1	82,9	924,7	560,6	79,9
Março	807,4	475,8	80,0	901,9	548,5	77,9
Abril	826,1	486,0	81,9	926,5	580,1	80,1
Maio	852,7	505,9	84,5	956,2	593,4	82,6
Junho	878,5	505,9	87,1	965,5	580,6	83,4
Julho	863,1	505,9	85,5	951,4	579,3	82,2
Agosto	850,9	512,1	84,3	946,4	588,4	81,8
Setembro	837,6	522,4	83,0	932,6	615,9	80,6
Outubro	846,5	521,4	83,9	942,9	625,7	81,5
Novembro	872,7	520,9	86,5	973,2	624,6	84,1
Dezembro	893,8	518,7	88,6	1010,0	621,7	87,3
Janeiro 2008	912,6	518,6	90,4	1033,8	616,7	89,3
Fevereiro	906,1	514,2	89,8	1006,6	611,7	87,0
Março	896,7	509,5	88,9	1004,5	611,6	86,8
Abril	905,5	525,4	89,7	1012,2	629,8	87,5
Maio	929,3	550,0	92,1	1047,6	655,0	90,5
Variação mensal						
Mai-08/Abr-08	2,6	4,7	2,6	3,5	4,0	3,5
Variação no ano						
Mai-08/Dez-07	4,0	6,0	4,0	3,7	5,4	3,7
Variação anual						
Mai-08/Mai-07	9,0	8,7	9,0	9,6	10,4	9,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício² Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de maio - 2008⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - maio/2008

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2007	302	470	554	882	2.356
Fevereiro	283	464	571	860	2.240
Março	303	433	540	809	2.191
Abril	331	453	546	823	2.253
Maio	374	462	520	857	2.323
Junho	379	461	533	887	2.390
Julho	366	448	561	874	2.333
Agosto	378	448	581	862	2.261
Setembro	415	463	591	847	2.160
Outubro	427	470	565	845	2.215
Novembro	366	481	576	876	2.304
Dezembro	371	494	569	918	2.339
Janeiro 2008	363	503	583	940	2.300
Fevereiro	402	494	581	909	2.323
Março	368	475	582	869	2.331
Abril	357	468	577	867	2.348
Maio	355	472	579	883	2.348

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de maio - 2008.**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹**
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - maio/2008

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2007	803	1.086	650	793	878	509
Fevereiro	783	1.037	660	772	857	495
Março	765	988	630	766	839	488
Abril	779	986	620	779	855	489
Maio	797	1.045	608	800	872	504
Junho	799	1.087	610	788	882	486
Julho	787	1.093	604	775	864	501
Agosto	791	1.072	617	767	867	507
Setembro	784	990	626	778	848	536
Outubro	784	992	642	774	853	508
Novembro	808	994	642	817	869	550
Dezembro	852	1.082	654	842	926	538
Janeiro 2008	869	1.089	658	855	939	563
Fevereiro	845	1.047	654	820	928	501
Março	829	1.097	653	800	905	528
Abril	842	1.167	666	812	930	513
Maio	858	1.232	723	815	948	527

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de maio - 2008.

Nota: Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 - maio/2008

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2007	191	371	504	933	1.928	371	408	572	1.059	1.934
Fevereiro	185	370	497	911	1.798	370	413	561	1.037	1.905
Março	172	369	476	847	1.692	369	402	549	979	1.900
Abril	169	370	486	896	1.793	369	422	580	1.054	1.902
Maio	179	369	506	949	1.898	369	422	593	1.056	1.951
Junho	189	400	506	948	1.902	400	421	581	1.054	2.007
Julho	199	399	506	943	1.892	399	415	579	1.048	2.003
Agosto	200	397	512	923	1.881	397	418	588	1.045	1.985
Setembro	209	397	522	930	1.776	397	418	616	1.045	1.881
Outubro	209	396	521	939	1.776	396	417	626	1.044	1.880
Novembro	208	395	521	940	1.880	395	417	625	1.042	2.075
Dezembro	204	391	519	990	2.058	391	417	622	1.070	2.085
Janeiro 2008	204	391	519	1.021	2.058	388	419	617	1.131	2.135
Fevereiro	203	387	514	1.016	2.042	386	412	612	1.123	2.058
Março	202	387	510	1.010	1.939	385	420	612	1.112	2.032
Abril	201	396	525	1.005	2.000	386	419	630	1.127	2.021
Maio	200	415	550	1.010	2.008	415	419	655	1.205	2.071

Fonte: PED RMS-SEI/SETRE/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de maio - 2008

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: jan./2007 – jul./2008

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	58.720	10.432	9.499	14.699	19.580
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fevereiro	1.606	587	378	764	1.290
Março	7.966	1.556	926	197	2.134
Abril	10.592	3.536	1.787	1.037	1.679
Maio	9.326	1.456	1.193	1.828	966
Junho	6.678	762	1.468	1.429	737
Julho	6.387	376	1.427	868	822
Agosto	3.484	659	1.652	9	2.376
Setembro	6.542	1.633	1.514	1.421	2.803
Outubro	6.219	2.249	269	2.471	2.811
Novembro	391	-1.470	-302	2.686	2.594
Dezembro	-3.944	-1.403	-1.377	1.481	666
2008	52.840	8.315	10.294	4.404	13.768
Janeiro	2.714	691	1.564	154	-506
Fevereiro	810	-277	1.508	708	-764
Março	10.595	767	3.561	88	4.854
Abril	11.990	2.600	2.390	573	2.793
Maio	13.619	3.340	3.181	1.256	1.781
Junho	6.427	161	-485	2.177	2.570
Julho	6.685	1.033	-1.425	-552	3.040
Ago/07 – Jul/08	65.532	9.983	12.050	12.472	25.018

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: jan./2007 – ago./2008

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	30.255	3.929	6.173	5.767	13.363
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fevereiro	825	-39	-39	230	703
Março	2.968	52	522	-28	2.251
Abril	3.482	289	1.243	406	1.523
Maio	3.236	769	708	878	725
Junho	2.690	99	1.424	552	298
Julho	2.232	247	1.151	-11	690
Agosto	1.936	402	1.013	-282	842
Setembro	4.893	859	1.456	534	2.071
Outubro	4.918	1.677	-249	1.113	2.197
Novembro	3.349	61	-166	1.584	1.829
Dezembro	-547	-733	-1.032	796	430
2008	19.601	1.510	6.867	702	9.781
Janeiro	67	121	1.378	-313	-1.122
Fevereiro	1.241	-58	925	366	-159
Março	6.943	55	2.495	87	4.250
Abril	3.287	419	1.465	7	1.444
Maio	5.375	611	2.810	344	1.427
Junho	2.592	318	-517	595	1.983
Julho	96	44	-1.689	-384	1.958
Ago/07 – Jul/08	34.150	3.776	7.889	4.447	17.150

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: jan. – jun./2008

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Mai-Jun/2008 (c)	% c/b	Até o bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	935.720.166	935.720.166	174.399.028	18,64	481.152.435	51,42	454.567.731
Receitas Correntes	716.015.923	716.015.923	114.202.200	15,95	364.581.096	50,92	351.434.827
Receita Tributária	240.997.649	240.997.649	38.615.265	16,02	126.986.315	52,69	114.011.334
Receita de Contribuições	376.669.144	376.669.144	60.622.933	16,09	181.066.679	48,07	195.602.465
Receita Patrimonial	47.388.300	47.388.300	5.648.496	11,92	23.754.597	50,13	23.633.703
Receita Agropecuária	25.737	25.737	3.463	13,46	10.615	41,24	15.122
Receita Industrial	506.380	506.380	63.742	12,59	217.228	42,90	289.152
Receita de Serviços	27.847.432	27.847.432	4.083.992	14,67	14.849.912	53,33	12.997.520
Transferências Correntes	403.283	403.283	29.580	7,33	74.640	18,51	328.643
Receitas Correntes A Classificar	-	-	11.333	-	26.080	-	(26.080)
Outras Receitas Correntes	22.177.997	22.177.997	5.123.397	23,10	17.595.028	79,34	4.582.969
Receitas de Capital	219.704.243	219.704.243	60.196.827	27,40	116.571.338	53,06	103.132.905
Operações de Crédito	168.015.428	168.015.428	51.274.736	30,52	91.794.419	54,63	76.221.009
Alienação de Bens	5.401.665	5.401.665	198.522	3,68	523.986	9,70	4.877.679
Amortizações de Empréstimos	19.279.651	19.279.651	3.348.909	17,37	9.760.781	50,63	9.518.870
Transferências de Capital	74.418	74.418	7.106	9,55	38.240	51,39	36.178
Outras Receitas de Capital	26.933.081	26.933.081	5.367.554	19,93	14.453.912	53,67	12.479.169

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

R\$ 1.000							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Mai-Jun/2008 (c)	% c/b	Até o bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	10.192.146	10.192.146	1.382.341	13,56	3.984.620	39,10	6.207.526
Receitas Correntes	10.192.146	10.192.146	1.382.341	13,56	3.984.620	39,10	6.207.526
Receita Tributária	-	-	419	-	602	-	(602)
Receita de Contribuições	10.035.246	10.035.246	1.350.515	13,46	3.903.280	38,90	6.131.966
Receita Patrimonial	209	209	805	385,17	2.427	1161,24	(2.218)
Receita Industrial	121.288	121.288	24.243	19,99	59.904	49,39	61.384
Receita de Serviços	33.819	33.819	5.495	16,25	16.003	47,32	17.816
Outras Receitas Correntes	1.584	1.584	864	54,55	2.404	151,77	(820)
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	945.912.312	945.912.312	175.781.369	18,58	485.137.055	51,29	460.775.257
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	416.355.701	416.355.701	29.952.980	7,19	136.290.513	32,73	280.065.188
Operações de Crédito Internas	416.355.701	416.355.701	29.003.400	6,97	135.340.934	32,51	281.014.767
Mobiliária	416.355.701	416.355.701	29.003.400	6,97	135.340.934	32,51	281.014.767
Operações de Crédito Externas	-	-	949.579	-	949.579	-	(949.579)
Mobiliária	-	-	949.579	-	949.579	-	(949.579)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	1.362.268.013	1.362.268.013	205.734.349	15,10	621.427.568	45,62	740.840.445
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII)=(V+VI)	1.362.268.013	1.362.268.013	205.734.349	15,10	621.427.568	45,62	740.840.445
Saldo de Exercícios Anteriores	-	39.144.081	-	-	13.652.955	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: jan. – jun./2008										RS 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c) = a + b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% h = (g/c)	Saldo a liquidar j = c - g	
				Maio-Jun/ 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Maio-Jun/ 2008 (f)	Até o bimestre (g)			
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	933.748.008	23.700.638	957.448.646	86.386.770	713.166.199	135.146.685	375.532.848	39,22	581.915.798	
Despesas Correntes	748.301.767	8.819.201	757.120.968	44.221.752	595.834.503	109.519.049	324.766.051	42,89	432.354.917	
Pessoal e Encargos Sociais	126.984.111	7.587.948	134.572.059	23.446.882	63.623.204	23.149.151	62.195.595	46,22	72.376.464	
Juros e Encargos da Dívida	152.219.855	-	152.219.855	663.204	143.373.687	15.448.328	59.876.291	39,34	92.343.564	
Outras Despesas Correntes	469.097.801	1.231.252	470.329.053	20.111.666	388.837.612	70.921.570	202.694.165	43,10	267.634.888	
Transf. a Estados, DF e Municípios	167.516.755	31.055	167.547.810	5.944.586	136.011.023	27.664.088	77.738.414	46,40	89.809.396	
Benefícios Previdenciários	194.260.366	-	194.260.366	2.373	181.764.628	29.794.693	86.461.646	44,51	107.798.720	
Demais Despesas Correntes	107.320.680	1.200.197	108.520.877	14.164.706	71.061.961	13.462.788	38.494.105	35,47	70.026.772	
Despesas de Capital	161.913.722	15.681.438	177.595.160	42.165.018	117.331.696	25.627.636	50.766.797	28,59	126.828.363	
Investimentos	37.830.659	2.306.244	40.136.903	7.757.582	11.398.748	817.769	976.559	2,43	39.160.344	
Inversões Financeiras	35.921.812	13.371.994	49.293.806	3.352.517	33.058.270	6.957.513	22.417.042	45,48	26.876.764	
Amortização da Dívida	88.161.251	3.200	88.164.451	31.054.919	72.874.678	17.852.355	27.373.197	31,05	60.791.254	
Reserva de Contingência	23.532.519	(800.000)	22.732.519	-	-	-	-	-	22.732.519	
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	12.164.303	265	12.164.568	1.708.843	5.749.872	1.698.714	4.744.855	39,01	7.419.713	
Despesas Correntes	11.047.601	865	11.048.466	1.704.684	4.676.832	1.573.790	4.482.753	40,57	6.565.713	
Pessoal e Encargos Sociais	10.628.488	-	10.628.488	1.583.572	4.418.910	1.509.591	4.341.732	40,85	6.286.756	
Outras Despesas Correntes	419.114	865	419.979	121.112	257.921	64.198	141.021	33,58	278.958	
Despesas de Capital	1.116.702	(600)	1.116.102	4.159	1.073.040	124.925	262.103	23,48	853.999	
Investimentos	52.370	(600)	51.770	4.056	8.828	1.900	1.956	3,78	49.814	
Inversões Financeiras	1.064.331	-	1.064.331	104	1.064.212	123.024	260.146	24,44	804.185	
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	945.912.311	23.700.903	969.613.214	88.095.613	718.916.071	136.845.399	380.277.703	39,22	589.335.511	
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	416.355.701	-	416.355.701	(1.545.462)	409.745.239	20.881.273	193.220.546	46,41	223.135.155	
Amortização da Dívida Interna	393.321.596	-	393.321.596	-	388.256.596	20.384.620	187.640.699	47,71	205.680.897	
Dívida Mobiliária	393.320.523	-	393.320.523	-	388.255.524	20.384.463	187.640.229	47,71	205.680.294	
Outras Dívidas	1.073	-	1.073	-	1.073	157	470	43,80	603	
Amortização da Dívida Externa	23.034.105	-	23.034.105	(1.545.462)	21.488.643	496.653	5.579.846	24,22	17.454.259	
Dívida Mobiliária	20.861.747	-	20.861.747	(1.545.462)	19.316.285	270.416	4.910.039	23,54	15.951.708	
Outras Dívidas	2.172.358	-	2.172.358	-	2.172.358	226.237	669.807	30,83	1.502.551	
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.362.268.012	23.700.903	1.385.968.915	86.550.151	1.128.661.310	157.726.672	573.498.249	41,38	812.470.666	
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total XIV = (XII + XIII)	1.362.268.012	23.700.903	1.385.968.915	86.550.151	1.128.661.310	157.726.672	621.427.568	-	812.470.666	

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64

Estado

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: jan. – jun./2008							R\$ 1.000 (Continua)
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mai-Jun/ 2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	17.743.308	18.237.469	2.983.823	16,36	8.917.247	48,90	9.320.221
Receitas Correntes	16.719.232	17.154.650	2.917.944	17,01	8.758.987	51,06	8.395.662
Receita Tributária	9.475.152	9.482.402	1.823.612	19,23	5.399.405	56,94	4.082.997
Impostos	9.159.690	9.166.940	1.771.306	19,32	5.244.265	57,21	3.922.676
Taxas	315.462	315.462	52.306	16,58	155.141	49,18	160.321
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	950.510	950.510	147.610	15,53	456.757	48,05	493.753
Contribuições Sociais	950.510	950.510	147.610	15,53	456.757	48,05	493.753
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	304.548	329.619	33.742	10,24	89.219	27,07	240.400
Receitas Imobiliárias	11.444	11.444	4.050	35,39	7.818	68,32	3.625
Receitas de Valores Mobiliários	279.236	304.307	28.877	9,49	78.580	25,82	225.727
Receitas de Concessões e Permissões	9.565	9.565	604	6,31	2.307	24,12	7.258
Outras Receitas Patrimoniais	4.303	4.303	211	4,92	514	11,94	3.789
Receita Agropecuária	1.537	1.537	1	0,09	7	0,46	1.530
Receita da Produção Vegetal	12	12	-	-	1	6,20	11
Receita da Produção Animal e Derivados	1.210	1.210	1	0,12	6	0,52	1.204
Outras Receitas Agropecuárias	315	315	-	-	-	-	315
Receita Industrial	120	120	-	-	0	0,09	120
Receita da Indústria de Transformação	120	120	-	-	0	0,09	120
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	87.451	96.087	10.382	10,80	26.591	27,67	69.495
Receita de Serviços	87.451	96.087	10.382	10,80	26.591	27,67	69.495
Transferências Correntes	6.698.511	6.851.899	1.162.794	16,97	3.628.971	52,96	3.222.928
Transferências Intergovernamentais	6.468.385	6.612.865	1.137.072	17,19	3.545.128	53,61	3.067.737
Transferências de Instituições Privadas	-	-	4	-	4	-	(4)
Transferências do Exterior	3.210	3.210	-	-	-	-	3.210
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	226.916	235.824	25.719	10,91	83.839	35,55	151.985
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.114.208	1.355.281	89.417	6,60	280.729	20,71	1.074.552
Multas e Juros de Mora	145.709	146.041	21.492	14,72	58.494	40,05	87.547
Indenizações e Restituições	160.423	160.423	3.377	2,11	14.038	8,75	146.385
Receita da Dívida Ativa	8.356	10.356	1.324	12,79	3.583	34,60	6.773
Receitas Diversas	799.720	1.038.460	63.224	6,09	204.614	19,70	833.846
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.912.805)	(1.912.805)	(349.615)	18,28	(1.122.693)	58,69	(790.112)
Receitas de Capital	1.024.076	1.082.819	65.879	6,08	158.260	14,62	924.559
Operações de Crédito	325.911	325.911	30.789	9,45	72.991	22,40	252.920
Operações de Crédito Internas	185.998	185.998	19.360	10,41	50.298	27,04	135.700
Operações de Crédito Externas	139.913	139.913	11.430	8,17	22.693	16,22	117.220
Alienação de Bens	180.557	180.557	126	0,07	1.826	1,01	178.731
Alienação de Bens Móveis	175.688	175.688	-	-	1.142	0,65	174.545
Alienação de Bens Imóveis	4.870	4.870	126	2,58	684	14,05	4.186

Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: jan. – jun./2008

 R\$ 1.000
 (Conclusão)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mai-Jun/2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Amortização de Empréstimos	4.782	62.490	9.716	15,55	31.393	50,24	31.097
Amortização de Empréstimos	4.782	62.490	9.716	15,55	31.393	50,24	31.097
Transferências de Capital	512.816	513.851	25.247	4,91	52.031	10,13	461.820
Transferências Intergovernamentais	6.468.385	6.612.865	1.137.072	17,19	3.545.128	53,61	3.067.737
Transferências de Instituições Privadas	-	-	4	-	4	-	(4)
Transferências do Exterior	3.210	3.210	-	-	-	-	3.210
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	226.916	235.824	25.719	10,91	83.839	35,55	151.985
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	10	10	-	-	19	190,00	(9)
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	10	10	-	-	19	190,00	(9)
Receitas (Intra-orçamentárias) (II)	1.287.402	1.287.402	200.102	16	590.674	46	696.728
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	19.030.710	19.524.871	3.183.925	16	9.507.922	49	10.016.949
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (V) = (III + IV)	19.030.710	19.524.871	3.183.925	16	9.507.922	49	10.016.949
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	19.030.710	19.524.871	3.183.925	16	9.507.922	49	10.016.949
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-	-	-	-

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Mai-Jun/2008 (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.287.402	1.287.402	200.102	15,54	590.674	45,88	696.728
Receita de Contribuições	1.287.402	1.287.402	200.102	15,54	590.674	45,88	696.728
Contribuições Sociais	1.287.402	1.287.402	200.102	15,54	590.674	45,88	696.728
Total	1.287.402	1.287.402	200.102	15,54	590.674	45,88	696.728

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balanco Orçamentário - Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: jan. – jun./2008										R\$ 1.000
Despesas	Dotação (d)	Créditos (e)	Dotação (f) = (d+e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (f/f)	Saldo a executar (f-i)	
				Maio-Jun/ 2008 (g)	Até o bimestre (h)	Maio-Jun/ 2008 (i)	Até o bimestre (j)			
Despesas (Exceto intra-orçamentárias) (I)	18.161.877	376.961	18.538.838	2.913.662	8.309.028	2.847.360	8.008.545	43,20	10.530.293	
Despesas Correntes	15.376.500	(34.424)	15.342.076	2.460.692	7.168.917	2.443.516	6.967.903	45,42	8.374.173	
Pessoal e Encargos Sociais	8.156.240	(106.466)	8.049.774	1.253.438	3.763.575	1.257.933	3.763.168	46,75	4.286.606	
Juros e Encargos da Dívida	575.313	(125.973)	449.340	88.270	248.125	88.270	248.125	55,22	201.215	
Outras Despesas Correntes	6.644.947	198.015	6.842.962	1.118.984	3.157.217	1.097.313	2.956.610	43,21	3.886.353	
Transferências a Municípios	2.485.468	-	2.485.468	471.933	1.370.163	471.933	1.370.163	55,13	1.115.306	
Demais Despesas Correntes	4.159.478	198.015	4.357.494	647.050	1.787.055	625.379	1.586.447	36,41	2.771.047	
Despesas de Capital	2.760.537	371.052	3.131.589	452.971	1.140.111	403.843	1.040.643	33,23	2.090.947	
Investimentos	1.575.231	206.142	1.781.372	193.145	352.699	152.873	262.086	14,71	1.519.286	
Inversões Financeiras	115.066	175.976	291.042	30.419	78.151	21.563	69.295	23,81	221.747	
Amortização da Dívida	1.070.241	(11.066)	1.059.175	229.407	709.262	229.407	709.262	66,96	349.913	
Reserva de Contingência	24.840	(20)	24.820	-	-	-	-	-	24.820	
Reserva do RPPS	-	40.353	40.353	-	-	-	-	-	40.353	
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	868.833	117.199	986.032	197.507	585.346	195.385	582.786	59,10	403.246	
Subtotal das Despesas (III) = (I+II)	19.030.710	494.160	19.524.871	3.111.170	8.894.375	3.042.745	8.591.331	44,00	10.933.539	
Amortização da Dívida/Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	19.030.710	494.160	19.524.871	3.111.170	8.894.375	3.042.745	8.591.331	44,00	10.933.539	
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-	916.590	-	-	
Total (VII) = (V+VI)	19.030.710	494.160	19.524.871	3.111.170	8.894.375	3.042.745	9.507.922	48,70	10.933.539	

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f) = (d+e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (j/f)	Saldo a executar (f-i)
				Maio-Jun/2008 (g)	Até o bimestre (h)	Maio-Jun/2008 (i)	Até o bimestre (j)		
Despesas Correntes	868.833	117.199	986.032	197.507	585.346	195.385	582.786	59,10	403.246
Pessoal e Encargos Sociais	868.833	117.199	986.032	197.507	585.346	195.385	582.786	59,10	403.246
Total	868.833	117.199	986.032	197.507	585.346	195.385	582.786	59,10	403.246

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Receita tributária mensal - Bahia: jan./2007 – jun./2008						
R\$ 1.000						
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Janeiro	686.829	799.172	54.915	80.784	741.744	879.956
Fevereiro	658.719	873.329	88.980	105.360	747.699	978.689
Março	613.636	762.968	73.067	91.822	686.703	854.790
Abril	684.917	759.911	71.947	102.448	756.864	862.358
Mai	652.214	746.918	120.539	128.088	772.753	875.006
Junho	689.535	831.137	97.797	117.469	787.332	948.606
Julho	678.286		102.972		781.258	
Agosto	712.421		111.949		824.370	
Setembro	722.414		105.617		828.031	
Outubro	720.888		92.445		813.333	
Novembro	732.449		67.094		799.543	
Dezembro	809.230		109.217		918.447	
Total	8.361.537		1.096.537		9.458.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: jan. – jun./2008							R\$ 1.000 (Continua)
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio-Junho/ 2008 (b)	% b/a	Até o bimestre (c)	% c/c	
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	2.647.947	2.648.747	394.433	14,89	1.213.108	45,80	1.435.639
Receitas Correntes	2.604.339	2.605.139	408.647	15,69	1.254.012	48,14	1.351.127
Receita Tributária	803.523	803.523	118.916	14,80	409.325	50,94	394.198
Impostos	695.909	695.909	101.641	14,61	345.523	49,65	350.386
Taxas	104.936	104.936	17.121	16,32	63.199	60,23	41.737
Outras Receitas Tributárias	2.678	2.678	153	5,73	604	22,54	2.074
Receita de Contribuições	88.620	88.620	12.227	13,80	40.586	45,80	48.034
Contribuições Sociais	29.620	29.620	3.882	13,11	15.127	51,07	14.493
Contribuições Econômicas	59.000	59.000	8.346	14,15	25.460	43,15	33.540
Receita Patrimonial	47.764	47.764	8.354	17,49	31.054	65,02	16.710
Receitas Imobiliárias	2.434	2.434	467	19,20	7.401	304,08	(4.967)
Receitas de Valores Mobiliários	17.387	17.387	4.482	25,78	13.163	75,71	4.224
Receitas de Concessões e Permissões	27.443	27.443	3.405	12,41	10.490	38,22	16.953
Outras Receitas Patrimoniais	500	500	-	-	-	-	500
Receita Industrial	1.485	1.485	1.191	80,22	1.706	114,90	(221)
Receita da Indústria de Construção	1.485	1.485	1.191	80,22	1.706	114,90	(221)
Receita de Serviços	13.525	13.525	168	1,24	1.035	7,65	12.490
Receita de Serviços	13.525	13.525	168	1,24	1.035	7,65	12.490
Transferências Correntes	1.526.568	1.527.368	247.475	16,20	705.065	46,16	822.303
Transf. Intergovernamentais	1.400.489	1.400.489	245.556	17,53	692.551	49,45	707.938
Transf. de Instituições Privadas	3.819	3.819	(200)	(5,23)	3.341	87,49	478
Transf. de Pessoas	110	110	0	0,20	1	0,59	109
Transferências de Convênios	122.150	122.950	2.118	1,72	9.172	7,46	113.778
Outras Receitas Correntes	122.854	122.854	20.315	16,54	65.240	53,10	57.614
Multas e Juros de Mora	51.482	51.482	13.263	25,76	31.151	60,51	20.331
Indenizações e Restituições	6.780	6.780	105	1,55	937	13,82	5.843
Receita da Dívida Ativa	53.664	53.664	5.548	10,34	26.383	49,16	27.281
Receitas Diversas	10.928	10.928	1.400	12,81	6.769	61,94	4.159
Receitas de Capital	172.231	172.231	6.334	3,68	18.519	10,75	153.712
Operações de Crédito	10.642	10.642	-	-	-	-	10.642
Operações de Crédito Internas	10.642	10.642	-	-	-	-	10.642
Alienação de Bens	100	100	0	0,00	9	8,86	91
Alienação de Bens Móveis	100	100	0	0,00	9	8,86	91
Transferências de Capital	161.389	161.389	6.334	3,92	18.510	11,47	142.879
Transf. Intergovernamentais	1.400.489	1.400.489	245.556	17,53	692.551	49,45	707.938
Transferências de Convênios	122.150	122.950	2.118	1,72	9.172	7,46	113.778
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Dedução da Receita Corrente	(128.623)	(128.623)	(20.548)	15,98	(59.423)	46,20	(69.200)
Receitas Intra-Orçamentárias (II)	37.411	37.411	7.154	19,12	21.399	57,20	16.012
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	2.685.358	2.686.158	401.587	14,95	1.234.507	45,96	1.451.651
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: jan. – jun./2008

R\$ 1.000
(Conclusão)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio-Junho/2008 (b)	% b/a	Até o bimestre (c)	% c/c	
Total (V)= (III+VI)	2.685.358	2.686.158	401.587	14,95	1.234.507	45,96	1.451.651
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

R\$ 1.000

Receitas Intra-Orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan-Fev/2008 (b)	% b/a	Jan-Fev/2008 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	37.411	37.411	7.154	19,12	21.399	57,20	16.012
Receita de Contribuições	34.816	34.816	6.837	19,64	18.584	53,38	16.232
Receita de Serviços	2.595	2.595	318	12,25	2.815	108,46	(220)
Total	37.411	37.411	7.154	19,12	21.399	57,20	16.012

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Balço Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: jan. – jun./2008									RS 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas			% h = (g/c)	Saldo i = (c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas			
				Maio-Jun/ 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Maio-Jun/ 2008 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (exceto intra-orçamentárias)(I)	2.647.947	4.117	2.652.064	159.620	1.975.763	403.374	1.111.302	1.540.762	
Despesas Correntes	2.255.155	49.205	2.304.360	134.178	1.782.927	360.945	1.006.607	1.297.753	
Pessoal e Encargos Sociais	708.935	7.122	716.057	17.861	660.499	122.937	364.813	351.244	
Juros e Encargos da Dívida	75.195	2.740	77.935	31	73.902	12.032	35.729	42.206	
Outras Despesas Correntes	1.471.025	39.343	1.510.368	116.286	1.048.525	225.976	606.066	904.303	
Despesas de Capital	386.093	(45.088)	341.005	25.442	192.837	42.429	104.695	236.310	
Investimentos	239.480	(21.694)	217.786	25.442	72.363	21.579	40.705	177.081	
Inversões Financeiras	3.900	-	3.900	-	3.824	700	1.872	2.028	
Amortização da Dívida	142.713	(23.394)	119.319	-	116.650	20.151	62.118	57.201	
Reserva de Contingência	6.699	-	6.699	-	-	-	-	6.699	
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	37.411	(335)	37.076	166	34.212	6.767	19.102	17.974	
Subtotal das Despesas (III) = (I + II)	2.685.358	3.782	2.689.140	159.786	2.009.975	410.142	1.130.404	1.558.736	
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	104.103	-	
Total (V) = (III + IV)	2.685.358	3.782	2.689.140	159.786	2.009.975	410.142	1.234.507	1.454.633	

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Despesas Intra-orçamentárias								R\$ 1.000	
	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas				% h = (g/c)	Saldo i = (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Maio-Jun/ 2008 (d)	Até o bimestre (e)	Maio-Jun/ 2008 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas Correntes	36.761	(335)	36.426	166	34.212	6.767	19.102	52,44	17.324
Pessoal e Encargos Sociais	34.816	(585)	34.231	704	33.019	6.767	18.801	54,92	15.430
Outras Despesas Correntes	1.945	250	2.195	(538)	1.194	-	301	13,70	1.894
Despesas de Capital	650	-	650	-	-	-	-	-	650
Investimentos	650	-	650	-	-	-	-	-	650
Total	37.411	37.411	7.154	19	21.399	57	16.012	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).